



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo**



**PATRICK OLIVEIRA SILVA**

**TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E IMPACTOS NAS  
RELAÇÕES PRODUTIVAS NA ZONA CANAVIEIRA ALAGOANA**

São Cristóvão/SE

2023

PATRICK OLIVEIRA SILVA

**TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E IMPACTOS NAS  
RELAÇÕES PRODUTIVAS NA ZONA CANAVIEIRA ALAGOANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito de avaliação da pesquisa de Mestrado em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Agrário

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos.

São Cristóvão/SE  
2023

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Silva, Patrick Oliveira  
S586t Transformações no mundo do trabalho e impactos nas relações  
produtivas na zona canavieira alagoana / Patrick Oliveira Silva;  
orientadora Christiane Senhorinha Soares Campos. – São Cristóvão,  
SE, 2023.  
109 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de  
Sergipe, 2023.

1. Geografia agrícola. 2. Agroindústria canavieira – Alagoas. 3.  
Relações trabalhistas – Efeito das inovações tecnológicas. 4.  
Produtividade do capital. 5. Espaço em economia. 6. Produtividade  
agrícola – Alagoas. I. Campos, Christiane Senhorinha Soares, orient.  
II. Título.

CDU 911.3:633.61(813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado  
em Geografia de **Patrick Oliveira Silva**.

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, com início às treze horas, realizou-se na sala de estudos, localizada na Didática II, 1º andar, na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão -SE, a sessão de defesa de dissertação de Mestrado em Geografia de **Patrick Oliveira Silva**, intitulada: "TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E IMPACTOS NAS RELAÇÕES PRODUTIVAS NA ZONA CANAVIEIRA ALAGOANA". A defesa foi presidida pela Professora Doutora Christiane Senhorinha Soares Campos, que na qualidade de presidente, abriu a sessão pública e passou a palavra para o mestrando proceder à apresentação de sua dissertação. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Cícero Péricles de Carvalho e Lucas Gama Lima que arguíram o candidato, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, a Professora Doutora Christiane Senhorinha Soares Campos, na condição de orientadora, teceu comentários sobre a dissertação apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Encerrados os trabalhos, a banca decidiu **APROVAR** o candidato. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Dissertação de Mestrado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 31 de agosto de 2023.

  
Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos

Orientadora e presidente da banca

Prof. Dr. Cícero Péricles de Carvalho  
Examinador externo



Documento assinado digitalmente  
CICERO PERICLES DE OLIVEIRA CARVALHO  
Data: 06/09/2023 00:01:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Lucas Gama Lima  
Examinador interno



Documento assinado digitalmente  
LUCAS GAMA LIMA  
Data: 20/09/2023 16:24:21-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



**Patrick Oliveira Silva**

-Mestrando-

Aos cortadores de cana, que mesmo sofrendo as intempéries do capital, continuam sendo um símbolo de resistência no campo.

**Dedico.**

## AGRADECIMENTOS

A ciência é um instrumento de suma importância para desvelar o caráter mítico da aparente realidade, de modo geral, ao abrir os agradecimentos desta pesquisa, gostaria de expor a minha gratidão a todos àqueles que não mediram esforços para instituir e aprimorar o desenvolvimento do progresso científico e do método, sem eles, este trabalho não seria possível.

A todas as pessoas aqui mencionadas, expresso sentimento de admiração e de gratidão.

Expresso meu eterno agradecimento aos meus pais, **Maria José Ferreira Oliveira Silva** e **José Arimateia Oliveira da Silva**, pelos esforços imensuráveis que fizeram por mim ao longo de toda a minha vida, ambos foram fundamentais para a minha formação humana, cidadã e intelectual.

Agradeço também aos meus avós maternos **Francisco Andrade Silva** e **Margarida Ferreira Silva**, por todo apreço, carinho e ajuda que sempre me foram concedidos.

À minha querida **Eweni Rodrigues Lima**, por todo o apoio que me concedeu durante essa jornada.

Aqui faço um agradecimento especial a minha querida e gentil orientadora, Professora doutora **Christiane Senhorinha Soares Campos**, por todo apoio e ajuda que sempre foram concedidos.

A sua participação em minha vida como docente e orientadora foi crucial para o desenvolvimento desta pesquisa e para a minha formação enquanto discente e pesquisador.

Ao professor **Cícero Péricles de Carvalho**, pela enorme contribuição que tem realizado sobre os estudos relacionados ao mundo canavieiro, e por fazer parte da minha Banca de defesa.

Ao professor **Lucas Gama Lima**, por ter aceitado o convite de fazer parte desta Banca e pelo conhecimento compartilhado ao longo de algumas disciplinas do PPGEQ.

À professora **Alexandrina Luz**, por todos os seus ensinamentos e por ter me ajudado a encontrar e a compreender melhor o caminho do método científico.

À minha amiga **Mara Íris**, por ter sido um pilar fundamental nesta jornada, pelos diálogos e pelo apoio que sempre me deu no desenvolver deste trabalho.

A **Wylamys Lima**, um grande amigo que a pós-graduação me deu. Gratidão pela parceria nas publicações, pelos diálogos e todo apoio a mim concedido nesta jornada.

A **Flavio Santos**, pela elaboração dos mapas e pela concessão de algumas imagens.

A **José Menezes Gomes**, por toda ajuda e pelos materiais que me concedeu sobre a dívida pública.

À professora **Priscilla Menezes**, pelos ensinamentos, encorajamento e pela sua amizade.

A **José Cicero Gomes**, pela sua amizade e por ter sido um irmão para mim ao longo desses anos.

Às amigas **Jascia Kaline** e **Geycy Pelayes**, pelos diálogos, conselhos, cafés e risadas e pelo companheirismo de sempre.

À **Universidade Federal de Sergipe** e ao **PPGEO** por terem me proporcionado esta experiência indescritível, e pelo apoio na disseminação da ciência através da Geografia.

À **Capex**, pela bolsa concedida, a qual me auxiliou muito durante este processo.

E por fim, aos **trabalhadores cortadores de cana**, pela entrevista e pelos diálogos.

A todos, muito obrigado!

“A história da sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes”.

Karl Marx

## RESUMO

As transformações no mundo social vêm alterando, de forma significativa, as relações de trabalho, empregabilidade, renda, bem-estar dentre outras. Alguns autores entendem que esse conjunto de mudanças que afeta múltiplas dimensões da vida implicariam em uma sociedade pós-industrial. Segundo o criador desse conceito, Domenico De Masi (1999), esse arquétipo de sociedade é caracterizado por elementos intrínsecos ao *know-hall*, tal como o saber produtivo. Nessa perspectiva, as relações de trabalho atualmente se apoiam cada vez mais no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, demandando dos trabalhadores mais conhecimento intelectual que esforço físico. Todavia, quando se observa o perfil das ocupações que mais crescem no país, evidencia-se muitas contradições entre a retórica do pós-industrialismo e a realidade social, uma vez que na maior parte dos empregos gerados atualmente se exige pouca qualificação e muito esforço. Não há dúvidas de que vêm ocorrendo grandes transformações no mundo do trabalho decorrentes de processos como a reestruturação produtiva do capital. Mas elas estão longe de resultar em ocupações menos degradantes da saúde física e mental dos trabalhadores. No caso do espaço agrário do Brasil, a reestruturação produtiva do capital vem contribuindo para a expansão do agronegócio, resultando no aprofundamento de mazelas sociais, como o trabalho temporário e informal. No centro dessa discussão, o trabalho passa por um processo de reconfiguração, ancorado em uma lógica neoliberal que torna as condições políticas e socioeconômicas muito desfavoráveis para os trabalhadores, sobretudo aqueles que já tinham menor acesso a direitos, como os trabalhadores rurais. Diante dessas novas formas de organização produtiva, a consolidação de um pensamento crítico e coletivo, pautados no materialismo histórico e dialético, faz-se necessário para se compreender as dinâmicas do capital e buscar respostas para uma questão que requer permanentes análises: para onde caminha o trabalho? No campo brasileiro, a história do processo de modernização da agricultura resultou em grandes mudanças nas relações de trabalho que já foram amplamente analisadas por autores de diferentes áreas do conhecimento (GRAZIANO SILVA, 1982; DELGADO, 1985; MÜLLER, 1989; OLIVEIRA, 2010; 2016). Entretanto, o vai e vem do desenvolvimento desigual e combinado do capital (SMITH, 1988) vem produzindo reconfigurações significativas nos processos produtivos, que demandam continuamente análises das tendências que predominam. Nesse sentido, o objetivo geral desta dissertação é analisar as transformações recentes no mundo do trabalho, sobretudo os rebatimentos destas no campo brasileiro em geral e na zona canavieira em Alagoas, em particular. Em termos de procedimentos metodológicos, este estudo se alicerça em pesquisa bibliográfica, estatística descritiva e trabalho de campo, com abordagem qualitativa, no qual foram realizadas entrevistas com alguns trabalhadores da zona canavieira alagoana. Por meio das entrevistas é possível perceber como as mudanças que ocorrem no espaço agrário provocam adoecimento, mobilidade do trabalho e pobreza, além da não compreensão dos processos que engendram essas atividades laborais, impulsionadas pela dependência da economia alagoana do setor sucroalcooleiro.

**Palavras-chave:** Relações de trabalho no campo; Reestruturação produtiva do capital; Produção canavieira em Alagoas; Espaço agrário; Agronegócio.

## ABSTRACT

Transformations in the social world have significantly altered work relations, employability, income and well-being, among others. Some authors believe that this set of changes affecting multiple dimensions of life implies a post-industrial society. According to the creator of this concept, Domenico De Masi (1999), this archetype of society is characterized by elements intrinsic to know-how, such as productive knowledge. From this perspective, labor relations today are increasingly based on the development of science and technology, demanding more intellectual knowledge from workers than physical effort. However, when we look at the profile of the fastest-growing occupations in the country, we see many contradictions between the rhetoric of post-industrialism and social reality, since most of the jobs created today require little qualification and a lot of effort. There is no doubt that major transformations have been taking place in the world of work as a result of processes such as the productive restructuring of capital. But these are far from resulting in occupations that are less degrading to workers' physical and mental health. In the case of Brazil's agrarian space, the productive restructuring of capital has contributed to the expansion of agribusiness, resulting in the deepening of social ills, such as temporary and informal work. At the heart of this discussion, work is undergoing a process of reconfiguration, anchored in a neoliberal logic that makes political and socioeconomic conditions very unfavorable for workers, especially those who already had less access to rights, such as rural workers. Faced with these new forms of productive organization, the consolidation of critical and collective thinking, based on historical and dialectical materialism, is necessary in order to understand the dynamics of capital and seek answers to a question that requires constant analysis: where is work heading? In the Brazilian countryside, the history of the process of modernizing agriculture has resulted in major changes in labour relations that have already been widely analysed by authors from different fields of knowledge (GRAZIANO SILVA, 1982; DELGADO, 1985; MÜLLER, 1989; OLIVEIRA, 2010; 2016). However, the back and forth of the uneven and combined development of capital (SMITH, 1988) has produced significant reconfigurations in production processes, which continually demand analysis of the prevailing trends. In this sense, the general aim of this dissertation is to analyze recent transformations in the world of work, especially their repercussions in the Brazilian countryside in general and in the sugarcane zone in Alagoas in particular. In terms of methodological procedures, this study is based on bibliographical research, descriptive statistics and fieldwork, with a qualitative approach, in which interviews were conducted with some workers in the sugarcane zone of Alagoas. Through the interviews, it is possible to see how the changes taking place in the agrarian space cause illness, labor mobility and poverty, as well as a lack of understanding of the processes that engender these labor activities, driven by the dependence of the Alagoas economy on the sugar-alcohol sector.

**Keywords:** Labor relations in the field; Productive restructuring of capital; Sugarcane production in Alagoas; Agrarian space; Agribusiness.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Área destinada à monocultura do açúcar.....	49
<b>Figura 2</b> - Concentração fundiária no Brasil.....	53
<b>Figura 3</b> - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nas Unidades da Federação, segundo as macrorregiões do Brasil.....	64
<b>Figura 4</b> - Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a situação de trabalho da pessoa de referência dos domicílios, Brasil.....	66
<b>Figura 5</b> - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio, Brasil.....	67
<b>Figura 6</b> - Colheitadeira mecanizada nos canaviais alagoanos.....	73
<b>Figura 7</b> - Cortadores de Cana nos Canaviais alagoanos.....	92

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Proporção de pessoas em ocupações informais, segundo os grupos de atividade econômica - Brasil - 2014/2019.....	42
<b>Gráfico 2</b> - Área plantada (Hectares) dos produtos da lavoura temporária em Alagoas.....	56
<b>Gráfico 3</b> – População estimada e ocupada do semiárido alagoano.....	58
<b>Gráfico 4</b> - Rendimento real médio mensal per capita nos domicílios.....	59
<b>Gráfico 5</b> – Exportação de açúcar e etanol.....	60
<b>Gráfico 6</b> – Valores em reais das exportações de açúcar e etanol.....	61
<b>Gráfico 7</b> - Série histórica de colheitadeiras em Alagoas.....	72
<b>Gráfico 8</b> - Taxa de informalidade no Brasil.....	75
<b>Gráfico 9</b> – Nível educacional dos trabalhadores canavieiros em Alagoas.....	77
<b>Gráfico 10</b> – Faixa etária dos cortadores de cana em Alagoas.....	78

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Profissões mais propensas à automação.....	32
<b>Tabela 2</b> - Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2011 - 2020) .....	37
<b>Tabela 3</b> - Série Histórica dos Censos Agropecuários - 1975/2017 - Brasil.....	39
<b>Tabela 4</b> - Principais produtos exportados pelo Brasil (2000 - 2020) .....	41
<b>Tabela 5</b> - Exportação de gêneros alagoanos para o estrangeiro (1826-1832) .....	47
<b>Tabela 6</b> - Área Plantada agricultura temporária – Hectares (2005-2020) .....	49
<b>Tabela 7</b> - Usinas Canavieiras registradas no Sindaçúcar (Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no estado de Alagoas) .....	50
<b>Tabela 8</b> - Estabelecimentos rurais e pessoal ocupado, Censo agropecuário 2006.....	54
<b>Tabela 9</b> - Estabelecimentos rurais e pessoal ocupado, Censo agropecuário 2017.....	54
<b>Tabela 10</b> - Série Histórica dos Censos Agropecuários (Mecanização) - 1975/2017 – Brasil.....	55
<b>Tabela 11</b> - Produção de cana-de-açúcar em toneladas.....	60
<b>Tabela 12</b> - Balança comercial (saldo total) – Valores referentes à indústria do complexo Madeira/Papel/Celulose.....	69
<b>Tabela 13</b> - Nível de trabalho formal pelos grandes setores do Município de Coruripe-AL.....	76
<b>Tabela 14</b> - Execução do Serviço da Dívida (2021-2022) - R\$ Milhões.....	81
<b>Tabela 15</b> - Relação dos credores do estado de Alagoas, dez/2020.....	83
<b>Tabela 16</b> – Brasil - dívidas das usinas junto ao INSS, por estado. (Valores em R\$) .....	84
<b>Tabela 17</b> - Composição da dívida do PRODUBAN.....	85

## LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto de Geografia e Estatística;  
CPT – Comissão Pastoral da Terra;  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano;  
SINDAÇÚCAR- AL – Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas;  
PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento;  
OIT – Organização Internacional do Trabalho;  
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura;  
OMC – Organização Mundial do Comércio;  
PRODUBAN - Banco da Produção do Estado de Alagoas;  
CEAL – Companhia Energética do Estado de Alagoas;  
PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool;  
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social;  
STF – Supremo Tribunal Federal;

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I - AS DINÂMICAS DO CAPITALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.....</b>	<b>18</b>
1.1. A reestruturação produtiva do capital e seus rebatimentos nas relações sociais de produção .....	22
1.2. Para onde caminha o trabalho? Uma análise crítica do pós-industrialismo .....	31
1.3. O futuro do trabalho agrícola e a metamorfose do capital.....	36
<b>CAPÍTULO II - O PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ALAGOAS.....</b>	<b>44</b>
2.1. A concentração de terras e a dispersão da força de trabalho.....	51
2.2. A economia alagoana e a dependência da monocultura canavieira.....	55
2.3. Breve panorama do trabalho canavieiro em Alagoas.....	70
2.4. Dívida pública e crise fiscal em Alagoas.....	79
<b>CAPÍTULO III - O GOSTO AMARGO DO TRABALHO NOS CANAVIAIS EM ALAGOAS.....</b>	<b>87</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>98</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>104</b>

## INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, diversas mudanças no mundo social vêm alterando de forma significativa as relações de trabalho, empregabilidade, renda, dentre outros aspectos relacionados aos processos produtivos. Para alguns autores, essas transformações são oriundas de um fenômeno intitulado de Sociedade Pós-industrial, o qual pode ser compreendido da seguinte maneira, de acordo com De Masi (2003, p. 35):

o conceito de sociedade pós-industrial diz respeito, essencialmente, às mudanças na estrutura social, às transformações que se produzem na vida econômica e na estrutura profissional e, por fim, às novas relações que se estabelecem entre a teoria e a prática experimental, entre a ciência e a tecnologia.

Dentro do discurso pós-moderno da lógica pós-industrialista, as relações de trabalho estão sendo moldadas por novos conceitos, dos quais pode-se destacar a criatividade e o capital humano. Nessa perspectiva, tem se propagado que pela primeira vez na história do mundo ocidental, o capitalismo prescindiu inteiramente da força de trabalho rústica para sobreviver, uma vez que o processo de modernização mecânica, aliado à ciência e à tecnologia aumenta a produtividade e diminui os custos de produção, dispensando assim, boa parte da força de trabalho humana. De modo que os empregos exigiriam cada vez mais cérebro e menos braços.

Entretanto, quando se analisa a realidade social, o que tem se ampliado são as ocupações que exigem menor qualificação e não a criatividade destacada pelo pós-industrialismo. O mercado de trabalho brasileiro atual é um exemplo de como a retórica pós-industrialista está longe de se traduzir em melhores condições de emprego e renda.

Analisando o mercado de trabalho entre o segundo trimestre de 2021 e o mesmo período de 2022, o DIEESE (2022, p. 2) constatou que, proporcionalmente,

(...) a ocupação cresceu com mais intensidade entre as pessoas com menor escolaridade, como aqueles sem instrução e com menos de 1 ano de estudo (31,4%), e entre os que possuem Ensino Médio incompleto ou equivalente (14,0%). Já entre aqueles com Ensino Superior completo, a quantidade de ocupados aumentou somente 3,6%, enquanto entre os que têm superior incompleto ou equivalente, ampliou-se em 6,1%.

Desse modo, o referido estudo mostra que no Brasil o mercado de trabalho vem “(...) se precarizando não somente no estabelecimento de vínculos de trabalho sem proteção trabalhista ou social, mas também por meio da geração de empregos pouco complexos e pela perda de rendimentos” (DIEESE, 2022, p. 6). Portanto, caminhamos na contramão do que previam os teóricos do pós-industrialismo.

É notável que no decorrer do processo histórico diversas transformações ocorreram, principalmente, nas organizações sociais de produção material da sociedade, logo, a categoria trabalho passou por diversas alterações. No contexto contemporâneo, grandes mudanças têm ocorrido nos processos produtivos guiadas pela necessidade da reestruturação produtiva do capital, que tende a reconfigurar o trabalho mediante às leis tendenciais do capitalismo (MARX, 1996).

O fenômeno da reestruturação produtiva do capital produziu grandes transformações também nos processos produtivos no campo brasileiro, resultando em aumento da composição orgânica do capital (idem), que se materializa, entre outros aspectos, na intensificação do processo de mecanização agrícola.

Segundo Guilhoto (2002), no Brasil, nas áreas de produção de cana-de-açúcar a mecanização ocorre em 50% das áreas do Nordeste e em 80% das demais regiões. No estado de Alagoas, o cenário não é diferente, o processo de mecanização cresce a cada dia, promovendo uma dispersão da mão de obra canavieira, ampliando a mobilidade dessa mão de obra e o crescimento do trabalho informal.

Essas transformações no mercado de trabalho canavieiro podem provocar o aumento de problemas sociais no referido estado, o qual já conta com um contraste social significativo. De acordo com Carvalho (2008), o estado tem uma sociedade marcada por um dado incômodo: 62% da população é considerada pobre, pela pesquisa Radar Social do IPEA, e mais da metade dos seus habitantes se beneficia do programa Bolsa Família.

Compreendendo esse contexto e atuando como docente na Rede Pública do Estado, percebi que uma quantidade significativa de alunos eram ex-cortadores de cana e alguns ainda atuavam como cortadores. E a partir dos seus lamentos, fui estruturando minhas indagações sobre a questão agrária no estado e, particularmente, sobre as transformações na produção canavieira. As reflexões e questionamentos decorrentes do diálogo com esses trabalhadores, bem como a observação da magnitude dessa produção na paisagem e no Produto Interno Bruto (PIB) alagoano me guiaram para a elaboração desta pesquisa.

Ao adentrar no Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, as ideias que foram propostas para tal pesquisa foram lapidadas por algumas disciplinas e seus respectivos professores, que trouxeram grande estímulo e reflexões profundas para a realização deste trabalho, das quais posso destacar: Teoria e método; Estado, políticas públicas e desenvolvimento; Tópicos especiais em estudos geográficos I; Seminários de temas específicos em estudos regionais e modernidade; e Teoria social e método. Além disso, cabe ressaltar a importância dos estudos coletivos orientados pela prof.<sup>a</sup> Christiane Campos, os quais

contribuíram para aprofundar a leitura do método do materialismo histórico e dialético, sendo este o método utilizado nesta pesquisa, em virtude da necessidade de analisar a temática sob uma perspectiva histórica, política e econômica pautada nas relações sociais para além do aparente movimento da realidade. Como disse Marx (1998), se a aparência e a essência das relações sociais fossem a mesma coisa, a Ciência não seria válida.

A questão principal que esta pesquisa busca responder é: Como as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho impactam o setor canavieiro alagoano? A partir desse questionamento foram se delineando outros questionamentos: Essas transformações promovem uma reconfiguração no mercado de trabalho canavieiro alagoano? Como se relacionam os impactos no mundo do trabalho e a permanência das desigualdades socioeconômicas dos trabalhadores alagoanos? Qual o papel do Estado na perpetuação do domínio do setor sucroalcooleiro na economia alagoana?

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é analisar as transformações recentes no mundo do trabalho, sobretudo os rebatimentos delas no campo brasileiro em geral e na zona canavieira em Alagoas, em particular. Em relação aos objetivos específicos, buscou-se debater as mudanças na força de trabalho envolvida na produção canavieira e entender a possível relação entre a reconfiguração do trabalho, a mecanização e as desigualdades sociais, e analisar as modificações nessa atividade a partir da perspectiva de quem realiza ou realizou o trabalho de corte de cana.

Sendo assim, esta pesquisa se justifica pela necessidade de se compreender os elementos de mudança e permanência nas relações de trabalho no setor canavieiro em Alagoas, levando em consideração que o processo de dependência da produção canavieira cria uma contradição em relação ao desenvolvimento do estado, tendo em vista que quase 86% dos produtos agrícolas de exportação de Alagoas são derivados da cana-de-açúcar. Nesse sentido, a economia alagoana é refém dessas políticas do agronegócio canavieiro no estado.

À vista disso, mais que uma necessidade, torna-se uma obrigação promover uma atenção ao destino dos trabalhadores rurais, neste caso, dos cortadores de cana. De modo, que o desemprego oriundo desse processo pode disseminar e aprofundar mazelas sociais, tais como: miséria, violência, pobreza e desigualdades, intensificando as questões agrária e social. No decorrer do processo de pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, no qual diversos autores e suas respectivas obras foram analisadas, além de artigos científicos que ajudaram na construção teórica do texto, nos quais é possível destacar autores clássicos como Karl Marx e Karl Kautsky, além de autores como Ricardo Antunes, Christiane Campos, Giovanni Alves, Cicero Péricles de Carvalho, José Graziano da Silva, Jorge Greespan,

Ariovaldo Umbelino, Araken Lima, Verlane Santos, Kageyama e diversos outros. Em relação à pesquisa de campo, os cortadores de cana em Alagoas estavam no período entressafra, o que impossibilitou a ida até as usinas. De modo que as entrevistas foram realizadas com trabalhadores na zona rural do município de Santana do Ipanema – AL, e no povoado Quandú, município de Poço das Trincheiras – AL.

Além dessa introdução, a dissertação conta com três capítulos. O primeiro capítulo tem como escopo a reestruturação produtiva do capital e uma crítica aos debates propostos pela perspectiva do pós-industrialismo. No segundo capítulo, apresenta-se um debate sobre a formação socioespacial de Alagoas e a perpetuação do domínio da atividade canavieira na economia alagoana. E no último capítulo, encontram-se os resultados das entrevistas com os trabalhadores cortadores de cana. Por fim, nas considerações finais, procura-se evidenciar os elementos de permanência e de mudança no espaço agrário, a partir do que se constatou na análise da produção canavieira de Alagoas.

## **CAPÍTULO I - AS DINÂMICAS DO CAPITALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

Sob a ótica do materialismo histórico-dialético, o processo de trabalho deve ser considerado independentemente de qualquer forma social determinada. Para Marx (1996, p. 297):

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Nesse sentido, as naturezas, assim como o trabalho, são fundamentais para a construção do ser humano como ser social. Os meios de trabalho se fazem necessários para se compreender o grau de desenvolvimento de uma produção econômica e até mesmo de uma sociedade, além de proporcionar uma compreensão sob a forma social da construção da categoria trabalho. Assim, ainda de acordo com Marx (1996, p. 299):

Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha.

No decorrer do desenvolvimento das sociedades houve um momento em que trabalho e propriedade dos meios de produção foram separados, Marx (1996) denominou esse fenômeno de acumulação original de capital. Em relação a esse processo de acumulação, afirma Grespan (2021, p. 22):

No caso do capitalismo inglês, Marx a localizou no processo de “cercamentos” ocorrido no século XVI, quando uma nascente burguesia fundiária expulsou os camponeses das terras onde viviam e nelas instalou cercas, empregando depois como assalariados parte desses agora despossuídos. Com essa exclusão, os proprietários privados passaram a dispor, além da terra, de uma massa de trabalhadores formada pelos antigos camponeses que haviam perdido sua fonte de sustento.

Pela perspectiva jurídica, os trabalhadores agora eram sujeitos possuidores de uma liberdade singular, e exerceriam um trabalho vinculado a um contrato de forma totalmente voluntária, aqui se apresenta uma característica fundamental dessa nova forma de organização dos meios de produção: a contradição.

Percebe-se que a partir do fenômeno dos “cercamentos”, o trabalho na sociedade inglesa passa por uma reconfiguração e isso altera as relações sociais que ali predominavam. Sob a ótica da aparência desse processo, o camponês se torna livre, porém, essa liberdade não passa de uma escravidão escamoteada por alguns preceitos jurídicos.

A apropriação dos meios sociais de produção por uma classe proprietária e a separação dos trabalhadores desses meios deu origem a uma nova forma de organização social. Ainda de acordo com Grespan (2021, p. 21):

À idealização jurídico- política, Marx contrapôs a história da propriedade privada, mostrando que a propriedade não é um direito eterno da pessoa e não existiu desde sempre. Ao contrário, a forma privada da propriedade desenvolve-se a partir de uma época precisa da história europeia, entre os séculos XV e XVII, estimulada por uma distribuição dos meios de produção que os concentrava em poucas mãos. Desse modo, a maioria despossuída viu-se obrigada a vender a única coisa que lhe restava: sua força de trabalho transformada em mercadoria. A partir da distribuição capitalista dos meios de produção desenvolveu-se a distribuição capitalista dos meios de consumo, isto é, o mercado, no qual os trabalhadores gastam o salário recebido pela venda de sua força de trabalho em outro mercado, o mercado de trabalho.

A partir da dinâmica de separação de dois elementos centrais na análise dessa investigação, isto é, o trabalho e a propriedade dos meios de produção, eis que surge a consolidação do mercado, o qual aprisiona o trabalhador em um ciclo contínuo de venda da força de trabalho transformada em mercadoria, e consumo da mercadoria derivada da venda da força de trabalho, de fato, um *loop* temporal.

Com a consolidação do modo de produção capitalista, o capitalismo passa a ter uma forma de objetivar a produção da riqueza, em que o processo de trabalho se torna também processo de valorização, afirma Marx (1996, p. 305):

Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria: Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia.

Diante dessa afirmação, é necessário compreender o processo de produção também como processo de formação de valor. E o modo capitalista de produção vai buscar impor essa dinâmica de acumulação e, por conseguinte, as relações sociais que a alicerçam em todos os espaços que dominar, ainda que haja sempre muitas singularidades em cada tempo e lugar. Nessa perspectiva, Kautsky (1980) chama atenção para a necessidade de compreender como o

capital se apropria da agricultura, transformando e subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas.

Ao analisar a forma de organização social do campo antes da apropriação dos meios de produção pelos capitalistas, Kautsky (1980, p. 12) afirma que:

A família do camponês da Idade Média constituía uma sociedade econômica bastando-se inteiramente, ou quase inteiramente, a si mesma, uma sociedade que não apenas produzia os seus gêneros alimentícios, mas também construía a sua casa, os seus móveis e utensílios domésticos; fabricava mesmo a maior parte das ferramentas grosseiras com que curtia peles, preparava o linho e a lã, confeccionava as suas roupas etc. O camponês ia certamente ao mercado, mas unicamente para vender o sobejo do que produzia, e apenas comprava o supérfluo, exceto o ferro que empregava, aliás na menor quantidade possível. Do resultado do mercado poderiam depender a sua abastança e o seu luxo, mas nunca a sua existência.

As relações sociais de produção eram apaziguadas, um certo equilíbrio poderia ser percebido no processo de produção, consumo e troca. A única dependência do camponês europeu medieval era para com a terra, a qual lhe fornecia os meios necessários para garantir a sua sobrevivência. Nesse contexto, o mercado não era um fator preponderante na organização social do campesinato, muito pelo contrário.

Dois fatores passam a ser cruciais para remodelar as relações do campo para com as novas demandas que surgiam no meio urbano, o comércio e a indústria, de modo que com a evolução das formas de produção, diversas necessidades começaram a surgir, e o campo não conseguia acompanhar esse ritmo. Para Kautsky (1980, p. 13):

[...] o desenvolvimento da indústria e do comércio produziu também no meio urbano novas necessidades, as quais, da mesma maneira que os instrumentos novos, aperfeiçoados, penetravam no meio agrícola de maneira tanto mais rápida e tanto mais irresistível quanto mais ativas se tornavam as relações entre a cidade e o campo - necessidades a que a indústria rural não podia satisfazer. As blusas de tela e as peles de animais foram substituídas pelas roupas de lã, os sapatos de cortiça desapareceram diante dos calçados de couro etc. O 'militarismo, que arrasta os filhos dos camponeses à cidade e os familiariza com as necessidades urbanas, facilitou prodigiosamente essa evolução. A isso se deve atribuir, principalmente, a difusão do uso do fumo e da aguardente. Por fim, a superioridade da indústria urbana se tornou tão grande, em muitos domínios, que deu aos produtos da indústria camponesa o caráter de artigo de luxo, os quais o lavrador parcimonioso não poderia dar-se ao requinte de usar e à elaboração dos quais consequentemente renunciou. Assim foi que o desenvolvimento da indústria do algodão, que produziu tecidos a preços tão baixos, por toda parte limitou, em proporções importantes, a cultura do linho para o uso pessoal do camponês, suprimindo-a frequentemente de todo.

O distanciamento do modo de vida camponês e a sua forma de organização de produção começam a ser diluídas frente ao avanço da indústria, isso impacta a própria cultura do camponês, o qual organizava a sua produção de acordo com a sua necessidade, tanto de alimentos quanto de vestimentas.

É importante compreender que as transformações que passavam a ocorrer na forma como a sociedade produzia determinados bens, não alteravam apenas a estrutura econômica e as relações de troca e dependência, mas também a própria cultura, a forma de sobrevivência e até mesmo a perspectiva ontológica do ser enquanto produtor dos seus meios de subsistência eram alteradas.

O trabalho tem um caráter diferente em relação ao período histórico em que ele está inserido ou concretizado. Para Hilferding (1974), as modificações que ocorrem na estrutura das relações de produção entre os participantes do processo social de produção alteram a natureza do trabalho, provocando diversas transformações.

Durante o progresso das indústrias urbanas, um fator crucial para a mudança efetiva das relações de trabalho no campo, para além do processo de apropriação dos meios sociais de produção, foi a implementação das máquinas no campo. Ainda de acordo com Kautsky (1990, p. 19):

Em tal sentido, devemos incluir as máquinas entre os fatores principais de transformação. Os brilhantes resultados obtidos pelo maquinismo na indústria suscitaram naturalmente a ideia de sua introdução na agricultura. A grande empresa moderna tornava a coisa possível em virtude da divisão do trabalho - 'de um lado a divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e trabalhadores servidos de cultura científica, de outro lado, a especialização dos instrumentos e ferramentas e sua adaptação a atividades especiais - e como consequência, a produção em massa para o mercado.

Esse processo de mecanização acabou impulsionando o que Marx (1996) chamou de superpopulação relativa, que se origina pela crescente massa de trabalhadores que excede as necessidades da acumulação de capital em um determinado tempo e lugar. Tal fenômeno, acaba pressionando o valor médio do salário para baixo, disseminando um alto grau de desvalorização da mão de obra existente, acentuando ainda mais a propagação de mazelas sociais. Acerca do papel da maquinaria, afirma Marx (1996, p. 7):

Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia.

Além do processo de apropriação da mais-valia e da dispersão de parte da força de trabalho, o surgimento da maquinaria provocou um novo grau de exploração. De acordo com Marx (1996, p. 28):

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folguedo infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico, dentro de limites decentes, para a própria família.

Durante o processo de consolidação da indústria, agora atrelada à agricultura, as tendências cíclicas do modo de produção capitalista levaram o sistema a se reinventar, a fim de que a acumulação de capital não cessasse. Nesse sentido, o desenvolvimento científico e tecnológico vai sendo fundamental para avançar o processo de acumulação capitalista.

E essa dinâmica de ampliar a acumulação de capital com a incorporação crescente das inovações científicas e tecnológicas e a intensificação da exploração do trabalho que marcou o início do modo de produção de capital, aprofundou-se com o desenvolvimento capitalista.

### **1.1. A reestruturação produtiva do capital e seus rebatimentos nas relações sociais de produção**

A reestruturação produtiva que marcará o capitalismo a partir da década de 1970, na escala mundial e na escala latino-americana a partir da década de 1990, é parte dessa busca do capital por se reinventar, sobretudo, nos contextos de crise para assegurar a contínua ampliação do processo de acumulação. Para Santos (2007, p. 35 apud CORRÊA, 1999, p. 202):

A reestruturação produtiva [e industrial] consiste em um processo que compatibiliza mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho, bem como redefinição de papéis dos estados nacionais e das instituições financeiras, visando a atender às necessidades de garantia de lucratividade. Nesse processo, a introdução das novas tecnologias informatizadas tem desempenhado papel fundamental.

Em meados do final da década de 1980, uma série de representantes do capitalismo financeiro se reuniram em Washington para debater alguns assuntos voltados a políticas de austeridade fiscal e, conseqüentemente, reformas econômicas em países subdesenvolvidos, em

especial, nos países latinos, temas como privatizações, reforma tributária e regime cambial, foram discutidos nesse encontro, que ficou conhecido como “Consenso de Washington”

O Consenso de Washington formou-se a partir da crise do consenso keynesiano [Hicks (1974) e Bleaney (1985)] e da correspondente crise da teoria do desenvolvimento econômico elaborada nos anos 40 e 50 [Hirschman (1979)]. Por outro lado, essa perspectiva é influenciada pelo surgimento, e afirmação como tendência dominante, de uma nova direita, neoliberal, a partir das contribuições da escola austríaca (Hayek, Von Mises), dos monetaristas (Friedman, Phelps, Johnson), dos novos clássicos relacionados com as expectativas racionais (Lucas e Sargent) e da escola da escolha pública (Buchanan, Olson, Tullock, Niskanen). (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 5).

De acordo com Antunes (2014), as mudanças que ocorreram no capitalismo brasileiro, em meados da década de 1990 foram impulsionadas, em grande medida, pelo Consenso de Washington, o qual provocou uma série de consequências na esfera do trabalho.

Essas reformas econômicas, que vieram para alimentar a forma como o capital se reorganizava diante da reestruturação produtiva, implicaram em uma onda de privatização e, conseqüentemente, de terceirização do trabalho, aliado a um caráter de exploração e aumento da jornada de trabalho.

Segundo Antunes (2014): “A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade” [...].

A reestruturação produtiva é um reflexo das crises capitalistas, aliadas ao modelo neoliberal, que no delinear da história se mostrou ineficiente diante dos choques econômicos que se apresentaram em determinados períodos, articulados com o processo de mundialização do capital, que para muitos teóricos foi impulsionado pela ação da globalização econômica com a consolidação do capitalismo financeiro, atrelado à lógica parasitária do rentismo. Em relação ao modelo neoliberal e a mundialização do capital, temos a seguinte citação:

Os processos econômicos destacados correspondem, historicamente, à política de caráter neoliberal promovida primeiramente nos EUA e na Inglaterra da década de 80, e que desde os anos 90 expande-se a quase todo o mundo, em que a liberalização, a desregulamentação e a privatização passam a garantir o livre circular dos agentes econômicos, nomeadamente os financeiros. Desta perspectiva, a expressão “globalização”, nascente nas business schools americanas, toma seu verdadeiro sentido, referente aos parâmetros próprios da ação estratégica do grande grupo industrial sob as três formas: de capital produtivo, de capital comercial e de capital financeiro (Santos, 2007).

Diante das crises capitalistas, esse modo de produção passou por diversas transformações e adaptações, no intuito de se reestruturar explorando as diversas possibilidades materiais de produção. Diante dessa lógica, uma das estratégias do capital foi a formação de

*trustes* que atuam principalmente nos países em desenvolvimento. Segundo (Santos 2007, apud Chesnais, 1997):

[...] o resultado desse processo combinado de investimento internacional cruzado e de aquisições e fusões é a formação, em termos da estrutura de oferta, de um oligopólio mundial, e não mais exclusivamente de um oligopólio no plano nacional, como diagnosticado há mais de vinte anos.

Dessa forma, as grandes empresas multinacionais passam a operar de um modo diferente. Para Santos (2007, p. 20): ‘Outra questão importante, e que está relacionada à forma de constituição da grande empresa multinacional neste novo momento, aliada ao seu caráter rentista, diz respeito ao ganho advindo da apropriação do conhecimento científico na forma da propriedade intelectual’. De acordo com Prado (1996, p. 108-109):

A pós-grande indústria projeta um modelo limite de empreendimento capitalista: empresas sem fábricas, ou seja, empresas que concentram apenas as atividades financeiras e as atividades de pesquisa e de criação de bens culturais, científicos e tecnológicos, ou seja, daqueles valores de uso que, sob a forma de mercadorias, podem receber a forma de capital de empréstimo. Os ativos desse tipo de empresa consistem, então, apenas em dinheiro, títulos públicos e privados, ações, assim como direitos de propriedade intelectual. Rigorosamente, essa empresa não produz e não vende diretamente mercadorias do modo ordinário; ela comercializa o direito de acesso às suas patentes, direitos autorais, marcas, projetos e processos de produtos etc. que não são mais do que mercadorias que funcionam como capital.

Diante das diversas mudanças que acontecem na sociedade, mais precisamente na categoria trabalho, o *modus operandi* das grandes indústrias também se reconfigura, agora, sob a égide do capitalismo financeiro. Com o avanço do mercado de tecnologia, viu-se nas patentes uma nova forma de mercado, que agora está atrelada ao rentismo. De acordo com Santos (2007, p. 22):

Esse processo de financeirização da economia, como aqui estamos entendendo, deve ser apreendido em dois movimentos importantes, ambos correlatos à hipertrofia da esfera financeira e ao crescimento do capital a juros, venha ele da grande empresa industrial, dos bancos, dos donos da terra, ou das poupanças financeiras pessoais. O primeiro é relativo às instabilidades cambiais, que envolvem a economia capitalista desde a quebra do padrão dólar, no início da década de 70, e às tentativas de ajuste dadas pelas autoridades monetárias. O outro movimento diz respeito, mais especificamente, à subordinação do capital produtivo ao capital financeiro, com a rentabilização dos ativos produtivos materiais e imateriais, a exemplo da propriedade intelectual, na forma de patentes. Enfim, acompanhamos um processo crescente de financeirização da riqueza social.

A financeirização da economia está planejada ao próprio processo de reestruturação produtiva do capitalismo, uma vez que tal processo passa a ser consolidado em meio às

tendências desse modo de produção, tendências essas que colocaram o sistema em crise, levando-o a se reestruturar sob a ótica de novas formas de exploração, tal como o setor financeiro. Com a crise dos países capitalistas centrais que ocorreu na década de 1970, esse sistema passa por um novo processo de reestruturação produtiva, colocando em xeque a decadência e a não eficiência dos modelos fordista e taylorista de produção frente às novas organizações produtivas<sup>1</sup>.

O modelo toyotista de produção reconfigura todo o processo produtivo e a forma organizacional de produção capitalista, pondo um fim na divisão especializada do trabalho, englobando aspectos que de antemão não foram incluídos pelos modelos antecessores, logo, é possível dizer que o Toyotismo é um elemento fundante da reestruturação produtiva do capitalismo no século XX. Alves (2007) busca usar esse conceito por meio de uma perspectiva mais ampla, visando compreender os rebatimentos sociais que engendra. Desse modo, seu esforço é

(...) reconstituir o conceito, procurando torná-lo mais adequado à apreensão de processos sociais (e ideológicos) mais amplos, universais, que atingem a produção do capital, principalmente nos últimos 30 anos. Desse modo, diremos que o toyotismo não é meramente “modelo japonês” ou o “japonismo”. Apesar de ter a sua gênese histórica no Japão, nos anos 1950, é a partir da mundialização do capital, isto é, no decorrer da década de 1980, que o toyotismo adquiriu dimensão universal. A partir daí ele perde sua singularidade restrita e seu valor ontológico para a produção capitalista e o projeta como uma categoria universal, que articula, em si, um complexo de particularidades regionais, nacionais (e locais), seja de setores e empresas (Alves, 2007, p. 158).

A partir da incorporação do Toyotismo ao modo de produção capitalista e com a mundialização do capital, tal modelo se expande pelas organizações produtivas de todo o mundo, trazendo característica de uma produção *just in time*, a fim de não desencadear uma crise de superprodução como ocorreu com o Fordismo. Aqui a produção não deve gerar o consumo, seria o oposto, também é instituído um trabalho polivalente, isto é, o trabalhador exerce várias funções. Como afirma Alves (2007), a lógica do Toyotismo está na captura da subjetividade do trabalho pelo capital.

Todavia, a estrutura organizacional do modelo japonês não se limita à forma como as coisas serão produzidas e como o trabalho será executado, a própria ontologia do trabalho e do trabalhador é alterada através da ideologia, e o que é ideologia se não o que nos mostra Chauí (2017): o mascaramento da realidade social, a tomada do falso pelo verdadeiro.

---

<sup>1</sup> Fordismo e taylorismo foram as principais ideologias orgânicas da produção capitalista no século XX, tornando-se “modelos produtivos” do processo de racionalização do trabalho capitalista no século passado (Alves, 2007 p.156).

Nesse sentido, para Alves (2007, p. 159), o cerne essencial do Toyotismo consiste na

(...) busca do “engajamento estimulado” do trabalho, principalmente do trabalhador central, o assalariado “estável”. É através da “captura” da subjetividade que o operário ou empregado consegue operar, com eficácia relativa, a série de dispositivos técnico-organizacionais que sustentam a produção fluída e difusa.

Ao contrário dos modelos anteriores, no Toyotismo, o operário passa a ter uma certa participação ativa em relação a sua percepção sobre o que deveria ser melhorado dentro do modelo. Essa participação geralmente proporcionava saltos qualitativos para a indústria.

Com a reestruturação produtiva o trabalho sofre uma reconfiguração, no chão de fábrica, por exemplo, o trabalho passa a adquirir características totalmente diferentes, é elaborada uma gestão participativa, o trabalhador passa a fazer parte de círculos de controle de qualidade, passando a se engajar na produção e produtividade da empresa. É neste momento que o estranhamento do trabalho passa a ser incorporado sob a lógica produtiva do capital e sob a consciência do próprio trabalhador, isso provoca uma alteração nas relações sociais de produção, uma vez que o trabalhador passa a perceber a empresa não como um organismo que oprime e explora, mas sim, como uma família, e o termo " vestir a camisa da empresa" dá a sensação que o trabalhador faz parte dela, quando, na verdade, a relação que se tem na essência do fenômeno é totalmente oposta. A valorização individual do trabalhador, provocada pela reestruturação produtiva foi uma estratégia para destituir a classe trabalhadora enquanto movimento coletivo.

Dentro de uma abordagem voltada a uma análise de conjuntura, a história já dava sinais de uma possível desestruturação das bases capitalistas de produção. Assim, durante a década de 1970, ocorreram alguns fenômenos políticos e econômicos, dentre eles, o fim do sistema *Bretton woods*, o choque do petróleo, algumas tentativas de mitigar a expansão do socialismo na América Latina via instituição de golpes presidenciais, a implantação de ditaduras e os novos meios de exploração do campo, tal qual a Revolução Verde.

Tais evidências já sinalizavam um colapso no sistema de produção vigente. O processo de reestruturação produtiva surgiu com o intuito de fazer com que a acumulação capitalista não cessasse.

O que consideramos como sendo o toyotismo pode ser tomado como a mais radical (e interessante) experiência de organização social da produção de mercadorias sob a era da mundialização do capital. Ela é adequada, por um lado, às necessidades da acumulação do capital na época da crise de superprodução, e, por outro lado, é adequada à nova base técnica da produção capitalista, sendo capaz de desenvolver plenas potencialidades de

flexibilidade e de manipulação da subjetividade operária (Alves, 2007, p. 163).

Com o surgimento de um novo padrão tecnológico, o Toyotismo passa a reconfigurar o trabalho, implementado altos níveis de tecnologia no setor produtivo.

As deficiências e insuficiências do Fordismo salientaram-se, particularmente, no quadro do primeiro choque do petróleo (1973) e da recessão cíclica de 1973-1975. Simultaneamente, acentuavam-se as dificuldades fiscais do intervencionismo estatal keynesiano e do estado do Bem-Estar Social. A aceleração do processo inflacionário evidenciava os tropeços do regime fordista- keynesiano, no momento em que a acumulação de capital e o crescimento das forças produtivas tocavam os limites cíclicos da economia capitalista. Por fim, a introdução dos microprocessadores no interior da produção, intensificada na década de 80, tornou mais evidente a inadequação do regime fordista às inovações tecnológicas e, em especial, à automação eletrônica (Gorender, 1997, p. 314).

É de suma importância ter ciência do contexto histórico que tais eventos ocorreram, assim como todo o enredo das diversas variáveis que condicionaram tais eventos. Para Campos *et al.* (2015), Marx propõe que para entender uma sociedade é necessário entender a forma como a sociedade se organiza para uma dada produção, como nós nos organizamos para produzir materialmente a sociedade. Então, Marx vai dizer que as relações sociais de produção e as forças produtivas são os elementos centrais para se compreender a forma e o conteúdo de cada formação socioespacial.

Essas diversas mudanças na forma de organização da produção, sinalizam a necessidade de reinvenção do capital. Ainda de acordo com Alves (2007, p. 164):

Por isso, é a introdução da nova maquinaria, vinculada à III Revolução Tecnológica e Científica, o novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, que exige, como pressuposto formal ineliminável, o espírito do toyotismo, com a “captura” da subjetividade do trabalho sendo uma das pré-condições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital.

Quando a indústria passa a se concretizar no seio da sociedade capitalista, a mecanização incorpora parte do trabalho rústico, dando início a mais uma transformação no mundo do trabalho, a primeira que ocorreu com a separação do trabalho e dos meios sociais de produção, acabou retirando algo intrínseco à própria subsistência do camponês, o qual passou a se submeter a um regime de trabalho contratual, a segunda transformação ocorre com a concretização da indústria e com a mecanização, a qual substitui boa arte do trabalho humano.

Diante desse processo, as relações de trabalho no campo foram alteradas significativamente, como aponta Fleury (2010, p. 67):

A modernização da agricultura brasileira, que se deu no final da década de 1960 e na década de 1970, é denominada modernização conservadora. Isso porque, a opção foi por aumentar a produtividade, introduzir novas

tecnologias, com a utilização de insumos e fertilizantes, de sementes selecionadas e de agrotóxicos eficientes, mas sem a realização de reforma agrária. Esse processo de modernização, cuja necessidade começou a ser sentida em meados do século passado, veio a ser implementado durante a ditadura militar.

Com a instauração dessas práticas agrícolas de exportação, o trabalho no campo passa a ser flexibilizado visando não mais uma produção voltada ao mercado interno, mas sim uma produção de exportação, a concentração fundiária torna-se mais concentrada, e a mão de obra camponesa passa a diminuir gradualmente em virtude da mecanização, aumentando a mobilidade do trabalho. A partir daí um fenômeno migratório passa a ser acentuado do campo para a cidade, uma vez que o campo passa a ser um laboratório de reprodução do capital.

Realizou-se, então, nas décadas de 1960 e 1970, um processo de modernização cujo objetivo era propiciar um salto no padrão agrário da época, com um significativo aumento na produtividade, de forma tal, que fosse esvaziada a luta pela terra, ou seja, de forma que os conflitos decorrentes das lutas camponesas deixassem de ser tema nacional. O atraso seria superado pela modernização e, não, pela luta de classes. É claro, que a implantação do modelo não se deu sem que houvesse acirrada resistência à imposição governamental (FLEURY, 2010, p.70 apud LINHARES; SILVA, 1999, p. 188).

Logo, os conflitos no campo pela posse da terra tornam-se latentes, e o panorama da economia brasileira centra suas ações na política da monocultura do agronegócio, reconfigurando de forma drástica as relações sociais do campo, vinculando o campo à agroindústria.

Para Graziano (1996), o fator preponderante desse processo é o desenvolvimento do mercado interno do capitalismo e a divisão social do trabalho. A partir daí, surgem ramos industriais de existência própria, que passam a trocar seus produtos por produtos da agricultura em uma relação de somas desiguais. Desse modo, segundo Lenin, a agricultura se transforma em indústria.

O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que no começo uniam a agricultura e a manufatura. Mas, ao mesmo tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria na base das estruturas que se desenvolveram em mútua oposição, (Graziano1996 apud Marx, 1971).

Logo, a reestruturação produtiva do capital ocorreu nos mais diversos setores da sociedade, a implantação da revolução verde nos países da América Latina e, nesse caso, no Brasil, foi uma estratégia desse processo de reestruturação, aplicado ao espaço agrário brasileiro. Tal fenômeno não pode ser pensado apenas no campo do modelo fordista de

produção, é necessário perceber que as mutações do sistema permeiam diversos campos da sociedade, da economia e do trabalho.

Foi durante a década de 1980, que ocorreram os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotar, no início de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho. Iniciou-se a utilização da informatização produtiva e do sistema just-in-time; germinou a produção baseada em team work, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica (Antunes, 214, p. 14).

As diversas transformações que ocorreram no capitalismo mundial, em meados da década de 1970 e 1980, impulsionaram uma série de transformações no mundo do trabalho, guiadas pela nova divisão internacional do trabalho e pelo Consenso de Washington e deram início a um processo de desregulamentação do trabalho que resultou em um aumento dos problemas sociais do Brasil. Essas transformações passaram a consolidar um plano de organização produtiva com um caráter mais técnico, em virtude dos elementos tecnológicos que surgiram com a terceira revolução industrial. Assim, a própria estrutura organizacional que girava em torno do modo como a indústria se organizava para produzir algo foi alterada.

Todavia, o processo de reestruturação produtiva do capital passa a se efetivar no Brasil de forma tímida em meados de 1980, mas é a partir do início dos anos 90 que tal fenômeno passa a se consolidar no país.

Depois de um primeiro ensaio, sob o governo Fernando Collor, significativo, mas logo estancado pela crise política que se abateu sob seu governo, o processo de reestruturação produtiva deslanchou novamente, por meio do Plano Real, a partir de 1994, sob o governo Fernando Henrique Cardoso (Antunes, 2014, p. 16).

Logo, a reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho, no Brasil, são frutos desse longo e árduo processo de desenvolvimento histórico, o qual está atrelado à lógica de acumulação capitalista e de suas mutações.

Para Antunes (2014, p. 19), “O incremento tecnológico, as novas formas de organização da produção e a introdução ampliada da terceirização acabaram por acarretar altos níveis de desemprego e subemprego” [...].

É notável que com o processo de implementação tecnológica nas organizações de produção industrial, a taxa de desemprego tenderia a crescer, uma vez que uma parte significativa da mão de obra humana poderia ser substituída pela automação ou sistemas de software. Ainda de acordo com Antunes (2014, p. 20):

Este breve retrato aqui oferecido nos permite observar um nítido crescimento de relações de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de

assalariados com carteira para a de trabalhadores sem carteira assinada, especialmente durante a década de 1990. Se nos anos 1980 era relativamente pequeno o número de empresas de terceirização, locadoras de força de trabalho de perfil temporário, na década seguinte, esse número aumentou significativamente para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício, sem registro formalizado. Essas mutações, portanto, inseridas na lógica da racionalidade instrumental do mundo empresarial, estão intimamente relacionadas ao processo de reestruturação produtiva do capital, no qual as grandes empresas, por meio da flexibilização dos regimes de trabalho, da subcontratação e da terceirização, procuram aumentar sua competitividade fraturando e fragmentando ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho.

O aumento frenético da desregulamentação do trabalho, provocado pela terceirização, expansão e utilização constante da tecnologia no trabalho, acabou promovendo uma fragmentação e fragilização do poder social da classe trabalhadora e do sentimento de coletividade, fomentando ainda mais a pauperização do trabalho e a sua precarização.

A inserção da tecnologia no trabalho acaba proporcionando o aumento da exploração do labor, uma vez que com a expansão do desemprego, ocasionado pela automação ou inserção de máquinas, boa parte da mão de obra humana é dispensada, porém, aqueles que continuam trabalhando passam a ter maiores jornadas de trabalho. Pela lógica do senso comum, a tecnologia ajudaria o trabalhador a não se desgastar tanto no processo de produção, sendo algo totalmente benéfico, pois o ajudaria a não sofrer com o ritmo do trabalho, todavia, esse parece ser um dos mais altos graus de exploração que emanam do capitalismo. Nesse sentido, afirma Antunes (2014, p. 22):

Neste universo encontramos “os menos ‘instáveis’, que possuem um mínimo de conhecimento profissional e os meios de trabalho e, na grande maioria dos casos, desenvolvem suas atividades no setor de prestação de serviços”, de que são exemplos as costureiras, pedreiros, jardineiros, vendedor ambulante de artigos de consumo mais imediato como alimentos, vestuário, calçados e de consumo pessoal, camelôs, empregado doméstico, sapateiros e oficinas de reparos (Idem: 431). Há também os informais mais “instáveis”, recrutados temporariamente e frequentemente remunerados por peça ou por serviço realizado. Eles realizam trabalhos eventuais e contingenciais, pautados pela força física e pela realização de atividades dotadas de baixa qualificação, como carregadores, carroceiros e trabalhadores de rua e serviços em geral. Esses trabalhadores mais “instáveis” podem, inclusive, ser subempregados pelos trabalhadores informais mais “estáveis” (Idem: 431).

Tendo em vista que os níveis de escolarização, e até mesmo de alfabetização são preocupantes em muitos países da América do Sul, tal como no Brasil, a forma de organização atual das relações de produção material da sociedade, a priori, parece excluir uma massa de trabalhadores que não atuam no campo das ideias, da tecnologia e de outros setores voltados à esfera digital.

As transformações que ocorrem na sociedade acabam refletindo em diversos seguimentos, uma vez que a estrutura social está articulada com diversas variáveis, tal como a categoria trabalho. Tais mudanças ocorrem desde épocas que antecedem o modo de produção capitalista, contudo, as transformações as quais o trabalho passou eram conduzidas de forma natural, por exemplo, a inserção de técnicas de irrigação, preparação do solo e diversas outras formas de organização da produção que os camponeses utilizavam para garantir a sua sobrevivência.

No decorrer do processo do desenvolvimento histórico do mundo ocidental, as formas de organização e de produção passaram por inúmeras metamorfoses. Um momento importante a ser analisado é o processo de reestruturação produtiva que ocorreu em todo o mundo nas últimas décadas do século XXI. Um processo que é condicionado por inúmeros eventos de cunho geopolítico e econômico que passam a moldar as novas relações de produção, o que consequentemente tem impacto direto no mundo do trabalho.

Sendo assim, é possível inferir que as nuances relacionadas às transformações que ocorrem nas relações de produção e na forma como o trabalho é organizado são reflexos de uma estrutura que está totalmente arraigada na metamorfose do capital.

## **1.2. Para onde caminha o trabalho? Uma análise crítica do pós-industrialismo**

Na contemporaneidade, diversas mudanças no mundo social vêm alterando, de forma significativa, as relações de trabalho, empregabilidade, renda, bem-estar, dentre outras. Alguns estudiosos defendem que essas transformações estão configurando uma Sociedade Pós-industrial, a qual pode ser compreendida da seguinte maneira, de acordo com De Masi (2003, p. 35):

O conceito de sociedade pós-industrial diz respeito, essencialmente, às mudanças na estrutura social, às transformações que se produzem na vida econômica e na estrutura profissional, e por fim, às novas relações que se estabelecem entre a teoria e a prática experimental, entre a ciência e a tecnologia.

Nesse sentido, as relações de trabalho estariam sendo moldadas por novos conceitos, dentre os quais se destacam a criatividade e o capital humano. Para os defensores dessa perspectiva analítica, é notável que pela primeira vez na história do mundo ocidental, o capitalismo necessita inteiramente da força de trabalho rústica para sobreviver, uma vez que o

processo de modernização mecânica, aliado à ciência e à tecnologia aumenta a produtividade e diminui os custos de produção, dispensando assim, boa parte da mão de obra humana.

Esse arquétipo de sociedade traz consigo mudanças nos mais variados seguimentos sociais, podendo afetar até mesmo as relações sociais e de trabalho. Essas mudanças podem ocorrer da seguinte forma, de acordo com Miranda (2003, p. 10):

Os produtos para consumo continuarão a ser produzidos em larga escala e em níveis crescentes de diferenciação, mas serão feitos pelas máquinas programadas e automatizadas, de modo que o trabalho humano necessário para produzi-los estará a cargo dos inventores, gestores de métodos e processos e dos técnicos; a grande maioria dos trabalhadores migrará para o setor de serviços, enquanto uma parte deles permanecerá sem trabalho remunerado; o conhecimento teórico e técnico, auxiliado pelas tecnologias da informação, e a capacidade de invenção serão a força de trabalho de maior valor e, portanto, a educação e a criatividade, os meios necessários para a empregabilidade; a vida associada a fábrica estará em declínio, o local de trabalho disperso, a cidade terá funções modificadas; haverá transformação da personalidade e a individualidade, o lazer e a cultura serão valorizados; a luta de classes polarizada será substituída pelos movimentos de interesses similares, a democracia representativa se enfraquecerá, assim como os partidos políticos, e mudará o papel do estado.

Um dos fatores que leva a essa leitura de que vivemos uma sociedade pós-industrial é a velocidade das alterações no mundo do trabalho, sobretudo nos países desenvolvidos. Um estudo realizado na universidade de Oxford no ano de 2013 apresentou dados estatísticos da propensão de automação de algumas profissões, a tabela a seguir elenca algumas profissões.

**Tabela 1** – Profissões mais propensas à automação

Probabilidade	Profissão
0,99	Operadores de telemarketing
0,99	Responsável por cálculos fiscais
0,98	Avaliadores de seguros, danos automobilísticos
0,98	Árbitros, juízes e outros profissionais desportivos
0,98	Secretários Jurídicos
0,97	Hosts e hostesses de restaurantes, lounges e cafés
0,97	Corretores de imóveis
0,97	Mão de obra agrícola
0,96	Secretários e assistentes administrativos, exceto os jurídicos, médicos e executivo

Fonte: Carl Benedikt Frey e Michael Osborne, Universidade de Oxford, 2013.

O imaginário ideológico da quarta revolução industrial e da sociedade pós-industrial não se distancia muito um do outro, de modo que na reconfiguração da forma de trabalho dentro do seu bojo teórico existe a ideia de que o emprego deve crescer em relação aos cargos que possuem um teor cognitivo, mais ainda sobre aqueles que possuem um aspecto manual, já os empregos de caráter repetitivos devem diminuir consideravelmente em virtude da sua propensão à automação.

Diante dessas transformações na forma social do trabalho, afirma Schwab (2016, p. 20):

A quarta revolução industrial irá gerar grandes benefícios, e em igual medida, grandes desafios. Uma preocupação em particular é a desigualdade exacerbada. Os desafios colocados pelo aumento da desigualdade são difíceis de quantificar, pois, em grande maioria, somos consumidores e produtores; dessa forma; a inovação e a ruptura afetarão nossos padrões de vida e bem-estar tanto de forma positiva quanto negativa.

A quarta revolução industrial, tal como as revoluções que a antecederam, não passaram de uma das metamorfoses pela qual o capital necessita para se reerguer e continuar com o processo de acumulação, todavia, é notável que tais revoluções trazem uma série de benefícios tecnológicos nas mais variadas esferas, como por exemplo, na saúde, nos medicamentos, porém, existe um questionamento, será que toda a população tem acesso às tecnologias que vêm surgindo nos mais variados ramos, como as que foram citadas acima? Em linhas gerais, as pessoas que de fato irão obter ganhos positivos com tais mudanças, são os indivíduos que fazem parte de um pequeno grupo privilegiado. Os termos de pós-industrialismo e revolução 4.0 são uma forma de escamotear uma possível reestruturação produtiva do capitalismo, que perpassa os campos da tecnologia, do mundo digital, como o da internet.

Como resultado, os grandes beneficiários da quarta revolução industrial são os provedores de capital intelectual ou físico – os inovadores, os investidores e os acionistas; isso explica o fosso crescente entre a riqueza daqueles que dependem do seu trabalho e aqueles que possuem capital (Schwab, 2016, p. 21).

O discurso de que as mudanças, de um modo geral, serão sempre positivas, pode ser visto como algo utópico. A leitura dialética nos proporciona um entendimento de que as transformações são intrínsecas à sociedade. Todavia, é necessário compreender que tais mudanças podem ser impulsionadas ou até mesmo guiadas por algo maior, aqui não me refiro a divindades, mas sim a relação social capital, cerne do modo de produção capitalista que possui

em suas entranhas uma notável necessidade de se reinventar, a fim de garantir a sua sobrevivência e, sobretudo, a ampliação de sua capacidade de acumular.

No contexto do mundo pós-industrial, os teóricos desse ideário apresentam a ideia de que devido às diversas transformações que se coadunam entre a sociedade pós-industrial e o mundo do trabalho, a luta de classes chegaria ao fim, possivelmente, em virtude do grande bem-estar promovido pelo novo desencadear das relações de servidão moderna, agora fantasiada pela ótica do pós-industrialismo.

Diante da crítica promovida ao enfraquecimento das lutas de classe, supõe Salvadori (2016, p. 253): Em que medida, portanto, pode-se ainda sustentar a existência de um conflito de classe, em sentido estrito, no momento em que a classe trabalhadora não tem mais uma contraparte que, internamente, seja homogênea?

O proletário, o pobre escravo da indústria que não se diferenciava de seus companheiros de desventura nem pela capacidade nem pelo trabalho, nem pelo salário, nem enfim pelo prestígio, saiu de cena. Mais importante ainda, também o seu mais direto sucessor, ou seja, o operário – uma figura não tão indigente, mas por certo não menos alienada -, parece ter-se afastado, hoje em dia. (Salvadori, 2016 apud Dahrendorf, 1982).

Semelhante à miséria da razão, estimulada pelos pós-estruturalistas, na fábula contada por alguns teóricos pós-modernos, nesse caso, da abordagem do pós-industrialismo, devido à imersão desse novo protótipo de sociedade, começa a se instituir um modelo de fragmentação da classe trabalhadora, para com o próprio trabalhador. Isto é, dentro de uma categoria de trabalho, os trabalhadores que possuem uma certa especialização da produção de um dado bem se sobressaem em relação ao trabalhador que não tem tanta instrução normativa perante as formas de organização e execução da produção.

Dito isso, ao que parece estar sendo instituído é uma tentativa de enfraquecimento, de ruptura da própria classe trabalhadora, colocando os próprios trabalhadores dentro de uma lógica de competitividade interna, estimulando uma autodestruição, enquanto as novas formas que dizem respeito a como o capitalismo se apresenta, permanecem ocultas aos olhos do proletariado. Para Prieb (2005, p.25):

O que se nota é o surgimento de teorias que, à luz do chamado “aburguesamento” da classe trabalhadora, da decadência do movimento operário e de seus partidos representativos, acabam por desqualificar a classe trabalhadora como agente transformador e até mesmo negar a existência da luta de classes.

As teorias que defendem que a centralidade do trabalho no processo de acumulação capitalista estaria, agora, atrelada a aspectos tecnológicos, passou a inserir o trabalhador em segundo plano devido à sistematização do desemprego via automação.

Apesar do potencial impacto positivo da tecnologia no crescimento econômico, é essencial, contudo, abordar o seu possível impacto negativo, pelo menos a curto prazo, no mercado de trabalho. Os temores do impacto da tecnologia sobre o desemprego não são novos. Em 1931, o economista John Maynard Keynes alertou sobre a difusão do desemprego, “pois na descoberta dos meios de economizar o uso de trabalho ultrapassa o ritmo no qual podemos encontrar novos usos para o trabalho” (Schawb, 2016, p. 41).

Diante do fator desemprego, as desigualdades se tornam mais latentes, todavia, é necessário compreender que as transformações que ocorrem no mundo do trabalho são consequências das necessidades cíclicas do modo de produção capitalista, isto é, o trabalho passa a ser reinventado de acordo com as leis tendenciais desse modo de produção, logo, o trabalho é totalmente intrínseco ao processo de acumulação capitalista, é através da superexploração dessa categoria que esse modo de produção sobrevive. Conforme Prieb (2005, p. 26), as mudanças pela qual o trabalho vem passando são um reflexo das crises capitalistas.

A crise de acumulação capitalista resulta em uma nova investida contra os trabalhadores, por meio da elevação da taxa de exploração como contrapartida à diminuição da taxa de lucro. Para conseguir seu intento, o capital utiliza a ampliação da jornada de trabalho, a precarização do trabalho, bem como inovações na forma de produzir e organizar a produção, como surgimento do Toyotismo em substituição ao Taylorismo – Fordismo, significando com isso uma reestruturação produtiva, cuja mais perniciosa consequência é, sem dúvida, a redução do número de trabalhadores necessários à produção.

Quando as crises promovem uma desestruturação na estrutura do modo de produção capitalista, é sinal de que uma possível reestruturação ocorrerá. Quando isso acontece, diversas alterações passam a ocorrer em todos os organismos que estão inseridos nessa lógica de produção. E com o trabalho não é diferente, à medida que novas formas de tecnologia de produção são aplicadas na reestruturação produtiva do capital, muitos trabalhadores passam a ser descartados, porém, os poucos que permanecem sofrem uma taxa de exploração ainda maior.

Dessa maneira, visando minimizar a crise de acumulação capitalista, é que no último quartel do século XX, as inovações tecnológicas crescem a passos largos. Observa-se, a cada momento, o desenvolvimento das forças produtivas com a introdução da robótica, da microeletrônica, da automação, da cibernética, entre outras, além de novas formas de organização produtiva e empresarial, que implicam em sensíveis alterações na produção, nos transportes, na comunicação, na cultura etc. A crise que se estaria verificando no mundo do trabalho teria assumido um caráter ainda maior nos últimos anos

com a derrocada do socialismo real e a conseqüente crise do movimento operário e anticapitalista mundial. (Prieb, 2005, p. 27).

O futuro do trabalho parece ser guiado por um discurso tendencioso, fantasiado de prosperidade para a classe trabalhadora, todavia, a história tem deixado marcas no espaço geográfico, e essas marcas estão arraigadas no tempo, trazendo à tona as memórias de um futuro que parece ser um reflexo do passado.

### **1.3. O futuro do trabalho agrícola e a metamorfose do capital**

No decorrer do desenvolvimento histórico do mundo ocidental, diversas transformações ocorreram na agricultura, essas modificações tendem a reconfigurar as relações sociais e, conseqüentemente, as relações de produção no campo, uma vez que esse espaço passa a ser palco de um processo de mutações que estão relacionadas à reprodução do capital. No Brasil, o fenômeno da modernização da agricultura se intensifica a partir da década de 1970. Na década de 1990, a expansão do agronegócio engendra novas transformações que aprofundam desigualdades e que se expressam na estrutura fundiária. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020):

No que se refere aos dados quantitativos, ao se analisar o índice de Gini, utilizado para medir as desigualdades na distribuição da terra, percebe-se que a estrutura fundiária brasileira ainda apresenta um alto grau de concentração, que se manteve, praticamente, inalterado entre 1985 e 2006, e cresceu no último levantamento. Segundo o Censo Agropecuário 2017, o índice de Gini – indicador da desigualdade no campo – registrou 0,867 pontos, patamar mais elevado em relação aos dados verificados nas pesquisas anteriores: 0,854 (2006), 0,856 (1995-1996) e 0,857 (1985). Cabe observar que quanto mais perto essa medida está do número 1, maior é a concentração na estrutura fundiária. Essa desigualdade é mais elevada no estado do Maranhão, onde o índice de Gini atingiu 0,888 em 2017, seguido pelos estados do Amapá (0,885), Mato Grosso (0,876) e Mato Grosso do Sul (0,867). Os maiores aumentos, contudo, ocorreram nos estados de Roraima (18,7%), Distrito Federal (5,1%) e São Paulo (3,1%). Por outro lado, a desigualdade diminuiu nos estados do Rio Grande do Sul (4,9%), Pernambuco (3,6%) e Ceará (2,0%).

Essa tendência de consolidação da estrutura fundiária concentrada no Brasil perpetua um contexto de conflitos pela terra no país. Percebe-se que existe uma conexão de causa e efeito entre as transformações que ocorrem no campo, uma vez que tais transformações são um reflexo da metamorfose do capital. A tabela a seguir apresenta a evolução dos conflitos no campo brasileiro.

**Tabela 2 - Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2013 - 2022)**

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Conflitos por Terra										
Ocorrências	804	828	829	1123	1035	1004	1308	1628	1291	1500
Ocupações/Retomadas	247	223	234	224	195	159	46	34	53	69
Acampamentos	16	22	30	25	13	21	5	3	3	3
total	1067	1073	1093	1372	1243	1184	1359	1665	1347	1572
Assassinatos	30	34	30	37	49	61	70	27	27	14
Pessoas Envolvidas	40034	52810	54845	64461	61108	62023	62253	70602	69320	72521
Hectares	18443 874	27051 410	41368 772	41133 531	45640 019	47401 050	59463 214	78885 124	73981 614	80165 951

Fonte: Setor de documentação da Secretaria da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2022.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), “Dados referentes à concentração fundiária são, por si sós, reveladores do processo histórico de exclusão da maioria dos cidadãos do acesso à terra”. Diante disso, percebe-se que os interesses do capital estão alinhados às políticas governamentais do país, visto que as políticas neoliberais reconfiguraram o campo brasileiro em virtude das demandas da expansão da acumulação de capital no campo.

No interior desse processo de mundialização e do neoliberalismo, a agricultura que antes baseava-se na produção dos camponeses sustentada por fortes subsídios agrícolas, na revolução verde, na agroquímica, no sistema de estoques governamentais, e tinha na FAO seu órgão mundial, passou a conhecer um profundo processo de mudança. Primeiro, foi a pregação neoliberal contra os subsídios, e conseqüentemente, contra a agricultura de base familiar camponesa. Segundo, foi o fim dos estoques governamentais e a substituição das políticas de soberania alimentar pela política de segurança alimentar, sacada da área da saúde pública e alçada para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Terceiro, foi a substituição dos estoques governamentais pelos estoques das multinacionais e o mercado como único regulador. Quarto, foi a criação da Organização Mundial do Comércio - OMC,

como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais. (Oliveira, 2012, p. 6).

Ainda de acordo com Oliveira (2012, p. 6):

(...) a agricultura, sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de commodities, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. Primeiro, visou transformar toda produção agropecuária, silvicultura e extrativista, em produção de mercadorias para o mercado mundial. Portanto, a produção de alimentos deixou de ser questão estratégica nacional, e, passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida. As principais commodities são: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja, entre outras. No Brasil acrescenta-se também, etanol e boi gordo.

Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, o discurso que a Revolução verde trouxe em seu bojo, era o de que a inserção da tecnologia no campo e todos os outros elementos que esse fenômeno possuía poderiam aumentar a produtividade de alimentos, mitigando de forma gradativa a problemática da fome, da miséria e da pobreza, contudo o que ocorreu foi o oposto do que se pregou em seu discurso ideológico, “a modernização da agricultura segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas determinados produtos e produtores, tendendo a fortalecer a monocultura” (Teixeira, 2005, p.22).

Essas mudanças que surgiram com a Revolução verde transformaram a agricultura em uma indústria, colocando o espaço rural a mercê do capital. A partir da ótica de uma análise de conjuntura, percebe-se que no período em que a Revolução verde foi instaurada nos países subdesenvolvidos, o capitalismo estava propenso a uma crise que se consolidaria a partir de diversos fatores, tal como o choque do petróleo que ocorreu em meados de 1970, dentre a necessidade de uma reestruturação produtiva. Dessa forma, as transformações que ocorreram e vêm ocorrendo no campo brasileiro são formuladas para a destituição do campesinato e do fortalecimento do agronegócio que provoca danos nas mais variadas esferas da sociedade, tais como problemas ambientais, aumento da desigualdade social, desemprego estrutural, fome e conflitos no campo.

Para Silva (1997), a intensificação da industrialização do campo, transformou as relações sociais de produção, dando início ao novo rural brasileiro, é notável que a inserção da tecnologia foi um fator preponderante para isso, contudo, essa não foi a única variável. Atualmente, percebe-se a multifuncionalidade do campo, uma vez que esse espaço deixou de ser somente agrário.

Nesse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Isso significa basicamente que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural nesse final de século. (Silva, 1997, p. 171).

A condicionalidade das formas de apropriação do campo pelo capital são totalmente elásticas, isto é, são sensíveis ao próprio capitalismo, à vida dos homens, à forma de organização social dos próprios camponeses e à agricultura; absolutamente tudo é dialético, todavia, esse movimento de constantes mudanças não acontece pela naturalidade dos fenômenos, mas sim pela constante do capital, que tende a interferir no próprio ciclo da natureza, transformando as estruturas genéticas dos alimentos para impulsionar a produtividade, utilizando pesticidas para eliminar as pragas e prejudicando, conseqüentemente, a saúde humana. Aqui, torna-se possível compreender a relação de causa e efeito entre as mutações do capital para com o campo, a vida e o homem. Ao analisar o perfil de empregabilidade no campo, percebe-se que há uma tendência de queda exponencial do número de pessoas ocupadas no campo.

**Tabela 3** - Série Histórica dos Censos Agropecuários - 1975/2017 – Brasil

	1975	1980	1985	1995-1996	2006	2017
Estabelecimentos	4 993 252	5 159 851	5 801 809	4 859 865	5 175 636	5 073 324
Área total (ha)	323 896 082	364 854 421	374 924 929	353 611 246	333 680 037	351 289 816
Pessoal ocupado	20 345 692	21 163 735	23 394 919	17 930 890	16 568 205	15 105 125
Tratores	323 113	545 205	665 280	803 742	820 718	1 229 907

Fonte: IBGE, 2019.

A expansão do capital constante torna-se uma realidade no espaço agrário, acompanhado por uma diminuição do capital variável, cujo objetivo é a estimulação das forças produtivas pela constante acumulação de capital. O crescimento do número de pessoas desocupadas pode ser um reflexo das transformações que vêm ocorrendo no campo, tal como a aplicação de tecnologia no espaço rural, dentre outras variáveis que são fruto do processo de reestruturação produtiva.

De modo geral, o capital amplia e acentua, neste começo de milênio, seu arco de efetivação enquanto relação social, não mais restrita ao mundo fabril e nos impõe que consideremos um espalhamento de realizações da expropriação/dominação/apropriação do trabalho (Thomaz Jr, p. 11, 2004).

Agora, mais do que nunca, o campo é o palco das transformações das relações sociais de produção, as quais são guiadas pela metamorfose do capital, tais relações estendem-se desde a implementação do agronegócio no espaço rural e, talvez, a reestruturação produtiva que se inoculou nas vias campestinas esteja relacionada ao fato do Brasil ser um dos maiores países em extensão territorial, com terras férteis e um clima perfeito para a produção agrícola. Logo, por não ser um país de industrialização própria, não existe praticamente um produto nacional de caráter eletroeletrônico, como televisões, ar-condicionado ou até mesmo veículos. O Brasil tende a se enquadrar na lógica da exportação de *commodities*, tornando-se um país mais rural do que industrial, porém, esse rural não é guiado pela lógica campestina de organização e produção, mas sim, pelos interesses do capital.

Diante dessas novas formas de organização das relações de produção, é necessário pensar na importância da compreensão acerca da consciência de classe que o trabalhador precisa ter, de modo que é através dessa consciência que ele despertará as nuances das mudanças do trabalho pela metamorfose do capital.

Nesse sentido, Para Thomaz Júnior (2004, p. 12):

Até do ponto de vista simbólico, isso de maneira geral, tem significado especial para os trabalhadores, mas sobretudo, porque esse poderá ser um flanco por onde emergirão discussões a respeito da plasticidade do trabalho, ou seja, poderemos apreender as diferentes formas de trabalho a que o trabalhador tem se submetido para vencer os revezes da reestruturação produtiva do capital, da terceirização, da intensificação, da precarização, do desemprego etc., a fim de focar a noção de (des)pertencimento de classe. Essa é uma nova janela que se abre para nós pesquisadores, como forma de, efetivamente, nos colocarmos presentes diante das contradições que perpassam o universo do trabalho no Brasil, pretextando somar forças ao sentimento crítico anticapital.

Partindo dessas afirmações, o trabalhador necessita ter a consciência e um senso crítico para compreender todo esse processo de transformações que ocorrem no trabalho, e que tais mutações não se apresentam de uma forma natural, e sim, pelo engendramento das forças de reprodução do capital, nesse caso aplicado ao campo. Nas palavras de Júnior (2004): ‘É por dentro da dinâmica da luta de classes que nos propomos a apreender os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital no campo sobre o trabalho’.

Na perspectiva pós-modernista, a luta de classes tende ao fim, em virtude da substituição massiva do trabalho humano pela automação, afirmando-se que o capitalismo não prescindiu intrinsecamente da força de trabalho rústica para sobreviver, essas fábulas, travestidas de teoria

econômico social têm um objetivo, enfraquecer pela via da ideologia o movimento social dos trabalhadores, colocando-os fora do pensamento coletivo e instituindo um pensar individual, tirando da prática econômica do livre mercado o seu elemento principal, a concorrência, e agora, aplicando esse preceito no trabalho e, conseqüentemente, na vida social.

Essa tentativa de desarticular o poder social dos trabalhadores pela diminuição da sua participação no processo industrial não tem uma coesão totalmente fundada, visto que não é a quantidade que importa de forma absoluta, mas sim a consciência de classe que os trabalhadores devem ter.

Na verdade, Marx pensou tal classe não apenas pela sua dimensão objetiva, mas também em função de sua subjetividade coletiva. Subjetividade que podemos entender em uma dupla dimensão, completamente combinada na prática: de um lado, subjetividade é um termo associado à consciência de classe; por outro lado, não dissociado da primeira dimensão, a classe trabalhadora é um sujeito histórico-social, um sujeito consciente que pode alterar os rumos da história por meio de sua práxis. (Mattos, p. 43, 2019).

A partir dessa abordagem e das evidências que indicam qual o futuro do trabalho e para onde ele caminha, surge um pensamento crítico que procura investigar a natureza das transformações que permeiam essa categoria e o seu grupo principal, ou seja, a classe trabalhadora. A reconfiguração e as tendências da reestruturação produtiva do capital tendem a guiar as novas relações de produção no campo, tais relações estão estritamente relacionadas às demandas da acumulação de capital. É nessa perspectiva que se deve compreender o processo de expansão da produção de commodities no Brasil.

O crescimento gradativo do saldo da balança comercial brasileira pode ser compreendido pela relação das transformações que vêm ocorrendo no espaço rural brasileiro, sobretudo a partir das relações de expropriação do trabalho e da organização das formas produtivas. A tabela a seguir apresenta os principais produtos exportados pelo Brasil em uma escala de 20 anos.

**Tabela 4** – Principais produtos exportados pelo Brasil – 2000 e 2020 em US\$ milhões

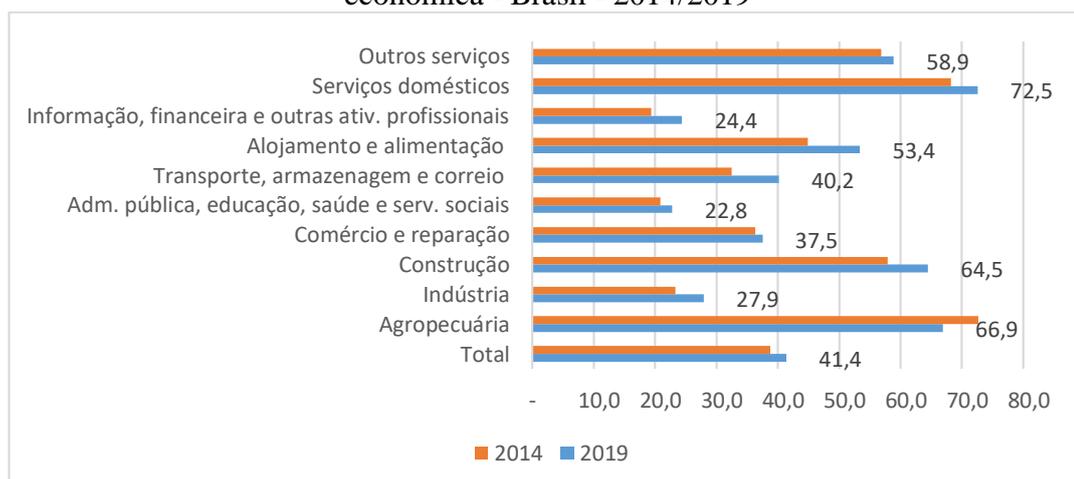
Produto mais exportado dos anos 2000	US\$ milhões	Produto mais exportado em 2020	US\$ milhões
Aviões	3 430	Soja mesmo triturada	28 564
Minérios de ferro	3 048	Minérios de ferro	25 789

Soja triturada	2 188	Petróleo em bruto	19 614
Automóveis	1 759	Carne de bovino	7 447
Apar. trans./recep./comp.	1 753	Açúcar cana em bruto	7 381
Farelo de soja	1 645	Celulose	5 984
Celulose	1 601	Farelo de soja	5 909
Café cru em grão	1 558	Milho em grãos	5 853
Calçados	1 547	Carne de frango	5 482
Prod. semimanuf. ferro/aço	1 360	Café cru em grão	4 971
Somas principais	19 889	Somas principais	116 994
Total exportado	54 993	Total exportado	209 180
Partic. principais/total	36%	Partic. principais/total	56%

Fonte: Ministério da Economia, 2020.

As participações de produtos agrícolas de exportação apresentam valores significativos, tal como o açúcar, isso mostra que, mesmo após vários séculos, a cana continua tendo um papel marcante na perspectiva de um crescimento econômico. Os vários investimentos em capital constante no campo aceleram o processo de produção e o processo de desocupação no campo, isto é, o aumento de pessoal desocupado. A taxa decrescente de pessoas ocupadas no campo indica que a intensificação de um modelo agroexportador, o qual está relacionado com as necessidades de modo de produção vigente, agora atrelado a sua fase de especulação financeira, tende a dar continuidade à acumulação de capital.

**Gráfico 1** - Proporção de pessoas em ocupações informais, segundo os grupos de atividade econômica - Brasil - 2014/2019



Fonte: IBGE, 2019. Elaboração: Patrick Oliveira Silva, 2023.

A taxa decadente da participação da força de trabalho na agricultura, como já mencionado no decorrer desse tópico, está relacionada à reestruturação produtiva do capital, todavia, existe uma preocupação em relação ao desemprego no espaço rural, visto que muitos desses trabalhadores se quer sabem ler, logo, de que modo será possível inseri-los em ambientes que exigem um aspecto mais tecnicista e não somente braçal.

Como pode ser observado, a preocupação com que os interesses das diversas classes sejam contemplados, como se isso fosse possível, mostra-se presente na obra de De Masi [...] O autor entende que a sociedade atual está caminhando para a sociedade do tempo livre, em que prevalecerá o “ócio criativo<sup>5</sup>”, em que os indivíduos dedicariam seu tempo, mais livre do que nunca, para atividades como viagens, cultura, repouso, erotismo, estética, esporte, ginástica, meditação e reflexão. (Prieb, 2005, p. 123).

A partir de uma perspectiva crítica de análise, ancorada no materialismo histórico-dialético, essa investigação se propõe a dialogar com as seguintes questões: Como as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho impactam o setor canavieiro alagoano? Quais os elementos de mudança e de permanência no mercado de trabalho vinculado à produção canavieira, decorrentes do processo de reestruturação produtiva do capital? Quais os rebatimentos da retórica do pós-industrialismo nas políticas públicas voltadas para o trabalhador rural? Qual a percepção dos trabalhadores das transformações na produção canavieira? Quais os fatores que condicionam a expansão da tecnificação na produção canavieira em Alagoas? Qual o papel do estado no bojo dessas transformações no mercado de trabalho rural alagoano? Quais os rebatimentos do processo de reestruturação produtiva do capital na produção canavieira para a questão agrária e a questão social em Alagoas?

Com base nessas questões pretende-se desenvolver a pesquisa a partir de uma abordagem quali-quantitativa, sendo os aspectos quantitativos mensurados a partir do levantamento e análise de dados secundários, particularmente dos censos agropecuários de 1995-96, 2006 e 2017. Os aspectos qualitativos terão como base o trabalho de campo em um município da zona canavieira alagoana. O recorte temporal da pesquisa é a partir da década de 1990.

## CAPÍTULO II - O PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ALAGOAS

O processo de formação do território alagoano está atrelado a uma lógica de reprodução do capitalismo em sua forma mais primitiva, o mercantilismo. As necessidades de expansão do capitalismo comercial europeu deram início à formação e à construção do território brasileiro e, particularmente, do espaço geográfico alagoano. Conforme Rego e Marques (2014), o processo de formação socioterritorial brasileiro se caracterizou pela chamada via colonial de desenvolvimento do capitalismo.

[...] os países de via colonial somavam o atraso democrático ao econômico. Vale lembrar que existem algumas semelhanças entre o capitalismo de via prussiana e o de via colonial que os afastam da via clássica, colocando-os sob o mesmo manto das formas não clássicas de transição para o capitalismo. Porém, apesar das semelhanças (como a ausência de revoluções democrático-burguesas ou a existência de grandes propriedades de terra), há também diferenças substantivas entre as duas formas: enquanto a via prussiana representou uma passagem do feudalismo para o capitalismo, a via colonial não o fez, pois nasceu inserida no sistema já dominado pelo capital. Toca-se, portanto, na questão central da forma de propriedade fundiária implementada nas colônias: o latifúndio (Rego e Marques, 2014, p. 4).

Partindo do pressuposto do modo como as estruturas do capital se constituíram nesse período, torna-se mais fácil compreender a forma como o país e o estado de Alagoas foram moldados de acordo com as necessidades do capitalismo sob a via colonial.

A ocupação das terras brasileiras pelos colonizadores foi efetuada, inicialmente, nas regiões costeiras, adentrando por uma estreita faixa para o interior, se considerada a dimensão do território brasileiro, seja o estabelecido pelas capitanias hereditárias, seja o atual. No contexto colonial, alguns pontos do território destacaram-se devido ao desenvolvimento econômico e urbano, como a região Nordeste, que ocupava posição importante no cenário das ações colonizadoras. (Menezes 2011, p. 18)

A primeira atividade econômica desenvolvida na região Nordeste do país foi a extração do pau-brasil.

O litoral alagoano recebeu os primeiros exploradores portugueses em 1501, mas ficou abandonado por décadas por uma razão objetiva: eles não encontraram os metais preciosos tão procurados ou algo possível de comercializar na Europa e que justificasse uma presença organizada. O único produto de valor comercial encontrado foi a madeira do pau-brasil, utilizada como corante pela indústria de tinturaria europeia. A extração rudimentar era nômade, devido à procura de madeira espalhada na floresta, realizada de maneira intensiva, sem o necessário replantio e que rapidamente se esgotava (Carvalho, 2016, p. 12).

Essa atividade extrativista deu início ao primeiro ciclo econômico<sup>5</sup> da economia brasileira, todavia, em virtude do caráter predatório dessa prática, tal ciclo ocorreu de forma curta e intensa.

Com o declínio da exploração do pau-brasil, os portugueses tiveram que pensar em uma nova atividade que pudesse ser implantada na faixa litorânea do Nordeste, tendo em vista a experiência no continente africano com a produção açucareira, de acordo com (Araújo, 2011 apud Furtado, 1961, p.100):

Não existiria em caráter efetivo outro fenômeno socioeconômico no país que melhor evidencie a formação de nossa identidade territorial, que a produção açucareira, por ter sido esta a grande motivadora dos portugueses para a colonização das terras por eles descobertas em função das grandes navegações. Diversas políticas estatais canavieiras foram sistematicamente se constituindo no Brasil, estabelecendo-se desde o engenho colonial até a época das usinas sucroalcooleiras modernas.

Para Andrade (1994), as atividades canavieiras são um marco na formação do Brasil no período colonial. Posto isso, é necessário entender que no período em questão, a economia canavieira foi a força propulsora que desencadeou a formação de uma economia agrícola alicerçada na intensa exploração da força de trabalho. De acordo com Andrade (1994, p. 127)

Implantada na costa nordestina – Pernambuco e Bahia, sobretudo -, ela representou que requeria o emprego de grandes capitais, fato não constatado anteriormente nas atividades agrícolas, nas quais os produtores aplicavam, sobretudo, os fatores terra e trabalho. Para desenvolver a cultura da cana-de-açúcar, os portugueses tiveram de se apropriar das terras indígenas, destruir as matas, construir engenhos de açúcar, escravizar indígenas e africanos e montar uma estrutura para a exportação do produto.

As transformações que ocorreram em virtude das atividades açucareiras também contemplaram os impactos ambientais, de modo a contribuir com o desmatamento predatório da zona da mata do Nordeste. Ainda de acordo com Andrade (1994, p. 18)

O processo de apropriação desenvolvido provocou grandes transformações no território hoje brasileiro, quer pelo desmatamento e destruição rápida da Mata Atlântica, nas áreas de mais fácil acesso, quer pela construção de engenhos e edificações para a indústria, de casas para os proprietários, empregados mais graduados e escravos [...]

Todas essas transformações ocasionaram a formação de uma sociedade totalmente desigual, baseada em uma divisão de classes atrelada ao fator econômico e étnico, com grande parte da população vivendo em condições de pobreza, violência e miséria.

Com a implementação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), uma das motivações que justificou o surgimento desse programa foi a tentativa de diminuir a

dependência do Brasil para com o petróleo, no entanto, ao que parece, não houve um planejamento ambiental com a expansão da produção canavieira no período do surgimento do programa. Para Andrade (1994, p. 26).

Não foram levados em conta, na implantação do Proálcool, os grandes capitais que seriam mobilizados, a oscilação do preço do petróleo e, conseqüentemente, do álcool, no mercado internacional, os problemas que seriam causados pelo lançamento dos resíduos industriais nos rios – o vinhoto é produzido em volume equivalente a 13 vezes o volume do álcool – e nas áreas cultivadas, o problema da expansão dos canaviais por áreas de florestas e cerrados, destruindo as associações vegetais naturais, e por áreas de pecuária e de lavouras de subsistência, provocando um desequilíbrio no abastecimento alimentar, além do impacto sobre a força de trabalho que estava estabilizada em uma série de atividades e passava a ser atraída para uma atividade nova e formalmente mais bem remunerada durante um certo período do ano.

Nesse sentido, a implementação do programa não seguiu uma linha de estudo ou de preparação para avaliar os prós e contras do programa. Ainda de acordo com Andrade (1994, p. 26)

A sazonalidade da força de trabalho vem provocando grandes migrações de trabalhadores e acentuando o desemprego em massa durante seis a sete meses do ano. Essas migrações ocorrem tanto entre áreas próximas como distantes uma das outras, uma vez que, na safra, grandes contingentes de trabalhadores rurais – os “boias-frias” – recrutados em São Paulo são formados por mineiros, baianos e até paraibanos. Deduz-se disso que o programa foi uma das maiores preocupações ecológicas e sociais.

A produção do açúcar no Brasil colônia é um fator preponderante para compreender a consolidação de uma política agrícola de exportação, calcada na *plantation*, que perdura na contemporaneidade do espaço rural brasileiro.

O ciclo do açúcar torna-se crucial para compreender as características políticas, econômicas e sociais do Brasil e do estado de Alagoas. Pois não se pode falar em história de Alagoas sem se referir ao açúcar; não se pode descrever o passado econômico, ignorando a presença do açúcar; não se pode descrever a sociedade colonial ou imperial sem ligá-la ao domínio do açúcar; enfim, não se pode ignorar, na história de Alagoas, qualquer dimensão que a estude ou a interprete, esta presença imperial, soberanamente dominante, quase absorvente, como o próprio massapê da terra que alimentou os canaviais: a do açúcar, desde a prática agrícola no que se refere à cana-de-açúcar, até à industrialização ou ao comércio, no que diz respeito ao açúcar (Santana, 1970, p. 15)

Segundo Santana (1970) a história econômica de Alagoas independente inicia por volta de 1820. Nesse período, as exportações do estado eram variadas e os principais produtos

comercializados eram açúcar, algodão, couros, pau-brasil e aguardente. Logo, desde o início da organização política e econômica de Alagoas, as atividades agrícolas de exportação já se faziam presentes na estrutura estatal. A tabela a seguir apresenta alguns produtos de exportação da época.

**Tabela 5** – Exportação de gêneros alagoanos para o estrangeiro – 1826/1832

Data	Tipo e nome da embarcação	Destino	Gêneros
1826			
28 junho	Br. Ocean	Boston, Filadélfia	31 caixas e 10 barras de açúcar.
27 Julho	Nances	Nova Iorque	42 caixas, 2 barras de açúcar e 520 couros salgados.
21 Julho	Espírito Santo	Lisboa	243 sacos de algodão, 200 caixas de açúcar, 130 couros salgados

Fonte: Museu do Açúcar (1826); in: SANTANA, Moacir Medeiros de Recife, 1970.  
Organização: Patrick Oliveira Silva, 2022.

A política macroeconômica de exportação da monocultura açucareira sempre esteve presente nas entranhas da formação do estado alagoano, sendo até hoje o principal produto que promove um superávit comercial no balanço de pagamentos das culturas agrícolas do estado. O estado de Alagoas possui uma vasta expansão territorial, podendo até mesmo ser comparado a pequenos países da Europa, tal como a Eslovênia e Bélgica.

De acordo com o IBGE (2020), Alagoas possui uma extensão territorial de 27.843,295 km<sup>2</sup>. Um tamanho relativamente extenso se comparado a outras regiões; apesar das dimensões que o estado apresenta, ele não possuía uma diversidade de produção agrícola de forma proporcional, no quesito lavoura temporária em que a produção de cana ainda lidera o ranking.

Devido a sua vasta imensidão, o território alagoano poderia ser utilizado para uma atividade agrícola de policultura, todavia, o próprio processo histórico condicionou à formação de uma economia dependente da *plantation* açucareira.

As primeiras atividades econômicas do Brasil colônia ocorreram na região Nordeste, precisamente, os ciclos do pau-brasil e do açúcar, contudo, devido à invasão holandesa no país, a produção e o cultivo do açúcar sofreram fortes impactos.

As elites de Pernambuco foram gradativamente ocupando as áreas de influência do território contíguo e afastado das grandes áreas urbanas, que concentravam significativa atividade econômica as (hinterlândias) do gado, tradicionais áreas de trabalho livre, convertendo-os em latifúndios pecuaristas. Assim, a produção de cana retrai, porém não cessa, mantendo o abastecimento da Metrópole com praticamente os mesmos métodos de 1654. Levou-se aproximadamente 200 anos para incorporar novas variedades de cultivares ou a fonte de energia. A crise promoveu o processo de concentração, reduzindo o número de famílias detentoras de terras ou engenhos. Assim uma nova estrutura econômica e de poder se instaurou no sertão, baseada na cultura do gado. O agreste forjou um complexo rural, uma pequena produção, associando produção agrícola com a indústria artesanal à dinâmica das feiras (Crocetti, 2014, p. 4).

Devido à grande concentração de terras destinadas à monocultura do açúcar, parte das atividades agropecuárias passaram a ocorrer na região do semiárido. Essas mudanças passaram a reconfigurar as atividades agrícolas do sertão alagoano, que no decorrer do processo histórico acabou se tornando o polo leiteiro do estado, tais transformações também se estenderam pelas estruturas dos engenhos no sul do estado.

No início do século XIX, já na proximidade da divisão do território alagoano, os engenhos eram arcaicos. Necessitou da criação do IAA, em 1933, através da intervenção do Governo Federal para organizar a produção e os anseios dos proprietários de ambos os extremos da cadeia produtiva do açúcar e reativar o desenvolvimento técnico. (Crocetti, 2014 apud CARVALHO; 2001 e LIMA, A. 1998).

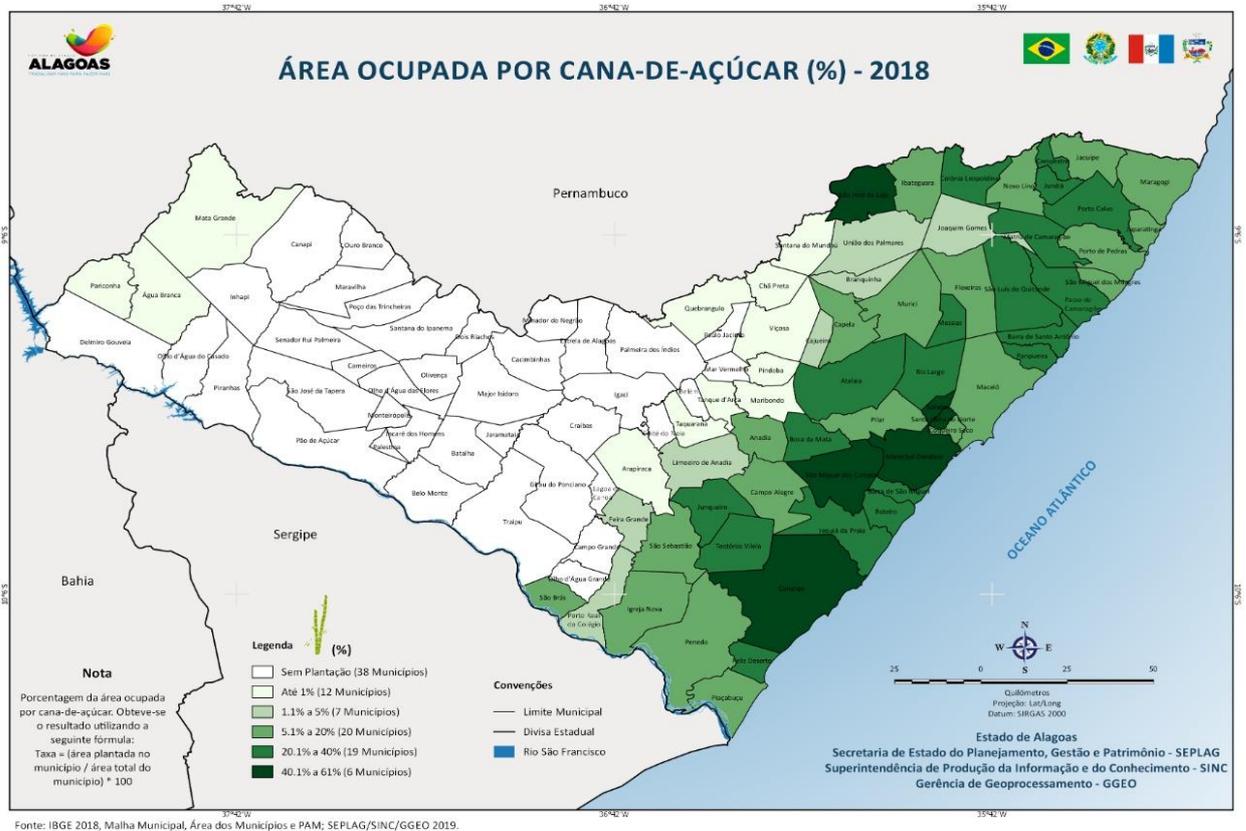
A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, proporcionou uma reestruturação da cana-de-açúcar em Alagoas, o que acabou impulsionando ainda mais a prática pecuarista no sertão.

Alagoas inicia o século XX, com a presença das oligarquias pecuaristas associadas ao desenvolvimento do sul do estado, dos municípios atrelados ao comércio do São Francisco, com indústrias e forte comércio. As políticas públicas se concentraram na criação de espaços de expressão artística e sanitário. Por interesse de Delmiro Gouveia, o sertão vivencia a criação da primeira hidrelétrica e a primeira indústria sertaneja do Nordeste. A reorganização política do estado, atrelada às políticas federais de incentivo à produção de açúcar em torno do IAA, possibilitou que as oligarquias do açúcar tomassem o poder. (Crocetti, 2014, p. 5).

A partir desse momento, as estruturas de produção do açúcar se consolidaram cada vez mais. Com isso, é possível inferir que a história de Alagoas foi construída sob a lógica da monocultura do açúcar, e parte do subdesenvolvimento do estado está atrelado a essa construção, onde as atividades econômicas de produção dessa *commoditie* perduram até os dias atuais. Nesse sentido, é possível perceber a participação do agronegócio açucareiro em diversos

municípios do estado de Alagoas, principalmente na região que compõe a faixa leste do referido estado, sendo a cana-de-açúcar, a principal atividade agrícola de exportação no quesito lavoura temporária. A figura a seguir apresenta os limites da zona canvieira em Alagoas.

**Figura 1 – Área destinada à monocultura do açúcar**



Fonte: IBGE, 2018.

Dos cento e dois municípios que compõe o estado de Alagoas, sessenta e quatro têm em seu território a produção de cana-de-açúcar. Os municípios com a maior parte das terras agricultáveis utilizadas pela monocultura canvieira são: São José da Laje, Satuba, Santa Luzia do Norte, Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos e Coruripe. A tabela 6 apresenta o total de área utilizada para a agricultura temporária em Alagoas por hectares.

**Tabela 6 - Área Plantada com agricultura temporária (Hectares)**

Ano	Total	Área plantada
2005	627.854	406.788
2006	616.775	402.253
2007	618.740	410.835
2008	650.900	434.000
2009	626.470	434.005

2010	588.088	464.370
2011	574.959	434.684
2012	510.664	433.300
2013	553.345	445.033
2014	541.293	420.072
2015	432.672	308.006
2016	418.072	306.667
2017	471.067	321.323
2018	403.323	285.275
2019	442.404	304.748
2020	419.964	270.530

Fonte: IBGE, 2020.

Apesar da diminuição da área ocupada pelo cultivo de cana, ainda predomina essa monocultura em uma quantidade significativa de terras em Alagoas e isso traz efeitos muito nocivos para o estado. De acordo com Júnior (2012, p. 157):

Tanto quanto o latifúndio, também a monocultura foi uma consequência do açúcar. Ao contrário da beterraba, em cuja área podem surgir e desenvolver-se outros produtos, a cana-de-açúcar é exageradamente exclusivista, imperialmente dominante e individualista. Domina só e quase não deixa nenhum outro produto aproximar-se.

Para este autor a questão açucareira ultrapassou os limites da produção e tornou-se parte das vidas dos trabalhadores rurais, relacionando-se intimamente com a estrutura agrária do Nordeste e particularmente de Alagoas, condicionando o meio de vida, o padrão social e as contingências econômicas desta população. O espaço agrário alagoano é marcado pelos extensos canaviais e pela presença de grandes usinas. A tabela 7 apresenta o quantitativo de usinas de cana-de-açúcar no estado de Alagoas.

**Tabela 07** – Usinas Canavieiras registradas no Sindaçúcar (Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no estado de Alagoas) em 2022

Alagoas	
Usinas	Localização
Caeté	Maceió – AL
Marituba/Cachoeira	Igreja Nova – AL
Santo Antônio	São Luiz do Quitunde
Camaragibe	Matriz de Camaragibe – AL
Sumaúma	Marechal Deodoro – AL
Paisa	Penedo – AL
Santa Maria	Porto Calvo – AL
Copervales	Atalaia – AL

Coruripe	Coruripe – AL
Leão	Maceió
Pindorama	Coruripe – AL
Porto Rico/Porto Alegre	Campo Alegre
Santa Clotilde	Rio Largo
Impacto	Teotônio Vilela – AL
Serra Grande	São José da Laje – AL
Taquara	Col. Leopoldina - AL

Fonte: Sindaçúcar/AL, 2022.  
Elaboração: Patrick Oliveira Silva, 2023.

O processo de construção histórica do território alagoano condicionou a existência de um movimento desigual e combinado nas relações sociais e de produção, em especial, no espaço agrário alagoano. Por meio desse processo produtivo, a terra e os lucros ficam concentrados nas mãos de uma pequena parcela da população e a maioria vive em condições de pobreza e vulnerabilidade social.

## 2.1. A concentração de terras e a dispersão da força de trabalho

Na análise da formação socioterritorial brasileira é indissociável a questão agrária da questão social, uma vez que é por meio do controle da terra que os grandes proprietários fundiários garantem a exploração da força de trabalho mesmo com o fim da escravidão. O primeiro instrumento desse controle foi a Lei de Terras de 1850, como destaca Graziano Silva (1980, p.10):

[...] a Lei de Terras, como ficaria conhecida rezava que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda, e que o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa. Matavam-se, assim, dois coelhos com uma só cajadada. De um lado, restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. De outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista.

A lei de terras consolida, de forma ‘legalizada’ a posse de terras no Brasil, este é um fenômeno importante para se compreender as bases da concentração de terras no país, de modo que, com a instituição dessas medidas, a terra se torna uma mercadoria. Ainda de acordo com Silva (1980, p. 10):

É fácil entender a importância da lei de Terras de 1850 para a constituição do mercado de trabalho. Enquanto a mão de obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de "acesso relativamente livre" (entre aspas porque a propriedade dos escravos e de outros meios de produção aparecia como

condição necessária para alguém usufruir a posse dessas terras). Mas quando a mão de obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer que se houvesse homem “livre” com terra “livre”, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios.

Com o fim do regime escravocrata, os escravos tornaram-se homens livres, e as terras tornaram-se ‘escravas’, isto é, tornaram-se mercadorias e perderam a sua função social para ser um instrumento do processo de acumulação de capital no campo.

No decorrer do processo histórico, a concentração de terras tem se tornado cada vez mais forte nos países da América do Sul segundo o relatório Terra, Poder e Desigualdade da OXFAM sobre a América Latina (2016, p. 5)

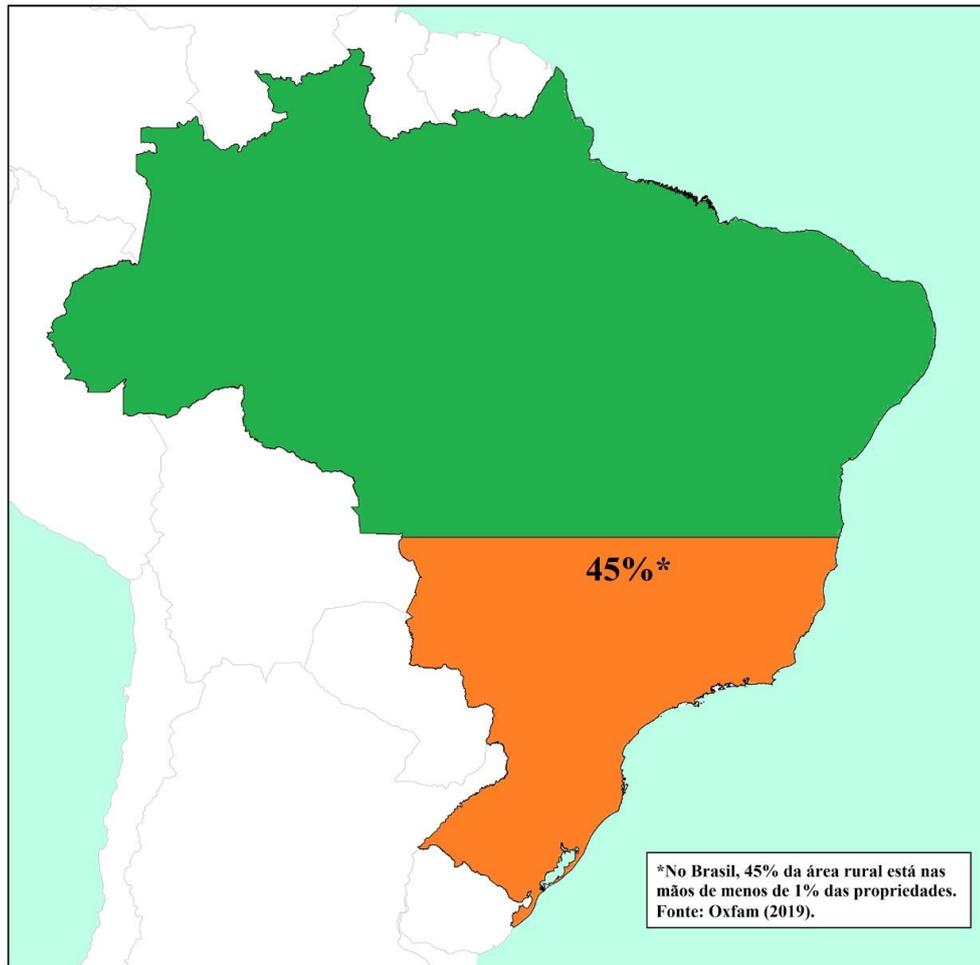
Os dados são alarmantes: mais da metade da terra produtiva na região está concentrada em 1% das fazendas, de acordo com a análise dos censos agropecuários realizada pela Oxfam. Em outras palavras, 1% das propriedades rurais utiliza muito mais terras que as 99% restantes. O caso mais extremo é o da Colômbia, onde mais de 67% da terra produtiva está concentrada em apenas 0,4% das explorações. Chile e Paraguai não ficam atrás em desigualdade: nesses países, 1% das explorações abarcam mais de 70% das terras. (Oxfam, 2016).

Ainda de acordo com a OXFAM (2016, p.5) esse processo de concentração não resulta em problemas socioeconômicos ao conjunto da sociedade e não apenas no espaço agrário:

A desigualdade em relação à terra não afeta apenas o mundo rural, mas também é um obstáculo para o desenvolvimento sustentável, pois limita as ofertas de trabalho, amplia os cinturões de pobreza urbana e solapa a coesão social, a qualidade da democracia, a saúde do meio ambiente e a estabilidade dos sistemas alimentares locais, nacionais e globais.

Mas a concentração de terras não é um fenômeno do passado colonial, pelo contrário, segue marcando a produção do espaço agrário na América Latina em geral e do Brasil em particular. Essa concentração se apresenta como algo intrínseco à natureza do capital, sendo parte do processo de acumulação de capital, a qual possui raízes no espaço agrário brasileiro, perpetuando a pauperização do trabalho e a degradação da classe trabalhadora. A figura 3 traz uma representação da concentração fundiária no Brasil.

No decorrer dos anos, a concentração de terras segue um fluxo contínuo de crescimento, de modo que esses espaços geográficos são utilizados para produção agrícola de exportação, de modo que as práticas voltadas à produção de alimentos que garantem a segurança alimentar do país não apresentam o mesmo fluxo de crescimento.

**Figura 2 – Concentração fundiária no Brasil**

Fonte: Oxfam, 2019.  
Elaboração: Flávio Santos, 2023.

O último censo agropecuário do Brasil evidenciou que os estabelecimentos rurais que não se enquadram na agricultura familiar têm ampliado seu espaço no campo brasileiro. Mas quando se analisa os dados do emprego no campo, observa-se que vem caindo o quantitativo de pessoas ocupadas no setor agropecuário. De acordo com o IBGE (2019), em 2017, havia 15,1 milhões de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. Isso representou uma queda de 1,5 milhões de pessoas em relação ao Censo Agro anterior, realizado em 2006. As tabelas 8 e 9 trazem os comparativos desses dados entre os censos.

**Tabela 08** – Estabelecimentos rurais e pessoal ocupado, Censo agropecuário 2006

Total, agricultura familiar	Estabelecimentos		Área total (ha)		Pessoal ocupado	
(normas vigentes em 2017)	5 175 636	100,0%	333 680 037	100%	16 568 205	100,0%
Agricultura não familiar	870 531	16,8%	252 411 258	75,6%	4 286 660	25,9%
Agricultura familiar (lei-11326 -2017)	4 305 105	83,2%	81 268 779	24,4%	12 281 545	74,1%

Fonte: IBGE, Censo agropecuário 2006.

**Tabela 09** – Estabelecimentos rurais e pessoal ocupado, Censo agropecuário 2017

Total, agricultura familiar	Estabelecimentos		Área total (ha)		Pessoal ocupado	
(normas vigentes em 2017)	5 073 324	100,0%	351 289 816	100%	15 105 125	100,0%
Agricultura não familiar	1 175 916	23,2%	270 398 732	77,0%	4 989 566	33,0%
Agricultura familiar (lei-11326 -2017)	3 897 408	76,8%	80 891 084	23,0%	10 115 559	67,0%

Fonte: IBGE, Censo agropecuário 2017.

A expansão da estrutura latifundiária pressupõe o aumento do desemprego no campo, o qual pode promover uma série de males, tal como a intensificação da mobilidade do trabalho. Segundo o IBGE (2019), a média de ocupados por estabelecimento caiu de 3,2 pessoas, em 2006, para 3,0 pessoas, em 2017.

Um dos fatores que pode explicar a relação inversamente proporcional entre a expansão dos estabelecimentos rurais que não pertencem à agricultura familiar e o aumento do desemprego no campo, é o processo de mecanização agrícola, o qual está em constante expansão no espaço agrário brasileiro.

**Tabela 10** - Série Histórica dos Censos Agropecuários (Mecanização) - 1975/2017 - Brasil

	1975	1980	1985	1995-1996	2006	2017
Tratores	323 113	545 205	665 280	803 742	820 718	1 229 907

Fonte: IBGE, 2019.

Nesse sentido, a mecanização cresce à medida que a concentração fundiária se torna mais latente, ainda de acordo com o IBGE (2019):

Em contraponto com a queda do pessoal ocupado, o número de tratores em estabelecimentos agropecuários aumentou 49,9%, ou 409.189 unidades a mais em relação ao Censo Agropecuário de 2006, chegando a 1.229.907 unidades em 30 de setembro de 2017. Já o número de estabelecimentos que utilizavam este tipo de máquina aumentou em mais de 200 mil, alcançando um total de 734.280 produtores em 2017.

Em Alagoas, a principal atividade agrícola é a monocultura açucareira, a qual utiliza grandes quantidades de terras agricultáveis na produção dessa *commodity*. No próximo item analisaremos de modo mais detalhado esse processo produtivo no estado.

## 2.2. A economia alagoana e a dependência da monocultura canavieira

De acordo com o IBGE (2021), o estado de Alagoas possui uma área territorial de 27.830,661 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 3.365.351 pessoas. Além disso, o estado possui diversos problemas relacionados à questão social, tal como, desemprego, má distribuição de renda e pobreza. Para Carvalho (2012, p. 11):

A pobreza combinada com a má distribuição de renda são os elementos determinantes para a compreensão de outros fenômenos regionais. A economia do estado possui um reduzido parque industrial, uma agricultura com alguns poucos setores dinâmicos e uma rede de comércio e serviços com forte presença da economia informal, pouco desenvolvida, e, por isso, incapaz de gerar mais empregos.

O cenário econômico que Alagoas apresenta na contemporaneidade não é fruto do acaso, mas sim um resultado de seu processo de formação econômica e socioespacial. Para Júnior (2012, p. 125):

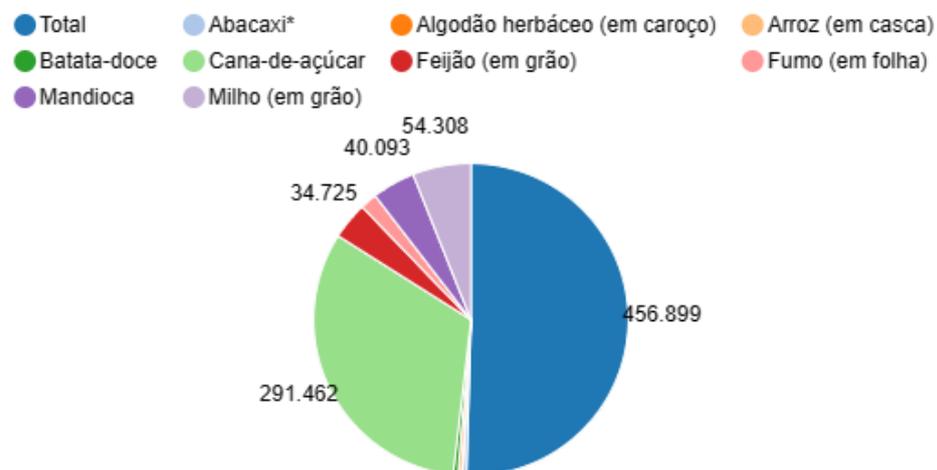
O exclusivismo açucareiro, constituindo toda uma parte da base sobre a qual se ergueu a economia da região agrária, condicionou a vida das populações regionais, sujeitando-as à sua dependência, fosse de forma direta ou indireta.

Essa dependência se originou, em primeiro lugar, do fato de estar no açúcar a riqueza da região e, em segundo lugar, da circunstância de partir do açúcar toda a influência na organização da sociedade agrária do Nordeste.

É inegável, que a monocultura do açúcar foi um fator preponderante na formação não só do território alagoano, mas da própria identidade cultural do povo desse estado, de modo que, a forma como a atividade açucareira impulsionou as relações sociais e de produção nesse local, deu início à construção de uma sociedade marcada e condicionada pela expropriação de suas riquezas e pela disseminação das mazelas sociais. Além disso, os problemas conjunturais desse estado, são frutos da forma como o capitalismo operou e opera nessa região.

O gráfico a seguir elenca uma série de dados a respeito das culturas mais representativas da produção agrícola temporária do estado de Alagoas, através da Produção Agrícola Municipal do IBGE.

**Gráfico 2 – Área plantada (Hectares) dos produtos da lavoura temporária em Alagoas**



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Fonte: IBGE, 2021.

É notável que a produção açucareira é a principal responsável por ocupar uma parcela significativa das terras agricultáveis do território alagoano, de modo que, os alimentos que são à base da segurança alimentar dessa população, tal qual o feijão e a mandioca, são colocados em uma escala mínima quando comparado à monocultura açucareira. Para Carvalho (2012, p. 21):

O mundo rural alagoano, é marcado pela estrutura fundiária problemática, refletindo a concentração das melhores terras em poucos e grandes estabelecimentos, e por um modelo agrícola que revela a centralização da produção em poucas atividades, como a pecuária e a cana-de-açúcar [...]

Muitos dos estados que tinham a produção açucareira como uma das bases mais importantes da produção agrícola, conseguiram diversificar a sua estrutura de produção, como no caso de Sergipe e de Pernambuco que apresentam um percentual maior em relação a outras culturas, tal como o feijão em Pernambuco, onde é utilizado mais de 187 mil hectares de terra, segundo o IBGE (2021), um número relativamente alto se comparado aos 34.725 hectares destinados a essa produção em Alagoas.

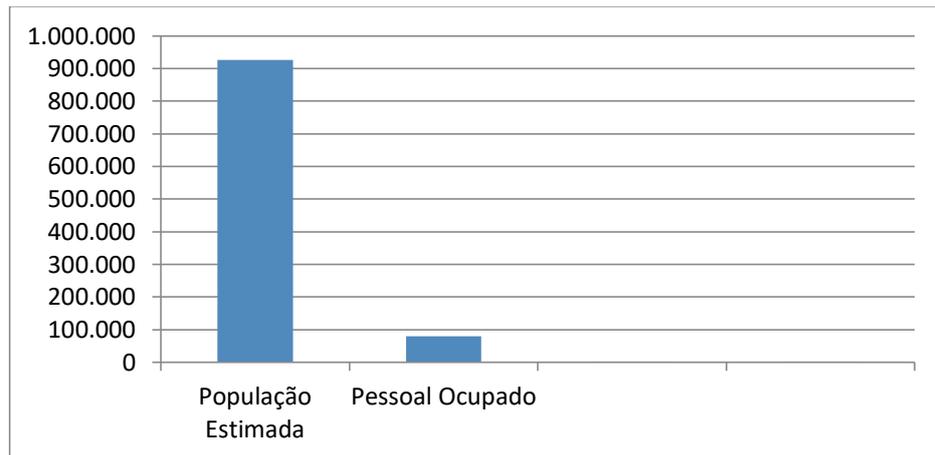
Dentro dessa lógica de dominação da monocultura açucareira, afirma Júnior (2012, p.126):

Sob o exclusivismo da cana de açúcar, a cultura de produtos de subsistência ficou perturbada. Escasseou não somente a produção, como ainda o consumo de leite, de legumes, de ovos e de carne. Daí a afirmativa de Gilberto Freyre de que mesmo os senhores de engenho se nutriam deficientemente, prevalecendo em excesso o consumo de alimentos importados, e nem sempre bem conservados.

Com a ocupação das terras mais agricultáveis e férteis do estado, na região sul de Alagoas, algumas atividades agrícolas foram pressionadas a seguir em direção ao sertão alagoano, tal como a produção de leite. De acordo com Vidal (2015, p. 40):

Apesar de Alagoas possuir amplas possibilidades de explorações agrícolas diversificadas, a exemplo da citricultura e fruticultura irrigada, o valor de produção agrícola do estado é fortemente concentrado na cana-de-açúcar. As demais culturas exploradas, tanto as lavouras temporárias quanto as permanentes, são importantes sob o ponto de vista socioeconômico para pequenos produtores rurais, porém ainda possuem pouca representatividade em termos de valor da produção.

Em geral os municípios do semiárido alagoano apresentam um baixo índice de desenvolvimento humano, além de um baixo índice de pessoal ocupado com base na população estimada de cada cidade. Somente três municípios expuseram um IDH de pouco mais de 0,600. Isso mostra que os índices de desenvolvimento social, os quais possuem três variáveis, sendo elas: expectativa de vida ao nascer, nível de escolaridade e renda per capita estão abaixo da média. O gráfico a seguir apresenta a população do semiárido alagoano e o número de pessoal ocupado.

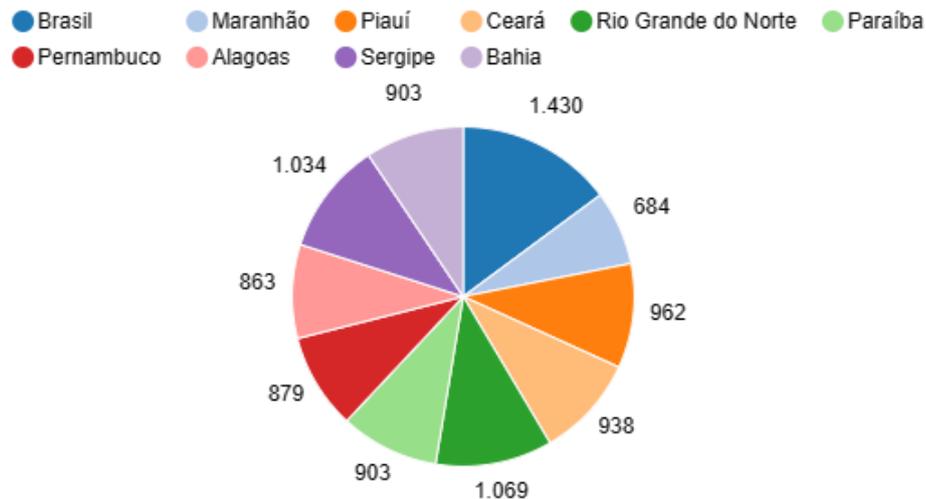
**Gráfico 3** – População estimada e ocupada do semiárido alagoano

Fonte: IBGE, 2018. Elaboração: Patrick Oliveira Silva, 2023.

Os baixos índices de desenvolvimento social atrelados a um nível de população ocupada desproporcional à totalidade da população evidenciam uma realidade social em que as atividades econômicas não conseguem absorver grande parte da população que fica sujeita a um intenso processo de mobilidade em busca de trabalho. Em Alagoas, muitos trabalhadores da região do semiárido vão trabalhar nas lavouras de cana para assegurar melhoria de renda em alguns meses do ano.

O processo de mobilidade do trabalho, muitas vezes, acaba intensificando a precarização do labor, tendo em vista que os trabalhadores tendem a se deslocar para outras regiões para trabalhar em atividades temporárias, como colheitas de outras culturas diferentes da cana, tal como a maçã ou o café. No entanto, na grande maioria das vezes, os custos de traslado e alimentação são por conta do próprio trabalhador, além dos custos de alojamento que, às vezes, não são incluídos pelo empregador. Logo, com todas essas despesas fixas, o salário se torna ainda menor pela proporção de gastos necessários para exercer as atividades laborais.

O gráfico 4 apresenta a renda média per capita dos estados do Nordeste e evidencia como o estado de Alagoas apesar da riqueza que a cana gera para alguns, tem uma das rendas mais baixas da região que já possui baixo rendimento no país.

**Gráfico 4** - Rendimento real médio mensal per capita nos domicílios

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 4º trimestre

Fonte: IBGE, 2021.

Alagoas apresenta a segunda menor renda per capita do Nordeste, ficando atrás do Maranhão. Além disso, o baixo rendimento indica que a concentração de renda no referido estado pode ser intensa, tendo em vista a existência de uma má distribuição de renda e um número de pessoas ocupadas.

A macroeconomia de Alagoas está articulada em uma lógica de exportação, cujo objetivo principal é encontrar um superávit na balança comercial, ocasionando o aumento do produto interno bruto do estado. Todavia, é sabido que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. O crescimento econômico está ligado ao bem-estar da economia, mas não da população, os interesses que seguem apenas o âmbito da economia estão relacionados aos interesses das grandes corporações, de modo que no quesito exportação, quando o país está com uma balança comercial positiva, a população sofrerá com uma possível inflação, tendo em vista que o mercado exportou partes significativas de um dado produto, logo, a demanda torna-se maior e a população é atingida pela alta nos preços.

A estrutura econômica de Alagoas tende apenas a beneficiar e perpetuar a hegemonia capitalista no estado. Segundo o banco de dados do Perfil da Indústria nos Estados (2021), a indústria de Alagoas exportou US\$ 441 milhões em 2021. O setor mais importante para as exportações industriais do estado é o setor de alimentos, responsável por 93,21% do total exportado em 2021.

Segundo Carlos (2022), 'O açúcar continua sendo o produto mais exportado por Alagoas, com 72% do total, o que significa um volume de US\$ 421 milhões'. Diversos estados brasileiros que foram palco do processo de colonização na faixa leste do litoral nordestino

conseguiram dinamizar a sua base de produção, porém, Alagoas continua refém da *plantation* açucareira, a questão central que gira em torno dessa problemática é tentar compreender por que as políticas agrícolas do estado não se dinamizam, será que a oligarquia do açúcar ainda possui a mesma força de épocas outrora? Por que tornar a economia de exportação do estado refém de uma única cultura, em tempos de crise teremos um produto que possa substituir o açúcar? E mais ainda, a quem essa política monocultura beneficia? A tabela a seguir apresenta a produção de cana-de-açúcar de 2018 a 2023.

**Tabela 11** - Produção de cana de açúcar em toneladas

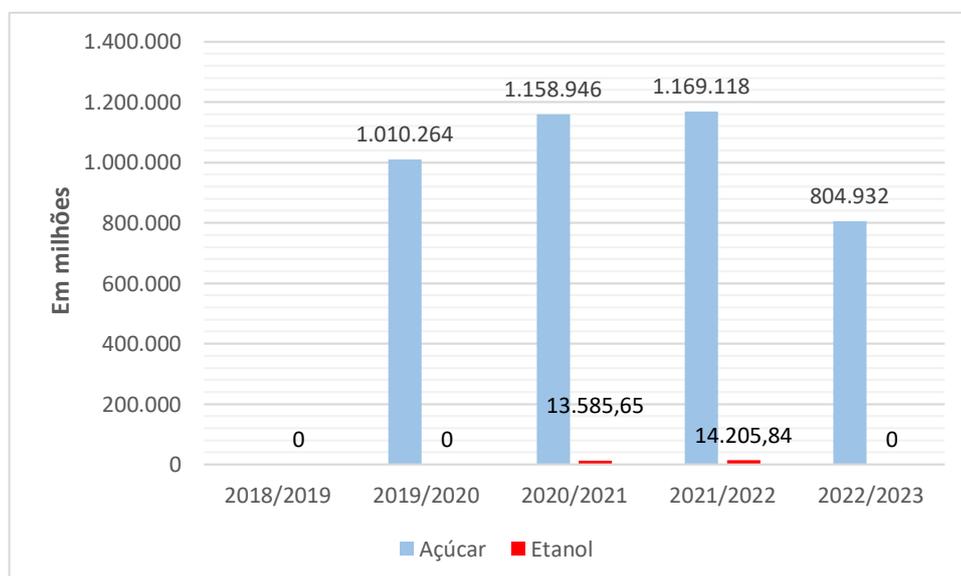
Ano/Safra	Valor
2018/2019	16.493.908
2019/2020	16.972.205
2020/2021	17.037.841
2021/2022	18.227.493
2022/2023	20.876.151

Fonte: Sindaçúcar, 2023.

Elaboração: Patrick Oliveira Silva, 2023.

A proporção da quantidade de cana produzida em Alagoas apresenta um número expressivo, no entanto, a maior parte da produção que é transformada em açúcar é exportada, já o etanol tem uma expressividade menor se comparado àquela. O gráfico a seguir apresenta o quantitativo de exportação do açúcar e do etanol produzidos em Alagoas.

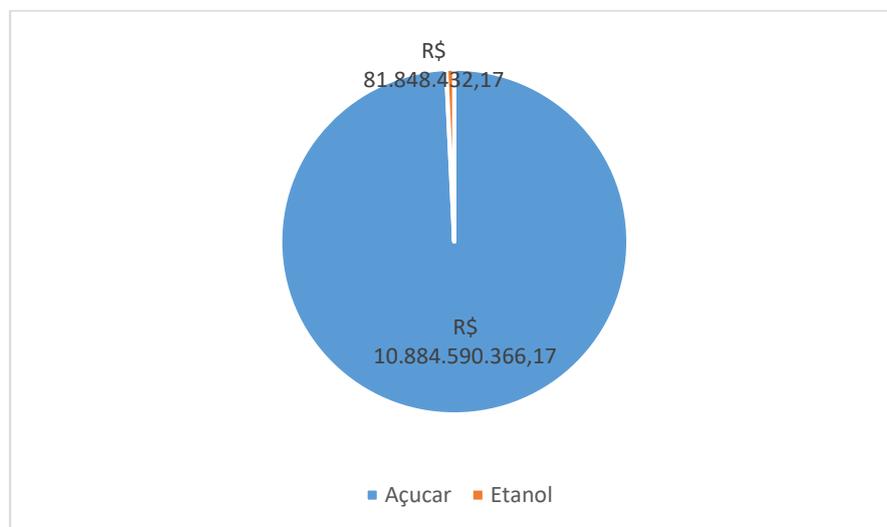
**Gráfico 5** – Exportação de açúcar e etanol



Fonte: Sindaçúcar; Observatório da cana, 2018-2023. Elaboração: Patrick Oliveira Silva, 2023.

Apesar da cana-de-açúcar ser a matéria prima base na produção de diversos produtos, tais como etanol, cachaça, entre outros, o açúcar ainda segue sendo o produto principal nesse quesito, tendo um valor comercial superior ao próprio etanol, que segue como uma das fontes de energia essenciais à própria manutenção do escoamento do ouro branco. Nesse sentido, a organização das forças produtivas da cana-de-açúcar e derivados têm como intuito a exportação de tais produtos, a fim de tornar positiva a balança comercial, de modo que a segurança alimentar do estado acaba ficando em último plano. O gráfico a seguir apresenta o valor em reais das exportações de etanol e de açúcar dos últimos seis anos.

**Gráfico 6** – Valores em reais das exportações de açúcar e etanol



Fonte: Observatório da cana, 2023.  
Elaboração: Patrick Oliveira Silva, 2023.

A macroeconomia da dependência de Alagoas em relação à cana-de-açúcar foi construída historicamente e um dos marcos importantes nesse quesito foi a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933, onde o estado passa a intervir nas atividades açucareiras.

“A intervenção do estado na agroindústria açucareira e alcooleira é quase tão antiga quanto a própria existência dessa atividade em nosso país, tendo esse processo de intervenção se dado, para o setor açucareiro, desde a sua fase de implantação, no período colonial e, para o alcooleiro, após a I Grande Guerra Mundial” (Andrade, 1988, p. 639).

Dentro dessa perspectiva, o estado torna-se o ‘representante legal’ das atividades açucareiras, seja nas cotas de produção ou nas regras de exportação. De acordo com Carvalho (2009, p. 25):

A representação política do açúcar se estrutura em dois campos diferenciados: o político – institucional e organizacional setorial. No campo político, nas diferentes esferas de poder, o setor sucroalcooleiro articula sua presença, diretamente, por meio de candidatos do próprio setor ou, indiretamente, com seu apoio financeiro. Eleitos, irão pressionar politicamente o estado na defesa de seus objetivos particulares.

Em Alagoas, uma parte significativa dos representantes do poder político fazem parte das grandes famílias que constituem o baronato do açúcar, logo, as necessidades que remetem às usinas são sanadas através do dinheiro público, por pressão da bancada política que representa os interesses dessa classe dominante. Os investimentos governamentais no setor sucroalcooleiro agravam ainda mais os problemas sociais do estado, de modo que diversas áreas utilizadas na produção de subsistência foram incorporadas à lógica do agronegócio.

“Esta proliferação desenfreada da lavoura canavieira gerou graves problemas sociais, uma vez que inibiu profundamente outros tipos de lavouras, principalmente as de subsistência, contribuindo, entre outros fatores, para a expulsão do pequeno agricultor do campo, pois muitos venderam seus pequenos pedaços de terra e partiram para as zonas urbanas, acarretando assim um significativo aumento da oferta da força de trabalho urbana e uma maior pressão sobre os serviços sociais e urbanos” (Governo de Alagoas, 1989, p. 62-63)

A contradição, um dos elementos intrínsecos à natureza parasitária do capital aqui se apresenta uma vez mais. A citação acima mencionada pelo próprio governo de Alagoas, traz à tona os problemas sociais do estado decorrentes do setor canavieiro, setor este que o estado alagoano sempre priorizou e direcionou esforços para a sua amplitude e expansão. Dentro dessa conjectura política, econômica e social, o que se percebe é que o estado de Alagoas está submisso ao capital do açúcar, logo, é possível questionar: afinal de contas, quem governa Alagoas é o estado ou os Usineiros?

No decorrer dos anos, o Governo Federal realizou diversos esforços através de fundos federais, tais como, o Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira (1961), Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira (1963), Fundo Especial de Exportação (1965), Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (1965), Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971), Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (1971) e Programa Nacional do Álcool (1975).

Os investimentos que foram realizados ao longo dos anos pelos governos Federal e Estadual acentuaram a superdependência da economia alagoana em relação à cana-de-açúcar. No que tange ao Proálcool, por exemplo, Andrade *et al.* (2009, p. 133) afirmam que:

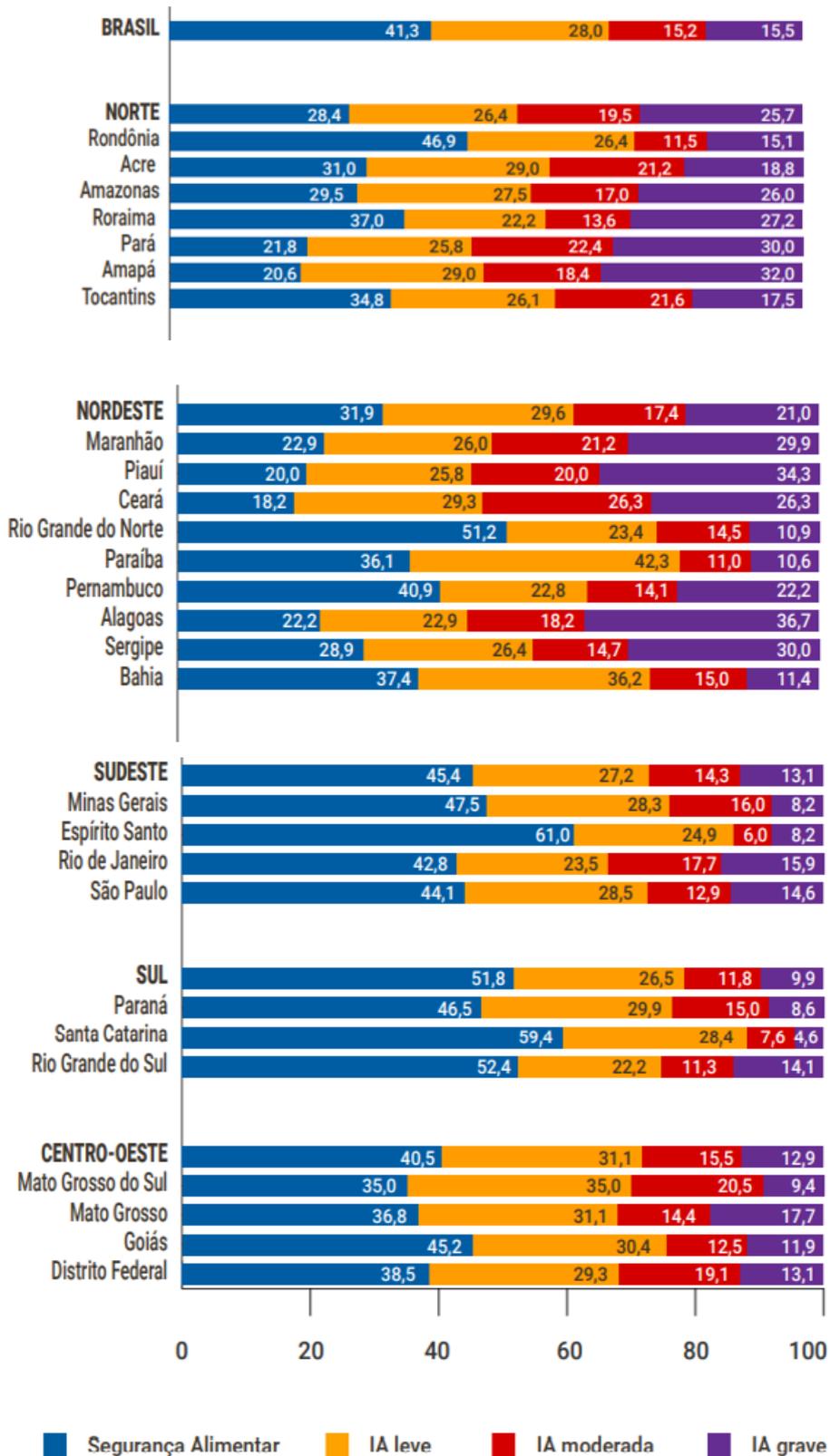
Apesar do sucesso técnico do Proálcool, ocorreram muitas críticas à sua implantação. Tais críticas baseavam-se no fato de que as áreas de cultivo de cana-de-açúcar aumentaram muito, enquanto as de cultivo de alimentos se mantiveram inalteradas. Além disso, a sazonalidade, na época, foi também um grande contribuinte negativo à continuidade do projeto.

Atualmente, a produção canavieira ocupa grandes proporções de terras se comparada a outras culturas que garatem a alimetação das famílias brasileiras, tal como o feijão. Nesse sentido, a fome parece ser uma consequência das políticas agrárias de exportação, as quais foram estimuladas pelo governo. Dessa forma, faz-se necessário questionar o papel do estado diante das calamidades sociais que afetam Alagoas. Dados recentes da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN, 2022) mostram um dos lados mais perversos dessa situação de pobreza. Nos domicílios alagoanos com presença de menores de 10 anos, a proporção de insegurança alimentar chega a 59,9%. O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN) mostrou que em proporção, o estado do Alagoas tem a pior situação, com 36,7% de sua população nessa condição.

A constituição de um cenário de insegurança alimentar em Alagoas possui diversas variáveis, uma delas foi o processo de expansão das atividades açucareiras, logo, à medida que o território canavieiro avança, os problemas sociais como a insegurança alimentar também aumentam, de modo que as terras utilizadas pela monocultura poderiam ser usadas para promover uma cultura de subsistência. À medida que alguns espaços passam a diminuir as plantações de cana, outras monoculturas passam a ser incorporadas, tal como a do eucalipto.

Sendo assim, é necessário compreender que mesmo que ocorra uma mudança de cultura, a lógica de produção continua sendo a mesma, uma produção voltada a atender os interesses do capital. A conjectura do agronegócio no Brasil e em Alagoas seguem uma linha tênue entre a acumulação de capital e a expansão da pobreza, logo, os níveis de insegurança alimentar do país e do referido estado estão dentro de uma organização de produção que alimentam a fome, ao invés de acabar com ela. A figura a seguir apresenta os níveis de segurança e insegurança alimentar no país.

**Figura 3** - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nas Unidades da Federação, segundo as macrorregiões do Brasil



Fonte: II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Como se pode observar na figura, a pandemia da covid evidenciou uma realidade de insegurança alimentar em todo o Brasil, e o estado de Alagoas foi destaque nessa estatística pelo maior percentual de domicílios em que as pessoas viviam em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, estavam passando fome. De acordo com a PENSSAN (2022, p. 49):

A situação de fome, captada pela IA grave, foi maior nos domicílios cuja pessoa de referência estava desempregada (36,1%) ou quando tinha trabalho como agricultor/a familiar ou produtor/a rural (22,4%). Ou seja, mais de um terço dos domicílios com chefes desempregados enfrentava a fome, e mais da metade deles estava em situação de IA grave ou moderada. Para aqueles que estavam em busca de emprego e, conseqüentemente, de acesso à renda regular, tal resultado já era, infelizmente, esperado. No entanto, para os agricultores familiares e pequenos produtores, essa situação reforça o fato de que a descontinuidade das políticas públicas direcionadas a esse público foi fatal para a piora das condições que poderiam garantir o acesso pleno aos alimentos e, provavelmente, a outras necessidades básicas.

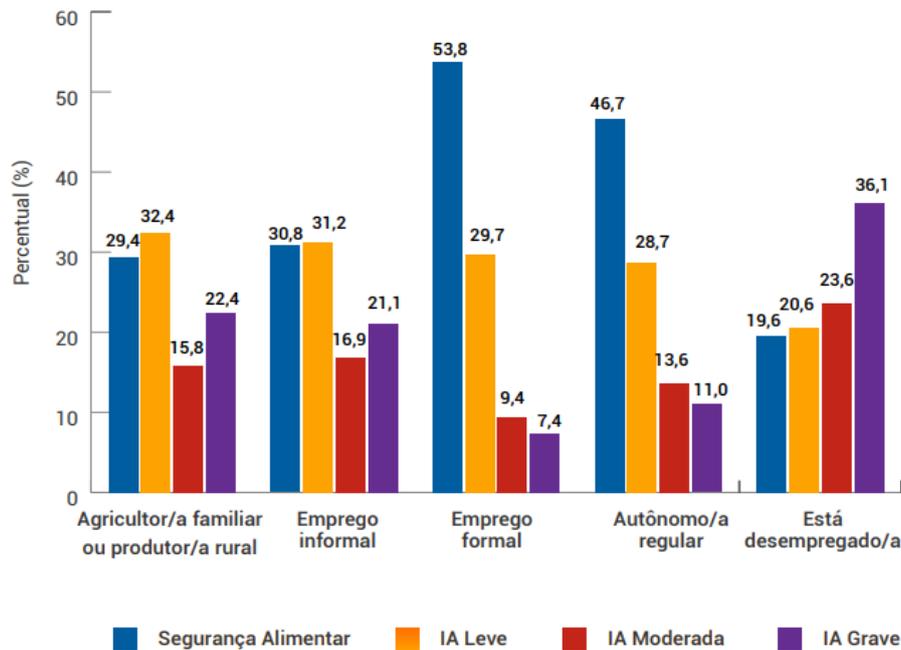
O contexto de insegurança alimentar no Brasil é um fenômeno socialmente construído, como já alertava há décadas o geógrafo Josué de Castro (1984, p. 50):

A alimentação do brasileiro tem-se revelado, à luz dos inquéritos sociais realizados, com qualidades nutritivas bem precárias, apresentando, nas diferentes regiões do país, padrões dietéticos mais ou menos incompletos e desarmônicos. Numas regiões, os erros e defeitos são mais graves e vive-se num estado de fome crônica; noutras, são mais discretos e tem-se a subnutrição. Procurando investigar as causas fundamentais dessa alimentação em regra tão defeituosa e que tem pesado tão duramente na evolução econômico-social do povo, chega-se à conclusão de que elas são mais produto de fatores socioculturais do que de fatores de natureza geográfica.

Logo, os problemas de insegurança alimentar devem ser compreendidos, não como causa, e sim como consequência de uma estrutura econômica nefasta. A conjectura do agronegócio é um dos pilares da sustentação da insegurança alimentar no país, de modo que tais atividades promovem a super concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários, terras essas que são utilizadas na produção de monoculturas de exportação.

No entanto, a quantidade de terras utilizadas pela agricultura familiar é ínfima se comparada com as terras utilizadas nas atividades do agronegócio, isso sem contar com a dinâmica de problemas sociais que surge no campo brasileiro, tal como a disseminação de conflitos e o aumento da fome. A figura a seguir representa a situação de segurança alimentar de alguns grupos de trabalhadores do Brasil, conforme a referida pesquisa da rede PENSSAN.

**Figura 4** - Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a situação de trabalho da pessoa de referência dos domicílios, Brasil

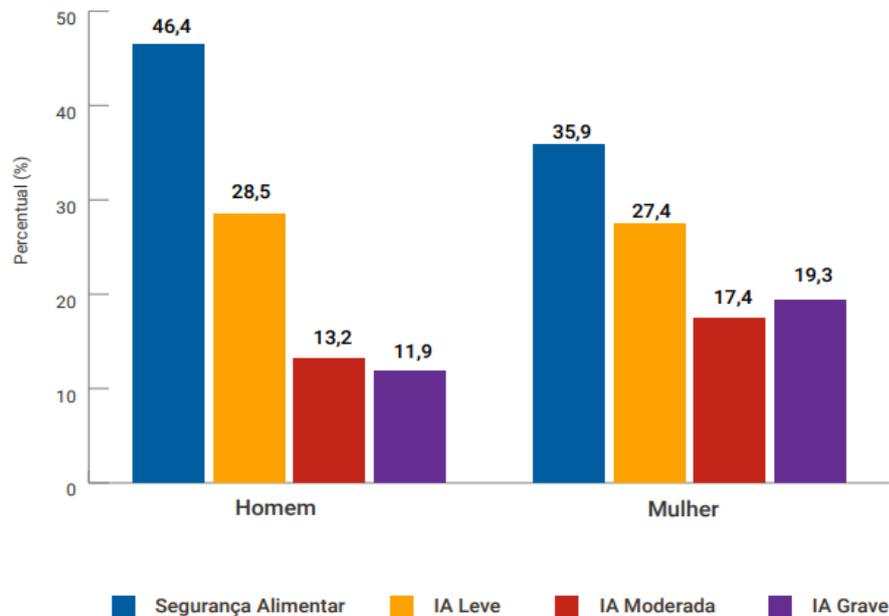


Fonte: II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

“Nas áreas rurais, a insegurança alimentar (em todos os níveis) esteve presente em mais de 60% dos domicílios. Desses, 18,6% das famílias convivem com a insegurança alimentar grave (fome), valor maior do que a média nacional.” (PENSSAN, 2022). Apesar da fome persistir em vários grupos sociais, ela tem gênero, isto é, as mulheres são mais vulneráveis diante desse quadro de insegurança alimentar. A figura a seguir expressa tal relação.

Os dados apresentados acima mostram o quão contraditório o capitalismo é, de modo que no espaço rural, os níveis de insegurança alimentar são relativamente altos, mas não seria o espaço rural um local de produção de alimentos de subsistência? A lógica de pauperização do trabalho e do trabalhador são contínuas no campo brasileiro, um dos fatores que pode provocar a situação de insegurança alimentar é o fato de pequenas propriedades rurais estarem próximas dos latifúndios do agronegócio, logo, às vezes, as áreas utilizadas pelas famílias camponesas são atingidas pela disseminação de agrotóxicos que são expandidos e propagados pelos ventos, tornando o ambiente em si não propício para a plantação de subsistência. Desse modo, os níveis de insegurança alimentar podem ser impulsionados pelos fatores de manutenção das culturas de exportação que compreendem as necessidades do agro.

**Figura 5** - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio, Brasil



Fonte: II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022

“ Nas casas em que a mulher é a pessoa de referência, a fome passou de 11,2% para 19,3%. Nos lares que têm homens como responsáveis, a fome passou de 7,0% para 11,9%. Isso ocorre, entre outros fatores, pela desigualdade salarial entre os gêneros” (PENSSAN, 2022).

E se o cultivo da cana gera empregos precários e sazonais com a ampliação da mecanização desse tipo de produção se intensifica ainda mais a pobreza no estado, uma situação que não afeta somente trabalhadores da região canavieira, mas o conjunto da economia estadual, uma vez que há uma mobilidade do trabalho agrícola em função da cana ocupar a maior parte das terras mais férteis cultivadas em Alagoas.

No contexto político, econômico e social do estado de Alagoas, a cana-de-açúcar sempre obteve uma grande proporção de terras agrícolas a seu dispor, isto é, desde a formação do território alagoano, a lavoura temporária da cana sempre ocupou grandes proporções de terra. No entanto, devido a um processo de crise que ocorreu na produção dessa cultura, que passou por um processo de reestruturação produtiva, uma nova cultura vem surgindo nos espaços que por muito tempo foram utilizados para a produção da cana-de-açúcar e agora está sendo destinado à produção de eucalipto. De acordo com Lima *et al.* (2020, p. 1211):

A economia de Alagoas esteve ancorada, durante séculos no monocultivo da cana-de-açúcar, que assegurou a reprodução da estrutura fundiária concentrada e do poder político oligárquico no estado. Entretanto, a crise que

se abate sobre o setor sucroalcooleiro alagoano tem resultado numa transição agrícola com forte promoção do estado. Grupos empresariais, tradicionalmente vinculados à cana-de-açúcar, estão reservando parte notável de hectares de suas propriedades ao cultivo de eucalipto. A narrativa, fartamente veiculada pelo estado e pelos grupos empresariais envolvidos, baseia-se numa suposta alternativa econômica ao cultivo da gramínea, com a promessa de geração de empregos e de respeito ao meio ambiente.

Nesse contexto de transição, o eucalipto vem sendo apresentado a partir de um discurso um tanto quanto tendencioso, de modo que o estado de Alagoas apresenta tal cultura como uma alternativa viável a substituição da cana, sob o argumento que essa produção pode promover a geração de empregos no campo. Não obstante, o que se percebe é que a monocultura do eucalipto tende a seguir a mesma lógica de produção do agronegócio, de modo que tal atividade diminui a questão do trabalho sazonal, uma vez que a produção de cana demanda uma necessidade de trabalho muito maior se comparada ao eucalipto.

Ademais, os assentados também registraram uma notável diminuição no número de trabalhadores circulando dentro do latifúndio. Conforme os camponeses, antes, durante o plantio e colheita da cana-de-açúcar, era corriqueira a presença de funcionários em seus eitos. Desde a substituição da gramínea pelo eucalipto é raro avistar trabalhadores entre as árvores. (idem,ibidem)

Logo, a organização social do trabalho passa por uma nova roupagem, apesar do trabalho canavieiro produzir um alto grau de exploração, ele ainda consegue gerar uma grande quantidade de empregos no campo, diferentemente do eucalipto que parece agravar as relações de trabalho no espaço agrário.

Partindo do pressuposto de que é necessário compreender as dinâmicas de mudança da produção de cana-de-açúcar em Alagoas, é importante perceber que a expansão da produção de eucalipto segue crescendo de forma gradativa no país. Segundo Lima (2020), o Brasil possui cerca de 7,84 milhões de hectares de árvores plantadas para fins comerciais, justamente para a manutenção do complexo de produção da madeira-papel-celulose, a qual tem se expandido nos últimos anos.

É necessário compreender que a dinâmica do crescimento do eucalipto no país está totalmente relacionada às necessidades de ampliação da atuação do capital no espaço agrário brasileiro, em virtude da contínua acumulação de capital. Logo, a implementação da produção dessa cultura no estado de Alagoas não está ocorrendo por acaso, e sim pelo fato da crescente expansão do complexo de produção dessa madeira para fins comerciais. A tabela a seguir apresenta a expressividade do setor no superávit comercial em dólares.

Tabela 12 - Balança comercial (saldo total) – Valores referentes à indústria do complexo Madeira/Papel/Celulose – Brasil – 2012 a 2021

Ano	Valor US\$
2012	5,7 Bilhões
2013	6,4 Bilhões
2014	6,7 Bilhões
2015	7,7 Bilhões
2016	7,9 Bilhões
2017	9,1 Bilhões
2018	11,3 Bilhões
2019	10,3 Bilhões
2020	8,9 Bilhões
2021	10,7 Bilhões

Fonte: IBA, 2022.

Elaboração: Patrick Oliveira Silva, 2023.

É notável que as atividades que envolvem a produção do eucalipto e seus derivados possuem uma forte expressividade no que tange à exportação. Assim, é possível indagar que a substituição da cana-de-açúcar por essa cultura está ancorada ao valor agregado que esses produtos têm para a reprodução ampliada do capital. Ainda de acordo com Lima *et al.* (2022, p. 1213):

A extraordinária velocidade com que o eucalipto cresce em terras tropicais constitui um elemento importante para entender a territorialização das corporações, uma vez que a celeridade da rotação do capital (intervalo entre o plantio e a colheita) enseja o alcance mais rápido dos lucros. Acrescenta-se a isso, o baixo preço das terras no Brasil e, não menos importante, a disponibilidade de um grandioso exército de reserva de força-de-trabalho, sempre sujeito à superexploração promovida pelo capital.

O trabalho segue em um nível de precarização ainda maior dentro dessa lógica de reprodução do agronegócio no campo brasileiro, podendo impulsionar ainda mais os problemas sociais para a classe trabalhadora, que agora, mais que nunca, pode constituir um vasto exército industrial de reserva, tendo em vista que as atividades de produção do eucalipto não necessitam de um trabalho sazonal contínuo como o da cana-de-açúcar.

No que tange a relação do estado com o capital internacional, Lima afirma *et al.* (2022, p. 1219):

Não obstante esse quadro trágico da estrutura fundiária de Alagoas, que compromete a oferta satisfatória de alimentos à população, o estado tem

incentivado os grupos empresariais, monopolizadores da terra no estado, a diversificarem seus investimentos através de um novo empreendimento monocultor, a saber: o agronegócio do eucalipto. A proposta não objetiva substituir toda a plantação de cana-de-açúcar encontrada no estado pelo eucalipto, mas assegurar aos grupos empresariais a oportunidade de adentrarem em um ramo do agronegócio, em franco crescimento, e aureolado pela promessa de confiáveis lucros.

Nesse sentido, é possível perceber que as transformações que ocorrem nas relações de produção das atividades monocultoras em Alagoas, seguem uma lógica contínua de retroalimentação das necessidades de exploração do agro no campo brasileiro, dando ensejo a um processo de substituição de uma atividade que promove a degradação do trabalho, em virtude de uma outra atividade que degrada de forma ainda mais perversa a mesma categoria, de modo a dar continuidade ao processo de ampliação e reprodução do capital no campo, em especial, nas relações de produção e de trabalho no estado de Alagoas.

### **2.3. Breve panorama do trabalho canavieiro em Alagoas**

O processo de implantação de tecnologia aplicada ao campo é instaurado no Brasil a partir da Revolução Verde. Dentro do cenário de produção da monocultura da cana-de-açúcar, a mecanização agrícola torna-se mais latente a partir do momento em que o governo instaura diversos programas voltados à produção de etanol no país, tal como o Proálcool. A partir de dados da União dos Usineiros, Lima *et al.* (2022, p.42) constata que:

No decorrer da sua história, o setor passou por inúmeras mudanças e transformações. No início dos anos 2000, com a ampliação da comercialização de carros com motores flexfuel, tivemos o início de uma fase que promoveu um novo boom da produção canavieira e desencadeou uma forte expansão da lavoura fazendo com que sua área de plantação dobrasse no período que compreendeu os anos de 2000 a 2018 – de 4,8 milhões de hectares no ano 2000, para mais de 10 milhões em 2018.

Nesse sentido, houve um fator importante a ser mencionado, que foi justamente a inserção da tecnologia aplicada ao campo, cujo objetivo está relacionado à expansão do capital no espaço agrário brasileiro, assim como pela lógica de acumulação de capital. Segundo Baccarin (2019), é a partir de 2007 que a ampliação das tecnologias aplicadas ao campo passa a se intensificar no setor canavieiro.

É importante salientar que a distribuição de colheitadeiras mecanizadas não ocorre de maneira uniforme pelas regiões produtoras brasileiras. Analisando os dados da CONAB (2019) Lima *et al.* (2022, p. 43) aponta a desigualdade regional no que tange ao acesso a tecnologia:

Particularmente, ao observar o número de máquinas colheitadeiras, tem-se que, no ano de 2018, apenas 3% das existentes nos canaviais brasileiros estavam localizadas na região Norte-Nordeste. Um exemplo que evidencia a discrepância entre as regiões pode ser compreendido ao comparar a quantidade de colheitadeiras que existiam no estado de Mato Grosso em 2018, um total de 191, e o número da região Norte-Nordeste para o mesmo ano, com 194. Expresso em outras palavras, apenas um único estado do Centro-Sul possuía quase a mesma quantidade de uma região inteira que congrega inúmeros estados.

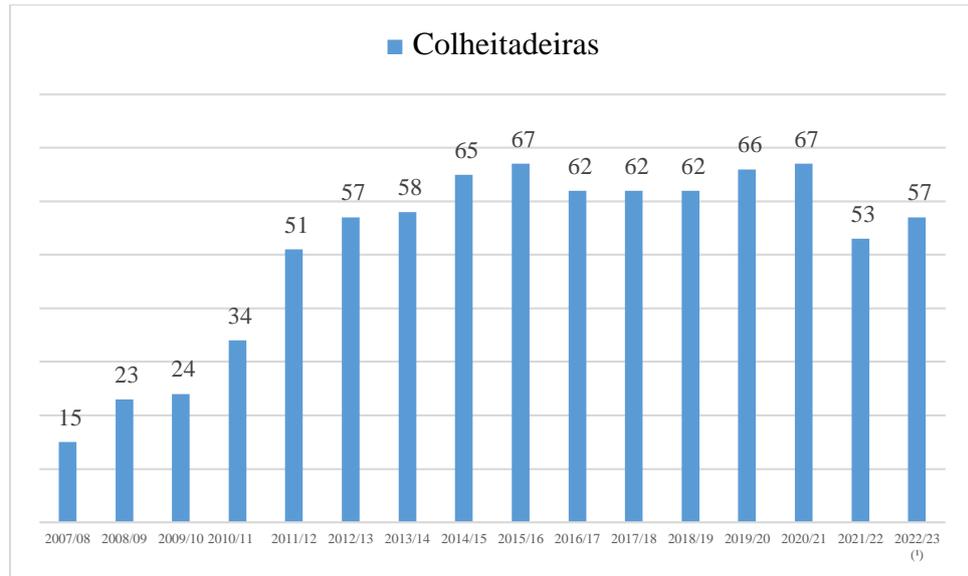
Possivelmente, o que explica a baixa incorporação tecnológica no espaço agrário do nordeste brasileiro é a declividade do terreno, e principalmente, a retração da produção de cana, em virtude da crise que ocorreu no setor. De acordo com Vidal (2018), apud Lima *et al.* (2022, p. 55):

Ao contrário da região Centro-Sul, o Norte-Nordeste encolheu sua área com a lavoura canavieira. Tal fato acabou por reduzir a participação da região no cenário de produção nacional. O principal fato para a ocorrência deste encolhimento foi a crise que o setor nacional sofreu (Pitta; Leite; Kluck, 2020) e, mais especificamente, os desdobramentos que tal ocorrência proporcionou na região Nordeste.

Nesse sentido, a participação do eucalipto tem crescido dentro das lacunas deixadas pela cana-de-açúcar, de modo que essa nova roupagem da atividade monocultora segue as mesmas premissas do modelo agroexportador açucareiro, dando continuidade a crescente e contínua acumulação de capital. Por fim, discorre Lima *et al.* (2022, p. 5):

[...] no Norte-Nordeste, tem-se uma queda de 29% no total da área de plantações de cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, os dados indicam uma queda total no número de empregos da ordem de 43%. A estes dados, soma-se um avanço da mecanização da colheita, que atingia 5,01% da lavoura, em 2008, e cresceu para 25,40% em 2018. Portanto, a força de trabalho da região foi atingida tanto pela mecanização da colheita como pela redução no total da área plantada.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab, 2022, p. 52): “A colheita da cana-de-açúcar no Brasil tem evoluído, do sistema tradicional de colheita manual de cana inteira com queima prévia do canavial, para o sistema de colheita mecanizada”. Na região Nordeste, o corte manual ainda prevalece. O gráfico a seguir apresenta o panorama de evolução do uso de colheitadeiras mecanizadas em Alagoas.

**Gráfico 7 - Série histórica de colheitadeiras em Alagoas**

Fonte: CONAB, 2022/2023  
Elaboração: Patrick Oliveira Silva, 2023.

De acordo com a Conab (2022) Alagoas é o estado nordestino com maior número de colheitadeiras mecanizadas, enquanto estados como Pernambuco tem apenas 9 colheitadeiras, aquele possui 57. A super dependência do estado para com a monocultura açucareira pode ser um fator explicativo no quesito modernização agrícola do setor canavieiro alagoano, isto é, o fato de Alagoas possuir o maior número de colheitadeiras mecanizadas pode ocorrer em razão dessa atividade ser a mais importante para a obtenção de um superávit comercial nas exportações de lavoura temporária, aqui torna-se claro a existência de uma macroeconomia da dependência.

Durante as entrevistas com um cortador de cana de 47 anos de idade, do povoado Quandú, município de Poço das Trincheiras – AL, apresentou sua percepção sobre a questão das colheitadeiras mecanizadas através do seguinte relato.

“Com as máquinas diminuí o pessoal, né, e eles precisam. Eu acho ruim, mas, às vezes, a gente queria que elas chegassem logo, porque teve algumas vezes que a gente tava muito cansado já, passamos uns dois meses do que era previsto cortando cana”.

Segundo esse trabalhador uma colheitadeira substitui “em média 100 homens, porque ela trabalha dia e noite”.

O que se constatou no diálogo com os trabalhadores entrevistados foi que eles têm a percepção de que o processo de mecanização no campo gera desemprego, e que uma parcela

significativa dos que ficam desempregados não têm outra ocupação, logo, a mobilidade do trabalho se torna uma realidade mais intensa. A imagem a seguir apresenta uma colheitadeira mecanizada na antiga Usina Seresta em Teotônio Vilela, atualmente a nomenclatura da usina é Impacto Bio Energia.

**Figura 6** – Colheitadeira mecanizada nos canaviais alagoanos



Fonte: Arquivo pessoal.

O processo de mecanização agrícola acentua a mobilidade do trabalho e o aumento da informalidade, tendo em vista que com a baixa qualificação educacional, os trabalhadores desse setor acabam se inserindo em trabalhos informais ou se deslocam para outras regiões em busca do corte de cana. De acordo com Gonçalves (2001):

Os grandes deslocamentos humanos, via de regra, precedem ou seguem mudanças profundas, seja do ponto de vista econômico e político, seja em termos sociais e culturais. Os maremotos históricos provocam ondas bravias que deslocam em massa populações e povos inteiros. Numa palavra, a mobilidade humana é em geral um sintoma de grandes transições. Quando ela se intensifica, algo ocorreu ou está para ocorrer, ou melhor, algo está ocorrendo nos bastidores da história.

A mobilidade do trabalho é um reflexo das dinâmicas do capitalismo que se apresentam das mais diversas formas, nesse caso, sob o fenômeno da mecanização. Nesse sentido, é importante perceber quais são os elementos que constituem e acentuam o processo migratório. Além disso, também se faz necessário compreender a percepção do migrante, frente às mudanças que vêm ocorrendo na composição social do trabalho. No decorrer de uma entrevista

com um ex-cortador de cana de 42 anos de idade no município de Poço das Trincheiras – AL, ele relatou como foi sua experiência de ter que ficar longe da família para trabalhar.

[...] eu sofria demais. Cheguei até a chorar. Quando eu lembrava que ia deixar a minha casa e a minha mulher e meu filho, é difícil um homem chorar, mas nesse momento, eu chorava.

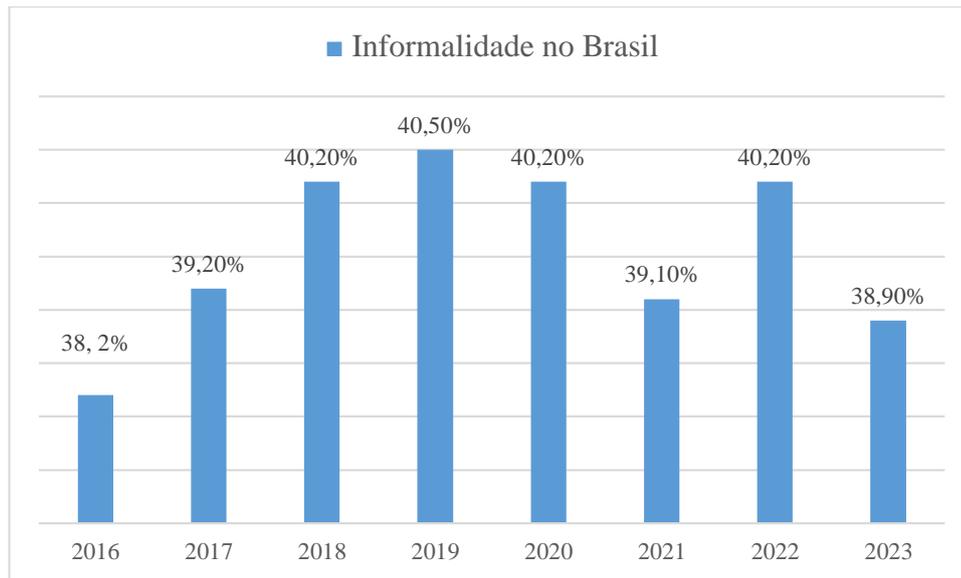
Além da dura realidade do trabalho nos canaviais, os trabalhadores ainda tinham que lidar com questões psicológicas associadas à mobilidade do trabalho, como por exemplo, se afastar da família durante vários meses. De acordo com Carvalho (2009, p.36):

A modernização decorrente dos programas federais, por seu caráter conservador, não alcançou a população trabalhadora. Foi esse traço conservador que permitiu, por um lado, uma concentração ainda maior de terra, renda e poder nas mãos dos proprietários agrícolas e, por outro lado, possibilitou a diminuição do número de moradores nas fazendas e nos engenhos. A transferência dessa população para a periferia das cidades da zona da mata foi responsável pela criação de um exército de “trabalhadores residentes nas pontas-de-rua” e pelo aumento do número de “clandestinos”. O aumento da precarização no trabalho e o desemprego causaram a migração para as cidades maiores.

O fenômeno da modernização agrícola foi um dos fatores mais importantes que impulsionou a mobilidade do trabalho e o crescente aumento de problemas sociais em Alagoas, em virtude não só do desemprego, mas das condições que os trabalhadores são postos em decorrência da mecanização. De acordo com a Organização Mundial do Trabalho – OIT (2021):

*“En muchos países, el sector informal ocupación representa una parte significativa de la economía y del mercado laboral y desempeña un papel importante en la producción, la creación de ocupación y la generación de ingresos. Sin embargo, la informalidad expone a los trabajadores a un mayor riesgo de vulnerabilidad y precariedad. De hecho, la informalidad tiene un fuerte impacto negativo en la adecuación de los ingresos, la seguridad y la salud laboral y las condiciones de trabajo en general.*

Nesse sentido, os efeitos desencadeados pela mobilidade do trabalho aumentam ainda mais os níveis de precarização do trabalho, uma vez que muitos dos trabalhadores rurais passam a fazer “bicos” para sobreviver, indo em uma onda de constante migração em busca de trabalho. O gráfico a seguir apresenta os níveis de informalidade no Brasil em uma variação de oito anos.

**Gráfico 8 - Taxa de informalidade no Brasil**

Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.  
Elaboração: Patrick Oliveira Silva, 2023.

Apesar dos dados não apresentarem uma variação exorbitante em relação ao mercado de trabalho informal, é nítido que a existência da taxa de informalidade no Brasil é preocupante, uma vez que ela está presente nos últimos oito anos, isso é um reflexo de como o trabalho tornou-se precarizado ao longo do tempo. É justamente nessas relações que podem existir trabalhadores em condições análogas à escravidão, essa realidade é bastante comum no espaço agrário, tendo em vista que boa parte das atividades laborais, tal como o corte de cana, não garante a empregabilidade do trabalhador durante o ano inteiro.

Além do mais, a superexploração da força de trabalho é uma característica intrínseca ao modo de produção capitalista, é através dessa exploração que o processo de acumulação de capital torna-se latente. A desigualdade social e todas as mazelas que acompanham essa variável fazem parte do arcabouço de efeitos do capital dentro da categoria trabalho.

Compreender as relações laborais é tentar entender que as transformações que ocorrem na categoria trabalho, e no caso dessa pesquisa, no trabalho canavieiro, são frutos das dinâmicas de acumulação do capital, as quais são condicionadas pelas necessidades de mudança do sistema, para que o processo de acumulação se torne progressivo. A condição de trabalho pauperizado por qual passa a classe trabalhadora, é um projeto muito bem elaborado, com o intuito de dar ensejo ao objetivo citado acima.

A tabela 13 traz dados de emprego formal no município de Coruripe – AL, um dos grandes produtores de cana do estado.

Tabela 13 – Nível de trabalho formal pelos grandes setores do Município de Coruripe-AL

Setor	Ano						Total
	2002	2006	2010	2014	2018	2021	
1 – Indústria	8,744	11,213	12,123	8,702	7,388	6,03	54,2
2- Construção Civil	196	24	137	93	46	55	551
3 – Comércio	161	365	544	703	672	683	3,128
4 – Serviços	2,46	2,752	3,562	4,316	2,715	4,476	20,281
5 - Agropecuária	1,75	775	586	651	552	694	5,008

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2023.  
Elaboração: Patrick Oliveira Silva, 2023.

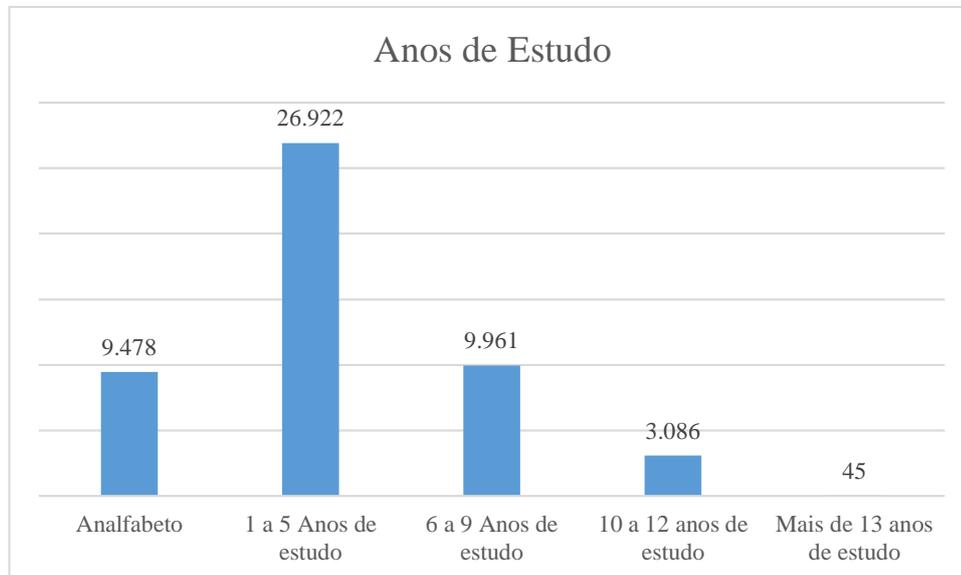
Diante de uma análise voltada à composição dos níveis de empregos formalizados no município de Coruripe – AL, nota-se que o campo da agropecuária apresentou uma oscilação crescente e decrescente ao longo dos últimos dezenove anos, no entanto, de uma forma não tão expressiva, o emprego formal não apresentou um crescimento exponencial tão significativo. Apesar das pressões e cobranças de órgãos, tais como o Ministério do Trabalho, que requer de forma efetiva uma melhoria das condições de trabalho, pautadas nos direitos trabalhistas, o setor da produção canavieira teve um crescimento tímido dentro do período analisado.

Em contrapartida, o setor de serviços vem apresentando um crescimento significativo dentro do critério de empregabilidade formal, seguido pelo setor de comércio. O fato de o setor agropecuário ter apresentado uma pequena oscilação ao longo dos anos, pode estar relacionado ao processo de mecanização agrícola que acabou resultando em uma diminuição da mão de obra utilizada nos canaviais, tendo em vista que no município em questão, essa é a principal atividade relacionada ao setor mencionado.

Uma variável importante a ser analisada dentro do seguimento das atividades do corte de cana são os indicadores educacionais, uma vez que os trabalhadores do corte da cana entrevistados apontaram a baixa escolaridade como um dos fatores que os levava a se sujeitar à mobilidade do trabalho, às precárias condições de trabalho, incluindo a informalidade. O baixo nível de escolaridade é reflexo das condições de trabalho em que viviam e vivem seus antepassados, isto é, existe uma predominância hereditária do trabalho canavieiro, passada de geração a geração, de modo que filhos, pais e netos tendem a dar continuidade ao trabalho canavieiro, tal como uma herança, fruto de estruturas econômicas ineficientes e de um processo

histórico de exploração. Logo, a baixa qualificação dentro do quesito educação básica é um reflexo desse processo, dentre outros. O gráfico 9 apresenta os níveis de formação educacional dentro do critério da Educação Básica.

**Gráfico 9** – Nível educacional dos trabalhadores canavieiros em Alagoas



Fonte: Observatório da Cana, 2021.  
Elaboração: Patrick Oliveira Silva, 2023.

Apesar dessa realidade de baixa escolaridade, quando se analisa o mercado de trabalho, nada aponta que a maior escolarização de trabalhadores rurais asseguraria melhor colocação, uma vez que as ocupações que mais crescem no Brasil são aquelas voltadas às atividades laborais que não demandam altos níveis educacionais. Dados do IBGE de 2019 apontaram que a informalidade do trabalho girava em torno de 48,6% em Alagoas.

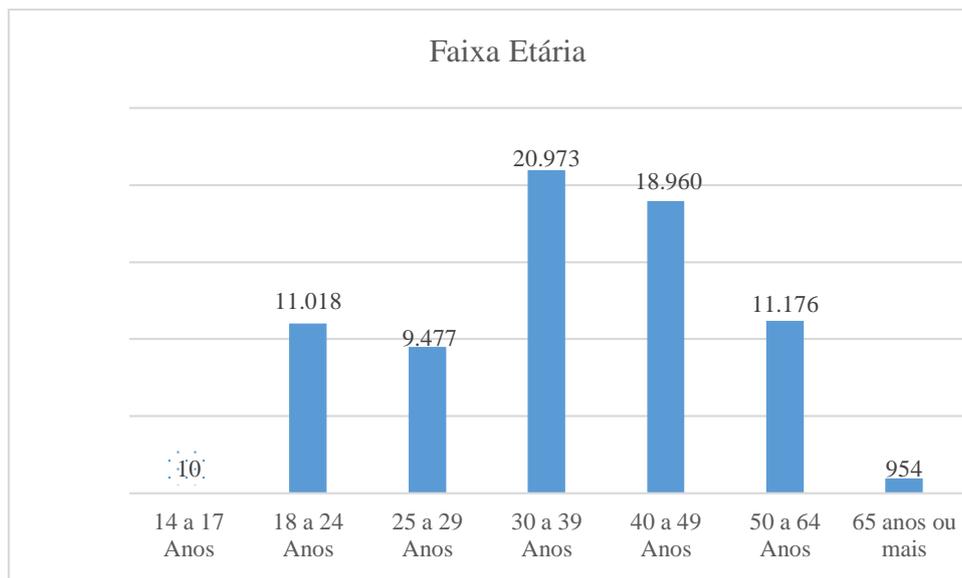
Além da informalidade, é necessário analisar a faixa etária desses trabalhadores, de modo a compreender as condições sociais de trabalho em que esta classe está inserida, uma vez que pessoas com uma idade mais avançada estão mais propensas a sofrer de forma mais intensa os impactos físicos do corte de cana. De acordo com Alves (2006, p. 94-95):

Um trabalhador que corte 6 toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento por 6 metros de largura, caminha durante o dia uma distância de aproximadamente 4.400 metros e despende aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes por dia (considerando uma cana em pé, de primeiro corte, não caída e não enrolada, que tenha uma densidade de 10 canas a cada 30 cm.). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem de, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpear a cana em cima. Além

disso, ele ainda amontoa vários feixes de cana cortados em uma linha e os transporta até a linha central. Isso significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia como transporta nos braços 6 toneladas de cana em montes de aproximadamente 15kg que variam de 1,5 a 3 metros.

O gráfico a seguir apresenta a faixa etária dos trabalhadores canavieiros em Alagoas no ano de 2021.

**Gráfico 10** – Faixa etária dos cortadores de cana em Alagoas



Fonte: Observatório da Cana, 2021.  
Elaboração: Patrick Oliveira Silva, 2023.

A quantidade de trabalhadores que estão categorizados como idosos segue bastante alta nos canaviais alagoanos. Logo, para esse grupo, as condições de trabalho tornam-se cada vez mais impactantes, tendo em vista que o perfil dos trabalhadores canavieiros, segue uma linha contínua de tempo de trabalho, isto é, provavelmente esses cortadores de cana iniciaram essa atividade enquanto jovens, o nível de desgaste físico e mental é enorme. E em que pese as enormes consequências socioespaciais produzidas pela dependência em que a economia alagoana tem da produção canavieira, a atuação do estado, historicamente, tem sido para viabilizar a manutenção e expansão dessa produção..

Desse modo, é possível perceber que as transformações que ocorrem nas relações de produção no espaço canavieiro seguem uma lógica contínua de transformações. No entanto, essas mudanças são guiadas pelas necessidades de reprodução e expansão do capital no campo.

Dito isso, o processo de mecanização agrícola tem uma forte concentração no eixo Sul/Sudeste, apesar da região Nordeste apresentar uma menor participação da inserção da

mecanização, outra problemática tende a impulsionar as relações sociais de produção no campo, a retração da cana-de-açúcar, que condiciona uma diminuição de contratação de mão de obra temporária, aliada à implementação de colheitadeiras mecanizadas, e a expansão da monocultura do eucalipto, sendo esta última mais perversa do que a que antecede tal atividade, uma vez que a diminuição das atividades laborais na produção do eucalipto é mínima.

#### **2.4. Dívida Pública e Crise Fiscal em Alagoas**

A dívida interna do Brasil é parte de um processo histórico que remonta o período colonial, desde aquela época, grandes empréstimos foram realizados pelas elites que comandavam o país. De acordo com Silva (2009, p.33):

A história da dívida interna brasileira tem origem ainda no período colonial, no qual, desde os séculos XVI e XVII, alguns governadores da Colônia faziam empréstimos. A exemplo do processo de endividamento em outras partes do mundo, os empréstimos da época confundiam-se com empréstimos pessoais dos governantes.

A dinâmica de empréstimos governamentais e pessoais fazem parte do caráter da dívida, de modo que até a contemporaneidade existe uma obscuridade em relação à transparência dessas atividades. No Brasil colônia “tudo era desconhecido: o tamanho da dívida, a finalidade do empréstimo, as condições em que este era feito etc.” (NETO, 1980). Na atualidade, muitos empréstimos realizados por diversos estados brasileiros ainda possuem vários elementos duvidosos, por exemplo, a não divulgação da fonte que disponibilizou os créditos para determinados estados. Logo, a atual dívida interna ainda possui característica da época colonial.

A natureza da dívida pública em Alagoas possui uma certa peculiaridade que pode ser percebida através de duas variáveis, como afirma Carvalho (2008, p. 39):

Primeiro fator foi, sem dúvida, a crise fiscal brasileira nos anos oitenta, que diminuiu a transferência de recursos da União para os investimentos regionais. O segundo fator foi a crise no setor sucroalcooleiro. Com a desaceleração do pró-álcool a partir de 1986 e a crescente dificuldade de apoio e financiamento, o setor açucareiro alagoano foi buscar uma compensação na estrutura do estado, com o intuito de complementar os mecanismos paternalistas que dispunha no plano federal.

Nesse sentido, um dos principais fatores que provocou a crise fiscal dos anos 90 em Alagoas está relacionado ao setor sucroalcooleiro que, segundo Carvalho (2008), deu-se através da falta de pagamento desse setor à Companhia Energética do estado de Alagoas (CEAL) e ao Banco da Produção do estado de Alagoas (PRODUBAN).

Em agosto de 1978, a Companhia de Eletricidade de Alagoas, a Ceal, resolveu interromper o fornecimento de energia elétrica das indústrias que deviam muito à empresa, entre elas, várias usinas. O governador Divaldo Suruagy evitou o corte e ofereceu aos credores os préstimos do Produban para a consolidação e composição das dívidas. (História de Alagoas, 2020).

O Banco da Produção do estado de Alagoas, foi instituído no ano de 1963, cujo intuito era fomentar o desenvolvimento econômico do estado de Alagoas, através de apoio e financiamento a atividades rurais, comerciais e industriais. Os primeiros passos para a constituição do Banco partiu do economista Alcio Chagas Nogueira, responsável por articular o diálogo com o então governador de Alagoas, Luiz Cavalcante e com o ex-presidente Jânio Quadros para solicitar deste o empenho do Governo Federal no processo de liberação da autorização para funcionamento do Banco.

De acordo com a História de Alagoas (2020), “As ações foram lançadas em ato público, em Maceió no dia 16 de maio de 1962. O Governo Estadual detinha 51% do capital, que era de 100 milhões de cruzeiros”. O governo do estado detinha o maior percentual do capital do Banco, aqui vale ressaltar a quem o estado de Alagoas serviu e qual política agrária foi beneficiada ao longo dos anos, com o Banco da Produção não seria diferente.

A inauguração do Banco ocorreu em 1966, no entanto, segundo a História de Alagoas (2020), “o Banco ocupou somente a metade do prédio. Os outros espaços foram comercializados. O Instituto do Açúcar e do Alcool foi um dos primeiros a adquirir um pavimento inteiro do edifício”. A presença de um dos maiores representantes do setor sucroalcooleiro dentro da mesma estrutura que sediava o Produban não foi coincidência, talvez, o próprio projeto de instituição do Banco da Produção tivesse sido fundamentado como um instrumento do agronegócio açucareiro. De acordo com a Agência Brasil (2002):

A CPI do Produban - Banco do estado de Alagoas, fechado há cinco anos pelo Banco Central - concluiu que um dos motivos da falência do Banco foi o grande número de empréstimos a usinas e empresas hoteleiras que não pagaram suas dívidas. Segundo a CPI, a insolvência se deveu a má gestão administrativa dos diretores da instituição e do governo do estado, que distribuíram dinheiro sem pedir garantias. O Produban tinha 23 agências e 900 funcionários quando fechou. A dívida com o Governo Federal, hoje, está em torno de R\$ 800 milhões.

Os diversos empréstimos realizados pelo setor sucroalcooleiro ao Produban, e que não foram pagos, foram incorporados junto à dívida pública alagoana, a qual compromete uma parte

significativa da receita do estado, receita esta que deveria ser utilizada em políticas públicas, tais como, educação, saúde, segurança pública, dentre outros. Nesse sentido, os problemas sociais do estado têm uma relação intrínseca com as usinas de cana-de-açúcar, seja pela exploração e degradação do trabalho que ocorre nos canaviais ou pelos empréstimos não pagos que estrangulam o orçamento público do estado. Analisando a dívida pública do estado, Souza (2017, p.33) constata que

Alagoas apresenta-se como sendo um dos estados da federação brasileira mais dependente das políticas de transferências federais de renda. No entanto, Alagoas repassa ativos à União através do serviço da dívida em quantidade maior do que o repasse de transferências. Por exemplo, no ano de 2012, o estado recebeu R\$ 653 milhões do Governo Federal, mas transferiu ao mesmo tempo, em forma de juros e amortizações, a quantia de R\$ 776 milhões (Souza, 2017, p. 33).

A tabela 14 apresenta os dispêndios com o serviço da dívida entre os anos de 2021 e 2022.

**Tabela 14** - Execução do Serviço da Dívida (2021-2022) - R\$ Milhões

Discriminação	DESPESA EMPENHADA			
	2021	% PART.	2022	% PART.
Juros e Encargos da Dívida	321,6	49,6%	438,4	53,7%
Amortização da Dívida	326,6	50,4%	378,6	46,3%
Total do Serviço da Dívida	648,2	100,0%	817,0	100,0%

Fonte: Secretaria da Fazenda, 2022. Elaboração: Patrick Oliveira Silva, 2023.

Mais de 2 milhões de reais são pagos diariamente com os serviços da dívida, esses valores comprometem a execução eficiente das políticas públicas em Alagoas, promovendo o aumento dos problemas sociais no estado. De acordo com o Instituto Milleniun (2020) :

Alagoas se encontra atualmente entre os quatro estados com o maior valor de dívida com a União. Para se ter uma ideia do problema, o socorro financeiro do governo ao pagamento de suas dívidas teve um impacto, entre 2017 e 2019, de R\$ 90,3 bilhões nas contas públicas. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Alagoas e Rio Grande do Sul são responsáveis por 90% do total desse valor. Ou seja, apenas 5 estados da União acumulam dívidas que, juntas, representam quase a totalidade do que os estados brasileiros devem ao erário.

A dívida pública alagoana foi impulsionada por diversos fatores geopolíticos, desde o choque do petróleo da década de 1970, que estimulou a produção de etanol no Brasil, centrando

recursos e esforços em programas de incentivo à produção de biocombustível derivado da cana, através de programas como o Proálcool.

Em termos relativos, Alagoas foi um dos estados mais beneficiados pelo Proálcool, recebendo 7% dos projetos aprovados e 8,1% dos recursos destinados. Entre 1975 e 1989, triplicou sua área plantada com cana, quase duplicou a produção de açúcar, instalou 29 destilarias, multiplicou a produção de álcool em 25 vezes e apresentou o maior crescimento proporcional entre os produtores de álcool no país. (Carvalho, 2009. p. 42-43)

Diversos investimentos foram realizados no setor sucroalcooleiro em Alagoas, de modo que a economia agrícola de exportação tornou-se totalmente dependente dessa commodities. Nos período de crise, os usineiros recorriam ao estado para solicitar altos empréstimos, que por muito eram concedidos, alguns empréstimos não continham o registro da fonte que disponibilizou o crédito, a maioria dessas operações de crédito, além de se configurarem como ilegais, não foram pagas, e a dívida que era privada e realizada pelos usineiros, fora convertida em dívida pública. Ainda de acordo com o Instituto Milleniun (2020):

Muitos são os fatores que levaram o estado a esse nível de endividamento. Em primeiro lugar, o próprio modelo de desenvolvimento do estado, que é quase todo baseado em latifúndios e monoculturas, ou seja, um desenvolvimento que se sustenta na exploração e concentração de terras na mão de poucas pessoas. Na prática, isso significa baixos salários e condições de trabalho precárias para os trabalhadores, o que tem como consequência, muitas vezes, a expulsão de camponeses da terra, por exemplo. O segundo problema é justamente a grande renúncia fiscal praticada no estado, que cresce ano a ano e traz uma redução para a receita de cerca de R\$ 567 milhões, segundo dados do ano de 2017. Mais um fator de agravamento da crise foi a promulgação da Lei Kandir (nº 87/1996), que acaba por interferir negativamente na arrecadação, visto que seu efeito desonera as exportações, isentando o pagamento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre produtos primários como itens agrícolas, semielaborados ou serviços.

A renúncia fiscal acompanhada pela Lei Kandir impulsionou ainda mais o sistema de rolagem da dívida e o comprometimento do orçamento público, de fato, o que se percebe é que a estrutura política do estado de Alagoas é constituída por representantes do sistema açucareiro, e não do povo. A figura a seguir apresenta os principais credores da dívida pública alagoana.

**Tabela 15** - Relação dos credores do estado de Alagoas, dez/2020

Relação dos credores de Alagoas	VALORES TOTAIS	DEZ/2020 %
Governo Federal (Leis 9.496/97 e 8.727/93)	R\$ 6,30 bilhões	65,90 %
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	R\$ 1,11 bilhões	11, 71%
BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento).	R\$ 859 milhões	9,00%
CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina)	R\$ 10 milhões	0, 11%
Caixa Econômica Federal	R\$ 560 milhões	5, 87%
BNDES	R\$ 149 milhões	1, 56%
BANCO DO BRASIL	R\$ 451 milhões	4, 72%
INSS/RECEITA FEDERAL	R\$ 107 milhões	1, 13%

Fonte: Dados da Gerência de Acompanhamento da Dívida Pública do Estado de Alagoas, (SETE, SEFAZ, 2020). Elaboração: Santos, 2021.

A disponibilidade do capital das grandes instituições financeiras ao estado é mascarada com o intuito de promover o crescimento econômico, travestido de bem-estar social, todavia, essa transação de capitais acaba fomentando a dependência financeira dos países subdesenvolvidos. Diante dessa conjectura, o estado de Alagoas torna-se um instrumento do capital a serviço da dívida, dando continuidade ao processo de acumulação de capital através do sistema rentista, causando o enriquecimento das burguesias regionais, as quais utilizaram o capital estatal dos bancos estaduais como o Produban para acentuar ainda mais a concentração de renda, uma vez que este foi dilacerado as custas do crescimento dos bancos privados promovidos pelo sistema de crédito disponibilizado ao setor sucroalcooleiro, enquanto a burguesia alagoana prosperava gradativamente as custas do dinheiro público, a população mais pobre sofria com o agravamento dos problemas sociais e com a omissão estatal. Nesse sentido, de acordo com Padilha (2011, p. 32):

A implantação das políticas que resultaram nas transformações do setor acarretou uma sangria das finanças públicas. O endividamento dos empresários com o Banco do Brasil, o Tesouro Nacional, a Receita Federal e o IAA somava, em 1991, 2,05 bilhões de dólares. Com o INSS, em março de 1923, a dívida atingia mais de 60 milhões de dólares, dos quais 33% pertenciam aos usineiros alagoanos, mais que a região Centro-Sul.

Essa sangria das finanças públicas inviabiliza a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população. A tabela a seguir apresenta as dívidas das usinas de cana-de-açúcar junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**Tabela 16** – Brasil - dívidas das usinas junto ao INSS, por estado (valores em R\$)

Estado	Valor	Estado	Valor
Alagoas	767.256.711,79	Mato Grosso do Sul	31.513.029,17
São Paulo	644.295.669,37	Espírito Santo	19.429.473,61
Pernambuco	367.471.832,82	Minas Gerais	18.494.856,04
Paraná	93.034.716,97	Maranhão	14.660.447,74
Goiás	63.545.059,38	Ceará	5.460.018,32
Paraíba	59.261.281,34	Piauí	3.805.994,72
Mato Grosso	54.995.734,48	Sergipe	2.580.592,82
Rio de Janeiro	44.865.372,90	Total	2.240.139.541,54

Fonte: INSS, 2008, Ramos, 2011.

Em Alagoas, os representantes do poder político e os barões do açúcar são as mesmas pessoas. A articulação estatal com o setor privado, isto é, as usinas de cana-de-açúcar foi evidenciada de forma “legal” no final da década de 1980, através de um fenômeno conhecido como “acordo dos usineiros”. Para alguns economistas, esse acordo trouxe impactos negativos imensuráveis para o estado de Alagoas.

Na história política e econômica recente de Alagoas, esse acordo foi talvez o que mais consequências negativas trouxe para o estado. É compreensível que os governos realizem acordos temporários com determinados setores econômicos, envolvendo redução de alíquotas, incentivos fiscais ou concessão de créditos, dentro de uma concepção que ouse promover o desenvolvimento econômico. No entanto, esse que ficou conhecido como “o acordo dos usineiros”, foi a conquista das finanças públicas estaduais por um empresariado acostumado a sobreviver e se proteger da competição econômica absorvendo recursos públicos. Esse acordo transformou-se no néctar dos usineiros. (LIMA, 1998, p.44)

O “acordo dos usineiros” foi amparado de forma “legal”, uma vez que em 1987 o Supremo Tribunal Federal (STF) deliberou que a lei estadual N° 4.418 não tinha aparato jurídico que a corroborasse, tornado-a inconstitucional, essa lei tratava da cobrança do ICMS sobre a cana-de-açúcar, isto é, as usinas passariam a não pagar impostos pela cana-de-açúcar.

A decisão fez com que a participação do setor sucroalcooleiro na arrecadação do ICMS de Alagoas despencasse, segundo dados da Sefaz. Em 1983, o setor respondia por 58,02% do montante recolhido. Em 1988, o índice estava em 15,84%. No ano seguinte, caiu para 4,48% e, em 1991, chegou a 1,48% (Padilha, 2011, p. 34)

O não pagamento de impostos resultou em um déficit de arrecadação, o qual foi refletido de forma negativa na execução e manutenção de políticas públicas. Ainda de acordo com

Padilha (2011), os usineiros entraram com uma ação na Sefaz requerendo o valor do ICMS pago nos cinco anos anteriores à revogação da lei Nº 4.418.

Na década de 1990, Alagoas entrou em barrocata. Foi o único estado do Nordeste, entre 1986 e 1995, a apresentar queda na receita tributária. Por outro lado, a receita orçamentária (receita total) teve saldo positivo, só que as custas de recursos transferidos pelo Governo Federal e do endividamento do estado, por meio de operações de crédito. (Padilha, 2011 apud Lima 1998).

O Produban evidenciou essa relação de apropriação dos recursos públicos para o atendimento dos interesses do setor canavieiro em Alagoas.

O PRODUBAN sofreu duas intervenções antes de ser fechado de vez, em 1997. Seus principais devedores eram os usineiros, que também eram os maiores doadores nas campanhas. Agentes do BC que trabalharam no Produban descobriram que os usineiros não pagavam o que deviam. Mesmo assim, os empréstimos eram renovados e muitas vezes por telefone, o que contraria completamente o rito de recheagem de clientes inadimplentes, seguido por instituições sérias. (FRIEDLANDER e GRINBAUM, 2000, P. 1)

A saga do Produban foi e ainda continua sendo um dos marcos para a derrocata das contas públicas do estado, a tabela 17 apresenta a composição da dívida do Produban.

**Tabela 17** - Composição da dívida do PRODUBAN

Destino	Valor financiado (R\$)
Obrigações interfinanceiras	116.000,00
Empréstimos junto ao Bacen	285.824.000,00
Repasse instituições oficiais	2.525.000,00
Outras obrigações	85.061.000,00
Fundo contingência trabalhista	49.724.000,00
Agência de fomento	4.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>427.250.000,00</b>

Fonte: Prêmio de Finanças Públicas Graciliano Ramos. Rangel, 2020.

É sabido que uma parcela do saldo negativo do Produban foi oriunda dos empréstimos realizados pelos usineiros, que trouxeram impactos imensuráveis para as finanças públicas do estado de Alagoas. A singularidade que o referido estado possui tem um caráter tão peculiar, que mesmo após a superação do capitalismo comercial europeu, o estado ainda continua fadado a insistir em um modelo econômico falido, que só contribui para o enriquecimento de uma burguesia regional sustentada pelos pilares da política alagoana, a qual é composta e financiada

pelos setor sucroalcooleiro, sendo este financiado pelo dinheiro público, que é pago pelo contribuinte, formando um jogo de soma zero, cujo lado negativo desse saldo fica para a população mais pobre que amarga com o doce da cana-de-açúcar.

### **CAPÍTULO III - O GOSTO AMARGO DO TRABALHO NOS CANAVIAIS EM ALAGOAS**

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa de campo foram realizadas uma série de entrevistas com vinte cortadores de cana, a maior parte deles trabalhava na Usina Coruripe, no município que recebe o mesmo nome. Essas entrevistas foram realizadas na zona rural do município de Santana do Ipanema – AL, e no povoado Quandú, município de Poço das Trincheiras – AL. A pesquisa de campo coincidiu com o período entressafra, quando muitos trabalhadores cortadores de cana retornam para suas cidades de origem.

As entrevistas realizadas e os dados coletados foram de suma importância para a construção da análise dos processos estudados para além do aparente movimento da realidade, trazendo à tona os rebatimentos socioespaciais e a dependência socioeconômica engendrados pela produção canavieira em Alagoas.

O processo de acumulação de capital implica em um contínuo processo de exploração da força de trabalho, e quanto mais crises vive um setor de atividade econômica mais intensifica a exploração de trabalhadores na busca para obter condições mais favoráveis de acumulação. No caso da produção canavieira, um dos fatores que impulsiona o lucro dos proprietários é a exploração de quem vende sua força de trabalho e a remuneração por produção ou por toneladas de cana cortadas por dia. De acordo com o Ecodebate (2013), “Segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, os valores da tonelada de cana cortada variam entre R\$ 3,80 e R\$ 4. E o piso salarial mensal, regional, varia entre R\$ 775 e R\$ 840 para uma jornada semanal de segunda a sexta-feira, das 7h às 16h20”.

A organização do trabalho e da produção da cana-de-açúcar encontrou no pagamento por produção uma forma de exploração ainda maior para com o trabalhador do setor sucroalcooleiro, uma vez que eles são expostos a condições de trabalho análogas à escravidão, através de uma estrutura de trabalho que adoce e mata.

O trabalhador, quando recebe por produção, tem o seu pagamento atrelado ao que ele conseguiu produzir no dia. Como eles trabalham pela subsistência, trabalham cada vez mais para melhorar suas condições de vida; isso provoca o aumento do ritmo de trabalho. O pagamento por produção transfere ao trabalhador a responsabilidade pelo ritmo do trabalho, que é atribuição do capitalista. (Alves, 2006, p. 93).

Segundo Alves (2006), durante a década de 1980, os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, através de um movimento grevista, reivindicaram que o pagamento da atividade exercida fosse convertido de tonelada para o metro da cana cortada, no entanto, os usineiros se mostraram contrários ao posicionamento dos cortadores.

Na verdade, a argumentação dos empresários escondia o essencial: se os trabalhadores adquirissem o controle do seu pagamento, as usinas perderiam o principal meio de pressão para aumentar a produtividade do trabalho. Isso porque o processo de trabalho no corte de cana depende única e exclusivamente da destreza do trabalhador, ou seja, depende de um conjunto de atividades manuais, exercidas pelos trabalhadores, independentemente da administração do processo. Portanto, se os trabalhadores sabem quanto ganham, eles podem interromper o corte quando quiserem, isto é, quando acham que estão no limite de sua resistência (Alves, 2006 *apud* Paixão, 1994).

De acordo com Verçoza (2016), “Para garantir o salário, que é determinado por produção, é preciso ultrapassar o limite do corpo todo dia e, na maioria das vezes, em condições de insegurança alimentar. Nos canaviais, é uma maratona por dia de trabalho durante, pelo menos, seis meses ao ano”. O esforço físico despendido pelo trabalhador também está atrelado à tentativa de compensação pelo período em que a safra das usinas termina e que o trabalhador fica desempregado por alguns meses.

Segundo Alves (2006), “O ganho do trabalhador durante a safra de cana deve ser suficiente para manter o seu sustento e o de sua família durante todo o ano, pois na entressafra há o risco de não ter trabalho, em função da falta de demanda de trabalhadores pelas usinas”. A monocultura açucareira continua esmagando a classe trabalhadora dos canaviais alagoanos, utilizando as necessidades desses trabalhadores como força motriz para o processo de acumulação de capital.

Nos canaviais, existe um termo bastante utilizado pelos cortadores denominado “Canguru”. No entanto, apesar da conotação dessa palavra remeter a um animal, aqui esse termo se refere a um mal súbito ocasionado pelo excesso de trabalho. Na obra “Os Homens Cangurus dos Canaviais Alagoanos” é apresentado um relato médico que vale apenas ser replicado nesta pesquisa.

Quando o trabalhador é submetido a uma carga de trabalho e seu físico não está acostumado, e se ele estiver debilitado ou se for portador de uma doença preexistente, uma cardiopata, ele pode ter morte súbita se submetido a trabalho excessivo com sudorese. A transpiração excessiva provoca a perda de eletrólitos, de sais do organismo. Se você pegar a camisa de um trabalhador, ela chega a estar branca por causa da perda de sais. A câibra é o primeiro sintoma de quando você tem distúrbios hidroeletrólítico. A câibra é o acúmulo de ácido láctico na musculatura. Ele fica todo contorcido, parece um possuído. Para você ter uma ideia, é quase como uma convulsão. E dói, dói muito aquilo. Um jogador de futebol, um atleta preparado quando tem câibra ele é substituído, imagine um trabalhador rural que se submete a uma rotina dura de trabalho. (Verçoza, 2018 *apud* Novaes, 2007).

A exploração vivenciada pelos trabalhadores rurais, e nesse caso em específico, os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, são compreendidas através do materialismo histórico e

dialético como um projeto atrelado à natureza do capital de buscar continuamente se apropriar de sobretrabalho como expõe Santana (2022, p. 89):

Nesse sentido, a natureza do capital é apenas uma: a de explorar o trabalhador até a exaustão de modo a obter o sobretrabalho. Enquanto relação social e força hegemônica, não pode ser controlado, agindo somente em função de seus interesses para se reproduzir e acumular. Na concretização disso, precisa promover o sobretrabalho e extrair o mais-valor. E isso ele só consegue por meio da exploração da força de trabalho, única mercadoria capaz de produzir valor. Assim, procura incessantemente ampliar as formas de retenção do trabalho não pago, criando e desenvolvendo mecanismos organizacionais que ajudam a fomentar a sua manutenção e hegemonia.

No decorrer do trabalho de campo desta pesquisa, foram realizados alguns diálogos com trabalhadores do setor sucroalcooleiro em Alagoas.

**Pesquisador (P):** Há quanto tempo o senhor corta cana?

**Entrevistado (E):** Comecei com 8 anos, há mais ou menos 37 anos.

**P:** Já trabalhou em uma outra atividade?

**E:** Sim, irrigando cana.

**P:** Você acha essa atividade importante?

**E:** É importante para sobreviver, para quem não tem outro meio.

**P:** O trabalho canavieiro é de carteira assinada?

**E:** Sim.

**P:** O trabalho é por produção?

**E:** Sim, você recebe pelo que trabalha, não tem salário fixo.

**P:** Quantas toneladas de cana você corta por dia?

**E:** De 10 acima.

**P:** Qual o valor da tonelada?

**E:** Não sei ao certo, em média 10,00 R\$ reais.

Alguns trabalhadores desconheciam o valor real da tonelada de cana cortada, esse aspecto é importante tendo em vista que os próprios trabalhadores desconhecem o valor do seu trabalho, talvez, o fato do pagamento salarial ser pela produção, eles adotaram a seguinte percepção “quão maior for o trabalho e a sua jornada, maior será o rendimento”, não tomando ciência do valor exato pago pela tonelada de cana cortada.

**Pesquisador (P):** Em média qual é a sua renda salarial?

**Entrevistado (E):** 2.900,00

**P:** Quantos dias você trabalha na semana?

**E:** Trabalho 5 e folgo 1.

**P:** Quantas horas você trabalha por dia?

**E:** De 6 da manhã até umas 17h.

**P:** Você gosta desse trabalho?

**E:** Rapaz, é o jeito, né!

**P:** Hoje, você e a sua família conseguem se manter com o trabalho canavieiro?

**E:** Manter a pessoa mantém, mas a metade do salário fica lá, tem muito gastos com comida e para voltar para casa.

Ao realizar outra entrevista com os trabalhadores do setor sucroalcooleiro que trabalham nas usinas do estado de Sergipe, ficou evidenciado que as condições de trabalho desse estado são melhores que as de Alagoas, tendo em vista que segundo os cortadores de cana, a alimentação é fornecida pela própria usina acompanhada por uma nutricionista, o que acaba diminuindo os gastos dos trabalhadores com despesas alimentícias, além de proporcionar uma alimentação mais adequada.

Esses fatos contribuem para consolidar a ideia da peculiaridade existente no estado de Alagoas, dentro de uma conjectura econômica, política e social atrelada à velha política canavieira do Brasil colônia que perdura até a contemporaneidade.

Em Alagoas, o estado parece ter um papel crucial na incessante acumulação de capital, tendo em vista que durante anos essa acumulação esteve a serviço do setor sucroalcooleiro, na medida em que o estado se torna dependente de uma única atividade econômica, ele jamais conseguirá exercer o seu papel enquanto aparato de contenção de mazelas sociais, tornando-se subserviente àquela atividade econômica a qual ele sustenta as custas do setor público. Em outras palavras, as desigualdades como um todo são inerentes à manutenção do capital, de modo que, conforme um possível modelo de medida, aparentemente, quão maior for a desigualdade social é possível perceber que os níveis de exploração e pauperização do trabalho em uma dada sociedade estão em níveis alarmantes.

**Pesquisador (P):** O senhor consome bebida alcoólica? Se sim, no período em que passou a trabalhar nos canaviais o consumo teve alguma variação, isto é, aumentou ou diminuiu?

**Entrevistado (E):** Sim, lá eu passei a beber menos se não a pessoa não aguenta.

**P:** Qual a etapa mais desgastante do trabalho canavieiro?

**E:** A acordada, de 03h30 da manhã, deixa a pessoa morto, e durante o trabalho depois de cortar muita cana, às vezes, eu fico tonto, com a “Gata Cega” (pressão baixa), mas a pior parte é cortar a cana.

**P:** Quantos litros de água você consome durante o trabalho?

**E:** Uns 10 litros.

**P:** Quantas refeições o senhor faz durante o trabalho?

**E:** 4 refeições, café, umas 9h a gente lancha, aí depois almoça e depois faz um lanche de novo, tudo por nossa conta.

**P:** Quanto tempo demora em média para cortar uma tonelada?

**E:** Umas duas horas.

**P:** Você tem algum problema de saúde? Esse problema foi ocasionado pelo corte de cana?

**E:** Tenho, meu braço sempre fica dormente, antes ficava mais, mas já tem duas safras que eu não fui trabalhar. Antes, era bem pior, tinha que colocar o braço na água gelada.

**P:** Se o senhor tivesse outra opção de emprego, ainda continuaria no corte de cana?

**E:** “Ôxe”! Deus é mais.

**P:** Durante o trabalho canavieiro, o senhor já presenciou alguém passar mal?

**E:** Sim, a “Gata Cega”<sup>2</sup>.

O trabalho canavieiro demanda uma grande quantidade de esforço físico, muitas vezes, devido a extensa jornada de trabalho pela qual os trabalhadores canavieiros passam, eles acabam tendo um mal súbito e muitos acabam falecendo antes mesmo do socorro chegar. Sobre o desgaste físico que as pessoas que cortam cana realizam durante o trabalho, Alves (2006, p. 96) apresentou os seguintes resultados.

Um trabalhador que corta 12 toneladas de cana, em média, por dia de trabalho realiza as seguintes atividades no dia: • Caminha 8.800 metros. • Despende 133.332 golpes de podão. • Carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg, em média; portanto, faz 800 trajetos e 800 flexões, levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros. • Faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicos para golpear a cana. • Perde, em média, 8 litros de água por dia, por realizar toda esta atividade sob sol forte do interior de São Paulo, sob os efeitos da poeira, da fuligem expelida pela cana queimada, trajando uma indumentária que o protege da cana, mas aumenta sua temperatura corporal.

---

<sup>2</sup> O termo “gata cega” é utilizado pelos cortadores de cana para representar um mal-estar ocasionado pelo excesso de trabalho, uma situação em que o trabalhador fica sem enxergar direito.

Diante dos dados expostos, como disse Alves (2006) ficam evidentes os motivos que levam os trabalhadores do setor sucroalcooleiro à morte. Isso sem levar em conta as altas temperaturas do Nordeste, acompanhada dos produtos químicos utilizado nas lavouras de cana, de fato, é possível denominar esse cenário de labirinto da morte, uma vez que os trabalhadores estão encurralados de todas as formas possíveis, levando-os ao adoecimento e, conseqüentemente, a óbito. A figura a seguir mostra alguns cortadores de cana na usina Impacto Bio Energia em Teotônio Vilela.

**Figura 7** – Cortadores de Cana nos Canaviais alagoanos



Fonte: Arquivo pessoal.

Debaixo de um sol escaldante os cortadores de cana seguem em busca de garantir a sua subsistência através do corte por produção. No processo de execução do trabalho de campo, foi evidenciado que uma parcela significativa dos entrevistados tinha a mesma percepção acerca de algumas perguntas do questionário de campo, sendo assim, para evitar a repetição constante de respostas, a totalidade das entrevistas foram condensadas em um panorama que trás uma síntese das respostas deles, que será apresentada a seguir.

Do universo dos vinte entrevistados, todos eram do sexo masculino e afirmaram que as mulheres não participam mais do corte de cana, mas sim de outras etapas do processo. No entanto, não foi possível contactar algumas dessas mulheres, justamente pelo fato de a entrevista ter ocorrido no período entressafra.

Dos vinte entrevistados, treze são residentes no Povoado Quandú, município de Poço das Trincheiras e estão na faixa dos 30 anos, apenas um possui o Ensino Médio completo, os demais não possuem o Ensino Fundamental completo. Dos treze, nove são casados, sete possuem casa própria, três não têm filhos e os demais têm entre dois e três filhos.

Os demais sete entrevistados, residem na zona rural do município de Santana do Ipanema-AL, no sítio Camuxinga e no Povoado Areia Branca. Dessa totalidade, cinco possuem casa própria, dois nunca frequentaram a escola, e os demais não têm o Ensino Médio completo. Além disso, seis são casados e têm entre um e três filhos, a idade desses entrevistados varia entre quarenta e cinquenta anos de idade.

**P:** Há quanto tempo o senhor corta cana?

**E:** Do total de entrevistados, a média de tempo de trabalho no corte de cana-de-açúcar foi de quinze anos.

**P:** Já trabalhou em outra atividade? Se sim, por que saiu?

**E:** A grande maioria dos entrevistados não trabalhou em outra atividade, os que exerceram outra atividade, estava relacionado a práticas agrícolas de subsistência, plantio e colheita de culturas como milho e feijão.

**P:** Você acha essa atividade importante?

**E:** A totalidade dos entrevistados respondeu que sim, uma vez que essa atividade gera empregos.

**P:** O trabalho canavieiro é de carteira assinada?

**E:** Todos os entrevistados responderam que sim.

**P:** O trabalho é por produção?

**E:** Todos os entrevistados responderam que sim.

**P:** Quantas toneladas de cana você corta por dia?

**E:** A média apresentada foi de sete a oito toneladas.

**P:** Qual o valor da tonelada?

**E:** Em média 10,00 reais.

**P:** Em média qual é a sua renda salarial?

**E:** A renda oscila entre 1.800 e 2.300 reais, tendo em vista que o corte é por produção.

**P:** Quantos dias você trabalha na semana?

**E:** Todos os entrevistados responderam que trabalham cinco dias.

**P:** Quantas horas você trabalha por dia?

**E:** A média de horas trabalhadas na lavoura foi de nove horas por dia, mas é preciso adicionar o tempo que o trabalhador gasta para preparar suas refeições e se deslocar para o local de trabalho, eles acordam às 03h30 da manhã para iniciar a jornada por volta das 7 horas da manhã.

**P:** O senhor gosta desse trabalho?

**E:** Sem exceção, todos os entrevistados responderam que não.

**P:** Hoje, você e a sua família conseguem se manter com o trabalho canavieiro?

**E:** Dos vinte entrevistados, quatorze disseram que dá para “sobreviver” e o restante disse que passa muita dificuldade.

**P:** Sem esse emprego, o senhor teria outra alternativa para sobreviver?

**E:** Mais da metade dos entrevistados respondeu que não.

**P:** O senhor consome bebida alcoólica? Se sim, no período em que passou a trabalhar nos canaviais, o consumo teve alguma variação, isto é, aumentou ou diminuiu?

**E:** Todos os entrevistados consomem bebida alcoólica, a grande maioria dos entrevistados disse que diminuiu o consumo, se não, não daria para aguentar a rotina de trabalho.

**P:** Qual a etapa mais desgastante do trabalho canavieiro?

**E:** Todos os entrevistados responderam que era acordar cedo, às 03h30 da manhã, uma vez que já estavam muito cansados do trabalho do dia anterior, mas, o corte de cana é a pior parte.

**P:** Quantos litros de água o senhor consome durante o trabalho?

**E:** A média apresentada foi de 8 litros.

**P:** Quantas refeições o senhor faz durante o trabalho?

**E:** A média apresentada foi de três refeições diárias, todas por conta dos trabalhadores.

**P:** As usinas disponibilizam banheiros?

**E:** Todos responderam que sim.

**P:** As usinas disponibilizam EPI'S?

**E:** Todos responderam que sim.

**P:** Qual a sua percepção sobre a utilização das colheitadeiras mecanizadas?

**E:** Com algumas ressalvas, a totalidade dos trabalhadores deram a resposta a seguir: acho ruim porque atrapalha o nosso trabalho.

**P:** Uma colheitadeira substitui o trabalho de quantos homens?

**E:** A média apresentada foi de 100 homens por dia.

**P:** Quanto tempo demora em média para cortar uma tonelada?

**E:** A média apresentada foi de três horas.

**P:** O senhor tem algum problema de saúde? Esse problema foi ocasionado pelo corte de cana?

**E:** Do total de entrevistados, a grande maioria alegou sofrer de problemas na coluna, e a outra parcela de entrevistados disse sofrer de dores nos braços. Além disso, os entrevistados disseram que tais problemas são provenientes do corte de cana.

**P:** Se o senhor tivesse outra opção de emprego, ainda continuaria no corte de cana?

**E:** Todos os entrevistados responderam que não.

**P:** Durante o trabalho canavieiro, o senhor já presenciou alguém passar mal?

**E:** A grande maioria dos entrevistados respondeu que sim.

**P:** O senhor ou alguém já se machucou no corte de cana? Se sim, receberam algum benefício ou ajuda médica apropriada?

**E:** Todos os entrevistados responderam que não.

**P:** Qual é o tratamento da usina (do chefe) com vocês?

**E:** Todos os entrevistados responderam que o tratamento é razoável.

## **OPINIÕES**

**P:** Já ouviu a expressão AGRONEGÓCIO?

**E:** Do universo dos vinte entrevistados, dois disseram que já ouviram falar, mas não sabem o que significava, os demais nunca ouviram tal expressão.

**P:** Já ouviu a expressão CAPITALISMO?

**E:** Do total de trabalhadores entrevistados, nenhum afirmou ter ouvido a expressão capitalismo.

Para finalizar as entrevistas, foi questionado se os trabalhadores sabiam o que era capitalismo e agronegócio. De modo unânime todos desconheciam o que significava capitalismo. Sobre agronegócio já tinham ouvido falar na televisão, particularmente a propaganda que faz apologia ao agronegócio como popular, tecnológico e que estaria presente em tudo. A partir dessas respostas se constata a ausência de participação desses entrevistados em debates e outras atividades de formação sindical e política.

As entrevistas evidenciaram que os trabalhadores têm consciência de que são explorados, mas sendo um processo de trabalho historicamente muito difícil e doentio avaliam que atualmente é melhor que no passado, e considerando que não há outras atividades econômicas, não tem no horizonte outras perspectivas de vida. Nesse sentido, por meio dessas poucas entrevistas foi possível compreender a permanência do gosto amargo da intensa exploração que se esconde sob a doçura do açúcar produzido em Alagoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do processo de desenvolvimento desta investigação, diversos fatos foram constatados e percebidos em sua totalidade, para além do aparente movimento da realidade. Como foi descrito no corpo desta dissertação, a categoria trabalho segue sendo fundamental para análise das contradições engendradas pelo processo de acumulação de capital, e no caso deste estudo, particularmente, no setor sucroalcooleiro.

O processo de trabalho vem passando por constantes transformações guiadas pelo que Marx chamou de Leis Tendenciais do Capital. Na contemporaneidade, alguns teóricos pós-modernos atribuem essas mudanças à emergência de um novo modelo de sociedade, denominada Sociedade Pós-Industrial.

O modelo de sociedade apresentado por esses teóricos possui um teor que se aproxima mais de uma fábula, do que resultante de uma análise científica. Esses pensadores modernos dizem que, atualmente, o mercado tem uma forte demanda por profissionais que possuam uma boa instrução e capacidade criativa. No entanto, quando se analisa a realidade social brasileira, as ocupações que mais crescem são as que exigem pouca qualificação e escolaridade.

Na verdade, a retórica pós-industrialista é uma construção ideológica que promove a miséria da razão, negando o próprio trabalho enquanto categoria social. Nesse sentido, essa perspectiva analítica cumpre uma função ideológica contribuindo para afastar cada vez mais a produção de conhecimento acadêmica da realidade vivida pelos trabalhadores, marcada por antigas e novas formas de exploração.

Em Alagoas, para além dos rebatimentos da reestruturação produtiva do capital, constata-se uma sobreposição entre a elite política e econômica, de modo que o estado atua continuamente para mitigar prejuízos e ampliar lucros dos usineiros, uma vez que a economia estadual é dependente dessa atividade econômica.

Por outro lado, a estrutura fundiária e as condições de trabalho em que estão inseridos os trabalhadores do setor sucroalcooleiro revelam elementos de permanência de uma sociedade cujo processo de formação socioespacial teve como alicerce o latifúndio e o trabalho escravo. A produção canieira segue concentrando a maior parte das terras férteis do Estado, são grandes propriedades com poucos donos, resultando em uma produção agrícola que não é capaz de garantir a segurança alimentar. No que tange ao processo de trabalho, o pagamento dos trabalhadores por produção os leva à exaustão.

Outro fator importante a ser destacado é o desconhecimento dos trabalhadores perante a própria organização social do trabalho em que eles estão inseridos, de modo que eles não têm

noção do que é o sistema em que eles vivem, isto é, o capitalismo, e do processo de acumulação do capital no campo no contexto contemporâneo, o agronegócio.

Desse modo, as transformações que ocorrem nas relações sociais de produção canavieira em Alagoas, demandam uma análise contínua para que se possa compreender as dinâmicas do capital no campo. Além disso, os dados coletados e processados em campo mostraram que dentro da organização social do trabalho em Alagoas, o estado se apresenta como um defensor dos interesses do setor privado. Logo, as transformações percebidas na zona canavieira alagoana seguem uma tendência de mecanização, pauperização e precariedade, a qual estimula o desenvolvimento de mazelas sociais no estado, atrelado ao uso da máquina pública. Por fim, a retórica pós-moderna de um mundo pós-industrial não se sustentou com base na investigação deste trabalho, sendo, portanto, mais uma conjectura neoliberal do que uma teoria científica.

O método adotado nesta pesquisa se mostrou pertinente para possibilitar a leitura das contradições engendradas pelo processo de acumulação, bem como para realizar a análise crítica da retórica pós-industrial. Entretanto, a impossibilidade da realização da pesquisa de campo antes da entressafra deixou lacunas no processo de análise dos rebatimentos da reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro de Alagoas, sendo um caminho possível de aprofundamento da análise em pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Roberto Marinho. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido – Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**, Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, p. 35-48, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990**. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2014, 27.

ALVES, Francisco. **Por que morrem os cortadores de cana?** Saúde e sociedade, v. 15, n. 3, p. 90-98, 2006.

Agência Brasil. CPI conclui: **Banco de Alagoas faliu por má gestão administrativa**, 2002. Disponível em: [memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2002-04-11/cpi-conclui-banco-de-alagoas-faliu-por-ma-gestao-administrativa](http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2002-04-11/cpi-conclui-banco-de-alagoas-faliu-por-ma-gestao-administrativa). Acesso em: 05 de maio de 2023.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Modernização e Pobreza**: A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?** *Pesquisa e planejamento econômico*, 1991, 21.1: 3-23.

BARROS, R. **Energia para um novo mundo**. Rio de Janeiro: Monte Castelo Ideias, p.160, 2007.

Castro, Josué, 1908-1973. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço — Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CNI [Confederação Nacional da Indústria]. Alagoas. Perfil da Indústria. 2009. Disponível em: <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/al>. Acesso em: 23 fev. 2023.

**Coletânea Prêmio de Finanças Públicas Graciliano Ramos** / Secretaria de Estado da Fazenda, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (organizadores). – Maceió: Fapeal: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2020.

CAMPOS, S. S. Cristiane. **Estado mínimo para quê e para quem?** In: CONCEIÇÃO, L. C; SANTOS, Fabrícia de Oliveira. (orgs). A natureza imperialista do capital e a falácia do fim da crise. São Cristóvão, editora UFS, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Brasiliense, 2017.

Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no Campo Brasil**, 2020. Disponível em: [downlods \(cptnacional.org.br\)](https://downlods.cptnacional.org.br). Acesso em: 20 de fevereiro, 2022.

CHOMSKY, N. **A sociedade global: educação, mercado e democracia**. Blumenau: Editora da Furb, 1999.

CARVALHO, Cicero Péricles de. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2008.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana**. 3 ed. rev. e ampl. Maceió: Edufal, 2009.

CROCETTI, Zeno Soares. **Formação Socioespacial de Alagoas**, 2014. Disponível em: [FSE\\_Alagoas.pdf \(geocrocetti.com\)](https://www.geocrocetti.com). Acesso em: 17 de setembro de 2023.

DE ANDRADE, Ednilton Tavares; DE CARVALHO, Sergio Roberto Garcia; DE SOUZA, Lucas Fernandes. **Programa do Proálcool e do etanol no Brasil**. *Engevista*, 2009.

DE LACERDA, Antônio Corrêa et al. **Economia brasileira**. Saraiva Educação SA, 2017.

DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. 4 ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

DA SILVA, José Graziano; GROSSI, E. D. **O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98**. Technical report, UNICAMP, 2001.

Ecodebate. **Pagamento por produção adoece e mata cortadores de cana**, 2013. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2013/02/15/pagamento-por-producao-adoece-e-mata-cortadores-de-cana-adverte-pesquisador/>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

FRIEDLANDER, David. GRINBAUM, Ricardo. **AJUDA A BANCO CUSTOU R\$ 45 BI, 2023. Disponível em:** Folha Online - Dinheiro - Banespa ([uol.com.br](https://www.uol.com.br)). Acesso em: 09 de junho de 2023.

FLEURY, Maria das Graças Prado et al. **Relações de emprego no campo: as diversas formas de contratação produtiva**. 2010.

FATORELLI, Maria Lúcia. **O SISTEMA DA DÍVIDA NO BRASIL E NO MUNDO**, 2013. Disponível em: [TEXTO FATORELLI.pdf \(uel.br\)](https://www.uel.br). Acesso em: 31/05/2023.

GRAZIANO SILVA, José. **O que é Questão Agrária**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2021.

GORENDER, Jacob. **Globalização, tecnologia e relações de trabalho**. Estudos avançados, v. 11, p. 311-361, 1997.

GUILHOTO, Joaquim José Martins et al. **Mechanization process of the sugar cane harvest and its direct and indirect impact over the employment in Brazil and in its 5 macro regions**. 2002.

GONÇALVES, Alfredo José. **Migrações Internas: evoluções e desafios**. Estudos avançados, v. 15, p. 173-184, 2001.

Governo de Alagoas. **Perfil socioeconômico do Estado de Alagoas**. Maceió: Seplan/Fiplan História de Alagoas. **História do Banco da Produção do Estado de Alagoas – Produban**, 2020. Disponível em: História do Banco da Produção do Estado de Alagoas – Produban – História de Alagoas (historiadealagoas.com.br). Acesso em: 27 de maio, 2023.

HILFERDING, R. **Economia burguesa e economia socialista**. Cuadernos de Pasado y presente, nº 49. México, 1974.

IBGE. Censo Agro 2017: **população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%**. **Agência Notícias IBGE**, 2019. Disponível em: Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8% | Agência de Notícias (ibge.gov.br). Acesso em: 24 jan. 2023.

INNOCENTINI, Thaís Cristina. **Capitanias Hereditárias: Herança colonial sobre desigualdade e instituições**, 2012.

Instituto Millenium. **A crise nos estados brasileiros: o caso Alagoas**, 2020. Disponível em: A crise nos estados brasileiros: o caso Alagoas | Exame. Acesso em: 30 de maio, 2023.

IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: IBGE | Biblioteca | Detalhes | Atlas do espaço rural brasileiro / IBGE, Coordenação de Geografia. Acesso em: 28 de fevereiro, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad): séries históricas e estatísticas**. Disponível em: IBGE | Séries Estatísticas & Séries Históricas.

Instituto Brasileiro de Arvores. **Relatório anual 2022**. Disponível em: relatorio-anual-iba2022-compactado.pdf. Acesso em: 13 de outubro de 2023.

JÚNIOR, Manoel Diégues. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2012. – 2. ED. – (coleção nordestina; 79). 200 p.

LIMA, Araken. **A Crise que veio do Verde da Cana**. Maceió: uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988 a 1996 Edufal, 1998.

LIMA, Lucas Gama et al. **O deserto verde cresce em Alagoas: uma análise crítica da expansão do eucalipto no estado**. Caderno de Geografia, v. 30, n. 63, p. 1210-1210, 2020.

LIMA, José Rodolfo Tenório; GONÇALVES, Bruno Setton; DE SOUSA COELHO, Rodrigo Pereyra. **Mercado de trabalho, incorporação das tecnologias mecânicas e o reforço das assimetrias regionais na produção canavieira brasileira: uma análise sobre o período de 2008 a 2018**. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 43, n. 1, p. 40-59, 2023.

MARX, Karl. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. **O capital**. São Paulo: Editora nova cultura, 1996.

MANÇANO FERNANDES, Bernardo; WELCH, C. A.; CONSTANTINO GONÇALVES, E. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. *Cultura Acadêmica, UNESCO*, 2014.

MIRANDA, D. S. Apresentação à edição brasileira. Prefácio. In: DE MASI, D. (Org.). **A sociedade pós-industrial**. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2013. p. 10.

MERLI, Raffaello. Toffler: A terceira onda. In: DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. 4 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, p. 249-266.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe Trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

Menezes, Catarina Agudo. "A escrita no chão: a formação do território de Alagoas por meio de fontes coloniais." (2011).

NETO, A. L. da S. **Dívida pública interna federal: uma análise histórica e institucional do caso brasileiro**. Brasília: UnB, 1980.

NEALDO, Carlos. **Exportações de AL crescem 32% e atingem R\$ 3 bilhões em 2022**. *Gazeta de Alagoas, Maceió*, ano 89, n. 5380, 07 jan. 2023. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/economia/395818/exportacoes-de-al-crescem-32-e-atingem-r-3-bilhoes-em-2022>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Organização Internacional do Trabalho - OIT. **Estadísticas sobre la economía informal**. 2021. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/es/topics/informality/#>. Acesso em: 26 abr. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica - Los independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización e socialización, siglos XIX-XX. Bogotá, Colômbia. 2012, p. 1 -15. Disponível em: [www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf](http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf). Acesso em: 10 de fevereiro, 2022.

PRADO, E. (2005). **Desmedida do Valor. Crítica da pós-grande indústria**. São Paulo: Xamã.

PENSSAN, Rede. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. *Rio de Janeiro: Rede Penssan*, 2021.

PADILHA, Tiago. "Doce verde amargo: traços da influência da cana de açúcar na sociedade de Alagoas." *Brasília: Athalaia Solução Digital* (2011).

RAMOS, Pedro. **financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil**: uma história secular e... atual?. *História econômica & história de empresas*, v. 14, n. 2, 2011.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTANA, Aurelane Alves. **Cativeiros do agronegócio no campo brasileiro**: uma análise da escravidão contemporânea a partir do Oeste da Bahia. 2022.

SMITH, A. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Secretaria da fazenda do Estado de Alagoas. **Balanco Geral, 2022**. Disponível em: Finanças - SEFAZ - Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas. Acesso em: 27 de maio, 2023.

Santos, V. T. F. (2021). **Dívida pública alagoana (1997 a 2020)**.

SANTOS, Verlane A. **reestruturação capitalista e mundo do trabalho nas telecomunicações brasileiras**: a firma-rede e as novas configurações do trabalho no Serviço Telefônico Fixo Comutado no Estado de São Paulo, 2007. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Desenvolvimento Econômico do Curso de Pós-Graduação em Economia do Setor de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

SILVA, José Francisco Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1996.

SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural brasileiro**. In: SHIKI, Shigeo, SILVA, José Graziano da e ORTEGA, Antônio César. *Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro*. Uberlândia: UFU, 1997.

SALVADORI, Laura. Dahrendorf: classes e conflitos. In: DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. 4 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, p. 249-266.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SILVA, Anderson Caputo. Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. **Dívida pública: a experiência brasileira**. Secretaria do tesouro Nacional, Banco Mundial, 2009.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da Agricultura no Brasil**: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais. Três Lagoas, Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Vol. 2, Nº 2, ano 2, setembro de 2005, p. 21-42.

THOMAZ JR, Antônio. **Reestruturação produtiva do capital no campo**, no século XXI, e os desafios para o trabalho. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 5, n. 1 e 2, 2004.

VIDAL, Maria de Fátima. 4. Agricultura. In: BEZERRA, José Araújo et al. **Perfil Socioeconômico de Alagoas**. Cidade: Fortaleza, 2015, p. 35-41.

VAZ, Vinícius Rezende Carretoni; MERLO, Edgard Monforte. **O Consenso de Washington no Brasil: Estabilização Conservadora e Estagnação.** *Revista Aurora*, 2020, 13.1: 37-58.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KAGEYAMA, Angela A.; DA SILVA, José GRAZIANO. **Os resultados da modernização agrícola dos anos 70.** *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 13, n. 3, p. 537-559, 1983.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE 1

### QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO

- **Informações básicas**

Identificação:

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Idade:

Local onde nasceu:

Local onde mora:

Há quanto tempo mora nesse lugar:

Nível de Escolarização:

( ) Não alfabetizado ( ) Ensino F: ( ) Completo ( ) Incompleto

( ) Ensino Médio: ( ) Completo ( ) Incompleto

Estado Civil:

Nº de dependentes:

Possui casa própria:

- **Informações sobre trabalho**

Qual a sua percepção sobre a utilização das colheitadeiras mecanizadas?

---



---

Uma colheitadeira substitui o trabalho de quantos homens?

---



---

Você já teve que ficar longe da família por causa do trabalho na cana? Como essa realidade de trabalhar longe da família afetou sua vida?

---



---

Há quanto tempo o senhor corta cana?

---

---

Já trabalhou em outra atividade?

---

---

Você acha essa atividade importante?

---

---

O trabalho canavieiro é de carteira assinada?

---

---

O trabalho é por produção?

---

---

Quantas toneladas de cana você corta por dia?

---

---

Qual o valor da tonelada?

---

---

Em média qual é a sua renda salarial?

---

---

Quantos dias você trabalha na semana?

---

---

Quantas horas você trabalha por dia?

---

---

Você gosta desse trabalho?

---

---

Hoje, você e a sua família conseguem se manter com o trabalho canavieiro?

---

---

Você consome bebida alcoólica? Se sim, no período em que passou a trabalhar nos canaviais o consumo teve alguma variação, isto é, aumentou ou diminuiu?

---

---

Qual a etapa mais desgastante do trabalho canavieiro?

---

---

Quantos litros de água você consome durante o trabalho?

---

---

Quantas refeições o senhor faz durante o trabalho?

---

---

Quanto tempo demora em média para cortar uma tonelada?

---

---

Você tem algum problema de saúde? Esse problema foi ocasionado pelo corte de cana?

---

---

Se você tivesse outra opção de emprego, ainda continuaria no corte de cana?

---

---

Durante o trabalho canavieiro, o senhor já presenciou alguém passar mal?

---

---

**Opiniões:**

Já ouviu a expressão Agronegócio?

---

---

Já ouviu a expressão Capitalismo?

---

---